

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

EUGÊNIO MARTINS DE SÁ RESENDE

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE REDES AGROALIMENTARES
AGROECOLÓGICAS**

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2020

EUGÊNIO MARTINS DE SÁ RESENDE

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE REDES AGROALIMENTARES
AGROECOLÓGICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

R433c
2020 Resende, Eugênio Martins de Sá, 1981-
A construção social de redes agroalimentares
agroecológicas / Eugênio Martins de Sá Resende. – Viçosa, MG,
2020.
176 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 165-173.

1. Agricultura orgânica. 2. Alimentos naturais - Certificados e licenças. 3. Mercados. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 338.1

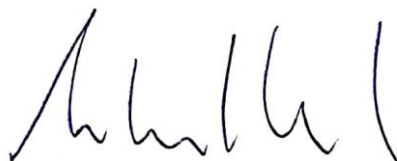
EUGÊNIO MARTINS DE SÁ RESENDE

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE REDES AGROALIMENTARES
AGROECOLÓGICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de setembro de 2020.

Assentimento:



Eugênio Martins de Sá Resende
Autor



Alair Ferreira de Freitas
Orientador

AGRADECIMENTOS

Aos meus/minhas avós, pai e mãe que despertaram em mim a importância da Terra e dos alimentos e permitiram que desde o meu nascimento eu pudesse conviver com a roça, o campo e ter acesso a comida de verdade.

Aos meus pais pelo apoio incondicional e eterno, e à Anadélia e ao Benito por conviverem diariamente com minhas alegrias e angústias, sobretudo com o isolamento social durante a pandemia da COVID-19, que alterou significativamente todas as rotinas e trouxe ainda mais desafios para o momento. Sou grato por ter os dois na minha vida e peço desculpas pelos momentos difíceis que passamos.

A todos e todas que encontrei durante essa caminhada profissional que extrapola o período da pesquisa e do mestrado que, se eu citasse, deixaria alguém de fora. Em nome do Grupo de Orgânicos de Divino e da Rede Raízes da Mata, agradeço todos os agricultores (as) e pessoas com quem pude interagir e compartilhar desejos, confidências, histórias e dádivas. Durante o campo pude compartilhar almoços de domingo com a família de Dona Denira e Seu Norival e uma boa conversa na casa da Gilvânia e do Anacleto que me acolheram. Além disso, uma infinidade de objetos, principalmente alimentos, afetos e esperança trocados em cada encontro. Com a pesquisa e a pandemia, ficou mais perceptível que a vida acontece no coletivo, nos encontros e nas relações...

Ao movimento agroecológico, ao CTA-ZM e às organizações de agricultores e agricultoras que guiaram o meu caminho pessoal e profissional desde antes de me tornar um profissional.

Ao período acadêmico na pós-graduação pelas trocas, reflexões e aprendizados. Ao Alair, meu orientador, pela paciência e companheirismo.

Por fim e mais importante, agradeço as energias superiores que nos dão forças para resistir e viver a beleza e a alegria de cada dia que começa e termina.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“A liberdade não é apenas a oportunidade de fazer o que quisermos, nem é meramente a oportunidade de escolher entre alternativas definidas. A liberdade é, antes de tudo, a chance de formular as escolhas disponíveis, de discuti-las, e então, a oportunidade de escolher”.

(C. Wright Mills, tradução livre)

RESUMO

RESENDE, Eugênio Martins de Sá, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2020. **A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas.** Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

A forma como a população se alimenta tem se transformado ao longo do tempo, reflexo de profundas alterações nos sistemas agroalimentares, intensificadas pelas mudanças nos marcos regulatórios relacionados à dinâmica produtiva e comercial, centrada em padrões globais como a durabilidade e a impessoalidade de produtos e processos. Na busca de alternativas, emergem movimentos diversos de valorização dos alimentos sem agrotóxicos, orgânicos e de qualidade diferenciada, expressos na reorientação da relação produtor-consumidor e nas conexões entre agricultura-coletividade-alimentação-saúde-biodiversidade-energia-democracia. O objetivo foi compreender a construção e a operacionalização de duas Redes Alimentares Alternativas na Zona da Mata de Minas Gerais: a Rede de Prosumidores Raízes da Mata de Viçosa e o Grupo de Orgânicos de Divino. Os métodos basearam-se na pesquisa participante e na horizontalidade dos saberes científicos e populares, em que o pesquisador também é um dos sujeitos do processo de mudança social. A pesquisa tem um caráter descritivo, em que há a intenção de conhecer com detalhes fatos e fenômenos que caracterizam determinado objeto. Para isso, utilizou-se de metodologias como a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e a análise documental e bibliográfica. A partir das análises, a pesquisa aponta que a certificação orgânica, sobretudo as participativas, a adequação sanitária e a construção e acesso a mercados reforçam a agroecologia em Minas Gerais. No entanto, também trazem um conjunto de regras, normas e práticas que podem limitar a participação de agricultores e agricultoras mais excluídos. As relações de confiança, a aproximação produção-consumo e os valores sociais compartilhados precisam ser ampliados no tempo-espço. A construção de Redes Agroalimentares Agroecológicas está ancorada na construção da agroecologia, entendida enquanto movimento, ciência e prática, e abrange diferentes estratégias, tanto os circuitos diretos como os indiretos, sejam eles curtos ou longos, em que as trocas mercantis e a reciprocidade se articulam em espaços de disputa do regime agroalimentar dominante. Por isso, a formação de coletivos, redes e o fortalecimento das cooperativas, associações e movimentos sociais deve compor as diferentes estratégias. O Estado e as políticas públicas possibilitam melhores condições de vida, de produção e abastecimento, e podem reforçar a aproximação produção-consumo e fortalecer a autonomia das famílias.

Palavras-chave: Certificação orgânica. Mercados. Redes Alimentares Alternativas.

ABSTRACT

RESENDE, Eugênio Martins de Sá, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2020. **Social Development of Agroecological Agri-food Networks** Advisor: Alair Ferreira de Freitas.

The feeding modus of the population has changed with time as a consequence of profound changes in the agri-food systems, increased by the alterations of the regulatory benchmarks related to the production and commercial dynamics that became focused on global standards such as a longer shelf life and the impersonal evaluation of products and procedures. Searching for alternatives, many movements appeared trying to promote agrochemical-free food, organic food and differentiated quality food. That came to be because of a redirection of the producer-consumer relationship and of the links between agriculture-community-feeding-health-biodiversity-energy-democracy. The aim of this paper is to better understand how two alternative food networks were put together and how they operate. Those two networks are Rede de Prosumidores Raízes da Mata de Viçosa (Vicosa's Forest Roots Prosumer Network) and Grupo de Orgânicos de Divino (Divino's Organic Food Group). The employed method was based on participative research and on the horizontality of scientific and popular know-how, meaning that the researcher is also one of the subjects of the social change process. The conducted research had a descriptive character, aiming at knowing in detail facts and phenomena that compose a certain subject. To that end methods such as direct participation, semi-structured interviews and both documental and bibliographic analysis were used. Analysis and research suggest that organic certifications require participation, proper sanitary conditions and market formation and access. All that reinforce the agroecology in Minas Gerais. However, the same actions bring with them a set of rules, norms and practices that may limit the participation of family growers, which are excluded. Trust relationship, closeness of production/consumption, and shared social values must be reinforced in time and space. The development of Agroecological Agri-food Networks is based on the buildup of agroecology, here defined as movement, science and practice that requires various strategies to be employed in both direct and indirect circuits, either short or long, in which mercantile exchange and reciprocity act together in disputed spaces of the dominant agri-food system. That is why the creation of collective farming, networks and full support of cooperatives, associations and social movements must be part of the several strategies to be employed. Government and public policies allow for a better standard of living, more production and supply and may bring closer production and consumption, thus reinforcing family autonomy.

Keywords: Organic certification. Markets. Alternative Food Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 Áreas de atuação das corporações agroalimentares	15
Gráfico 1 Relação entre o valor bruto e os custos na produção de alimentos	21
Quadro 1 Características dos modelos produtivos agroindustrial e alternativo	22
Figura 1 Os dez elementos da agroecologia pela FAO	33
Quadro 2 Critérios para ser agroecológico/a elaborados por agricultores de Araponga-MG em 2012.....	34
Diagrama 1 Redes Alimentares Alternativas e formas de comercialização.....	39
Quadro 3 População urbana e rural e produção cafeeira.....	53
Quadro 4 Materiais bibliográficos e documentais pesquisados durante a realização dos estudos	57
Quadro 5 Resumo das perguntas e objetivos da pesquisa, categorias de análise e métodos ...	62
Diagrama 2 Organizações e sujeitos que construíram a Rede Agroecológica Raízes da Mata	66
Figura 2 Princípios da Rede Raízes da Mata.....	68
Figura 3 Termo de compromisso e cadastro de consumidores (as) utilizado até 2015 pela Rede Raízes da Mata.....	70
Figura 4 Acordos e regras para ofertar e consumir produtos na Rede elaborado em 2013	74
Gráfico 2 Número de participantes da Rede Raízes da Mata a partir das diferentes formas de contribuição entre os anos de 2013 e 2019	75
Figura 5 Declaração de cadastro da OCS Raízes da Mata emitida pelo MAPA.....	78
Quadro 6 Benefícios, direitos, deveres e procedimentos de Controle Social da OCS Raízes da Mata, elaborado em 2018.	79
Figura 6 Funcionamento e organização da Rede Raízes da Mata	80
Fotografia 1 Mutirão realizado durante uma das atividades de construção do conhecimento e controle social em uma propriedade de produção orgânica da Raízes da Mata.	81
Figura 7 Parte da planilha digital de divulgação das ofertas semanais de produtos dos membros da Rede Raízes da Mata em 2013.....	82
Esquema 2 Rotina semanal de organização e entrega dos pedidos entre 2011 e 2015.....	83
Fotografia 2 Feira semanal da Rede Raízes da Mata na Casa 18, Vila Gianetti	84
Figura 8 Destaques da linha do tempo da Rede Raízes da Mata, Viçosa-MG.....	86
Gráfico 3 Número de fornecedores e municípios de origem da produção entre 2013 e 2019, Raízes da Mata.....	87
Esquema 3 A circulação de produtos e serviços da Raízes da Mata até o ano de 2019	89

Gráfico 4 Receita bruta anual da Rede Raízes da Mata (em R\$)	90
Gráfico 5 Importância das estratégias de circulação da produção e serviços a partir das receitas brutas no ano de 2019.....	91
Mapa 1 Municípios que recebem e/ou enviam produtos a partir das diferentes estratégias de circulação da produção adotadas pela Rede Raízes da Mata	92
Figura 9 Divulgação de produtos orgânicos e agroecológicos em mercados convencionais de Viçosa-MG	93
Diagrama 3 Organizações e atores-chave na construção do Grupo de Orgânicos de Divino	105
Gráfico 6 Evolução da quantidade de famílias com lavouras em conversão e certificadas orgânicas em Divino-MG.....	108
Figura 10 Destaques na linha do tempo do Grupo de Orgânicos de Divino-MG	109
Fotografia 3 Visita do Grupo de Orgânicos de Divino ao grupo de Araponga em 2018.....	110
Figura 11 Regras e definições do GODI (janeiro de 2020).....	114
Figura 12 Estrutura das reuniões mensais do Grupo de Orgânicos de Divino-MG	116
Fluxograma 1 A circulação de produtos e serviços do Grupo de Orgânicos de Divino-MG	123
Fotografia 4 Café torrado e moído comercializado por famílias do Grupo de Orgânicos de Divino-MG	125
Fotografia 5 Sacaria utilizada especificamente para envio e armazenagem do café orgânico da COOPFAM.....	126
Fotografia 6 Mutirão realizado na propriedade de uma das famílias do Grupo de Orgânicos de Divino entrevistadas na pesquisa. Divino-MG.....	127
Fotografia 7 Caminhão de atravessador durante coleta de bananas cultivadas nas lavouras de café orgânico em Divino-MG.....	129
Quadro 7 Características das experiências analisadas a partir das categorias de análise	130
Figura 13 Árvore de prioridades do Plano Estratégico do Café elaborado em 2004.....	141
Figura 14 Desenho do SPG-ZM: núcleos, grupos e parcerias (março de 2020).....	144
Figura 15 Princípios e frutos do SPG no Polo Agroecológico da Zona da Mata	145
Figura 16 Informativo da COOPFAM aos cooperados	153
Figura 17 Caracterização das Redes Agroalimentares Agroecológicas.....	157
Figura 18 Circulação de produtos e serviços nas Redes Agroalimentares Agroecológicas ..	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CCAA	Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAG	Comitê sobre Agricultura da FAO
COOPERDOM	Cooperativa da Agricultura Familiar de Divino e Orizânia
CSA	Comunidades que Sustentam a Agricultura
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
ECOA	Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da UFV
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> , em inglês)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GODI	Grupo de Orgânicos de Divino
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (<i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i> , em inglês)
IN	Instruções Normativas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
OCS	Organização de Controle Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAPO	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PEC	Plano Estratégico para o Café Agroecológico da Zona da Mata
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RAA	Redes Alimentares Alternativas
RAÍZES	Rede Agroecológica de Prosumidores Raízes da Mata
SAF	Subsecretaria de Agricultura Familiar
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SOCLA	Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (<i>Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología</i> , em espanhol)
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (<i>United States Department of Agriculture</i> , em inglês)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	19
3 OBJETIVOS DA PESQUISA	27
3.1 Objetivo geral	27
3.2 Objetivos específicos	27
4 REFERENCIAL TEÓRICO	28
4.1 Contribuições da Agroecologia	28
4.2 As Redes Alimentares Alternativas e os circuitos curtos	36
4.3 A Sociologia Econômica	43
5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	51
5.1 Local da pesquisa e delimitação da amostra	52
6 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	55
6.1 Definição e perfil dos/as entrevistados/as	58
7 ANÁLISE DOS DADOS E CATEGORIAS DE ANÁLISES	61
8 A REDE AGROECOLÓGICA DE PROSUMIDORES RAÍZES DA MATA	64
8.1 Trajetória e interações sociopolíticas	72
8.2 Formas de organização e funcionamento	76
8.3 Circulação de produtos, serviços e acesso aos mercados	82
9 O GRUPO DE CAFÉ ORGÂNICO DE DIVINO	95
9.1. Construção e consolidação do GODI: sujeitos e organizações	101
9.2. Formas de organização e funcionamento	112
9.3 Circulação dos produtos, serviços e acesso aos mercados	117
10 ANÁLISE INTEGRADA DOS CASOS	130
10.1 Políticas Públicas e o Estado	136
10.2 A certificação orgânica: percepções e desafios	138
10.2.1 As diferentes percepções acerca da certificação orgânica	146

<i>10.2.2 Desafios da certificação orgânica na Zona da Mata.....</i>	<i>151</i>
10.3 As Redes Agroalimentares Agroecológicas e os mercados	155
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ..	174

1 INTRODUÇÃO

A forma como as pessoas do campo e da cidade se alimentam tem se transformado radicalmente ao longo do tempo, reflexo de profundas mudanças nos sistemas agroalimentares, que abrangem um conjunto de arranjos relacionados com a produção, processamento, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Desde a Revolução Industrial – com a abertura de novos mercados e a ampliação do comércio em longas distâncias e depois com a matriz tecnológica produtivista da Revolução Verde – a agropecuária se tecnificou e se artificializou, registrando significativas alterações no padrão de alimentação global (SCHMITT; GRISA, 2013).

A Revolução Verde pode ser entendida como a transnacionalização da modernização agrícola e dos mercados globais, baseada no modelo norte-americano centrado na intensificação da produção agroindustrial¹ de monoculturas e *commodities*² como o trigo, o milho e a soja, iniciado a partir da década de 1950 (MCMICHAEL, 2016), mas também o café no Brasil. Esse modelo preconiza o uso intensivo de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes sintéticos) e água para a irrigação, assim como da mecanização pesada da “indústria da guerra” que se tornou obsoleta após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto pós revolução industrial e verde, o desenvolvimento de variedades de alta produtividade a partir de sementes híbridas e mais tarde transgênicas, altamente dependentes de insumos químicos, fazem parte do pacote tecnológico disseminado pelos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), financiado com recursos públicos. Ademais, na esfera privada, o marketing junto à população e agricultores em geral e a atuação cada vez mais comum de representantes comerciais ou os chamados “vendedores de insumos” diretamente nas propriedades fortalecem a adoção desse modelo.

Com o desenrolar desse processo e a conseqüente ampliação, ao longo do tempo e espaço, da esfera privada, o controle passou do Estado para as grandes corporações privadas do Norte desenvolvido, que ampliaram a sua ação para o Sul subdesenvolvido com foco na produção de baixo custo a partir da exploração das terras e da mão de obra disponível nos países subdesenvolvidos como o Brasil. Em um primeiro momento, o foco estava na produção

¹ De acordo com McMichael (2016), essa forma de produção relaciona-se com a industrialização da agricultura, entendendo-a como um setor econômico integrado a grandes complexos industriais de produção de insumos, de processamento de alimentos e de grandes redes de comercialização.

² Os produtos considerados *commodities* são resultado de um conjunto de valores, padrões, normas e técnicas negociadas internacionalmente e universalizadas. Dessa forma, permite a construção de uma cadeia longa e distante, em que o contato com o produto e/ou com o produtor não é necessário. (WILKINSON, 2002).

de grãos de primeira necessidade para o consumo humano, ampliando-se para a alimentação animal, para os alimentos ultraprocessados e na ampliação das grandes redes varejistas.

A justificativa dos países desenvolvidos para essas mudanças era aumentar a produção de alimentos para uma população mundial em rápido crescimento e em insegurança alimentar. No entanto, a grande variedade de alimentos tradicionais de agricultores e agricultoras, ricos em nutrientes e adaptados às condições biofísicas e culturais desses países não desenvolvidos foram dizimados. Como aponta McMichael (2016, p. 90), essas estratégias substituíram “a sustentabilidade ecológica de longo prazo pelos ganhos financeiros de curto prazo”.

Para intensificar e acelerar esses processos, houve um aumento da influência das grandes empresas privadas e multinacionais nos marcos regulatórios relacionados à dinâmica produtiva e comercial do setor agroalimentar (ESQUEMA 1). Essas organizações estão presentes em todos os elos da cadeia³, desde os insumos produtivos como as sementes, os fertilizantes e corretivos do solo, os agrotóxicos, os maquinários e equipamentos e, mais recentemente, os chamados bioinsumos para o controle biológico, até o beneficiamento, a distribuição e o consumo, em que regras e padrões globais centrados na durabilidade e impessoalidade de produtos e processos estimulam a concentração e integração de empresas agroalimentares (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017), criando o que McMichael (2016) aponta como um “regime alimentar corporativo” em que as grandes corporações multinacionais determinam as regras, de uma forma globalizada e desconsiderando políticas, regulações e as diferentes culturas nacionais.

³ Optou-se pela utilização desse termo no intuito de representar a ideia de “prisão”, como de fato acontece nos sistemas agroalimentares convencionais.

Esquema 1 – Áreas de atuação das corporações agroalimentares



Fonte: Adaptado de Santos e Glass (2018)

Os impactos dessas alterações se dão em diferentes dimensões. Na ambiental, por exemplo, a partir de práticas inadequadas de interação entre seres humanos e natureza, há uma aceleração da diminuição da cobertura vegetal e da biodiversidade, a contaminação do meio ambiente com o uso intensivo de adubos químicos sintéticos e agrotóxicos e a perda de qualidade dos solos e das águas (ALTIERI 2012; GLIESSMAN, 2002; PEREZ-CASSARINO, 2013). Em relação aos impactos socioeconômicos, temos o êxodo rural e a concentração de terras, a desvalorização dos conhecimentos locais e ancestrais, os incentivos às grandes multinacionais e a verticalização das longas cadeias produtivas centralizadas em supermercados e a exclusão de agricultores familiares e pequenos produtores dos mercados (GOODMAN, 2017; GUIVANT, 2003; POLLAN 2006). De forma interligada aos demais, estão presentes os problemas de saúde advindos do uso intensivo de agrotóxicos e do consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados oriundos de monoculturas intensivas no uso de agrotóxicos.

Radomsky (2015) também aponta que os marcos regulatórios passaram a ter papéis cruciais na requalificação dos mercados e da produção agropecuária, ameaçando mercados de proximidade⁴ e informais da agricultura familiar camponesa⁵, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), responsável pela regulação do comércio internacional criada na década de 1990 e que adota princípios neoliberais. No entanto, esses princípios e acordos da OMC são desiguais, imperando o protecionismo a agricultores e empresas do Norte desenvolvido como os subsídios governamentais, às custas da liberalização de setores agrícolas e dos mercados do hemisfério Sul subdesenvolvido. McMichael (2016, p. 21) considera que esse neoliberalismo “acarretou uma subordinação explícita das nações aos mercados e um regime estruturado na mercantilização do abastecimento alimentar”.

Na busca de alternativas a esse regime alimentar corporativo, o qual tende a comprimir as relações mais autônomas de produção, distribuição e consumo, emergem movimentos diversos, no campo e nas cidades, de valorização dos alimentos naturais, sem agrotóxicos e de qualidade. Esses são expressos na reorientação da relação produtor-consumidor, esfacelada pelo alongamento das cadeias produtivas e pela concentração do consumo em grandes redes de hipermercados e supermercados (GOODMAN, 2017; VIVAS, 2017). Nesse sentido, conexões entre agricultura-coletividade-alimentação-saúde-biodiversidade-energia-democracia, entre outras, desafiam esse sistema economicista e produtivista em espaços urbanos e rurais. (RENTING; MARSDEN e BANKS, 2017).

Na mesma perspectiva de contraposição a esse modelo dominante e excludente, surge no início do século XX o movimento da Agricultura Alternativa, que depois se consolida como Agroecologia, chamada também de Agricultura Ecológica⁶. Esse movimento surge com ênfase nos agroecossistemas e nas mudanças técnico-produtivas necessárias para uma transição do padrão tecnológico dominante da Revolução Verde para experiências mais

⁴ Normalmente são mercados informais, baseados na confiança e nas relações de amizade, vizinhança e parentesco e acontecem entre quem produz e quem necessita de determinado produto.

⁵ O intuito de utilizar essa denominação é se diferenciar dos agricultores familiares centrados na produção de *commodities* e outros produtos voltados apenas para os mercados e altamente dependentes de insumos, aproximando-se de uma agricultura empresarial. Nesse sentido, a denominação “agricultura familiar camponesa” aponta para um grupo de atores em constante transformação, centrados na coprodução com a natureza em uma troca não mercantilizada, a partir da intensificação da força de trabalho familiar, na pluriatividade e na agregação de valor para as famílias agricultoras produtoras. Como aponta Carneiro (2018), essa pluriatividade ilustra a adaptação à modernização pelo camponês, sem perder valores simbólicos e formas de organização social próprias definidas nos diferentes contextos socio-históricos, apontando alternativas ao modelo produtivista da Revolução Verde.

⁶ Nessa pesquisa, os termos Agricultura Ecológica e Agricultura de base Ecológica, mais utilizados no sul do Brasil, têm o mesmo significado de Agroecologia, diferentemente dos termos Produção Orgânica, Sistema Orgânico ou Produção Orgânica Certificada, que está atrelada à produção voltada para a comercialização em um mercado diferenciado ou de nicho, e que possuem a Certificação Orgânica de acordo com as legislações. Entende-se assim que a produção orgânica certificada pode estar dentro do conceito da Agroecologia, sendo que o contrário não é possível.

ecológicas. A necessária aproximação entre produção-consumo na comercialização surge no decorrer dos debates e com o avanço no desenvolvimento e ampliação de práticas e técnicas mais ecológicas de produção, sendo que em algumas regiões como no sul do Brasil, essa aproximação já era uma preocupação ao final do século XX (MEIRELLES, 2000).

Em relação à agroecologia, não há uma definição única, mas uma diversidade de definições que evoluem ao longo do tempo, demonstrando o dinamismo da sua construção. Inicialmente estava atrelada às mudanças nos agroecossistemas, como a diversificação da produção, as inter-relações entre as diferentes espécies vegetais e animais, o manejo ecológico dos solos, das doenças e das pragas e o não uso de agrotóxicos e outros insumos químicos deletérios à vida. No entanto, esse conceito aborda também questões mais socioculturais e econômicas como a autonomia das famílias agricultoras, o respeito às especificidades de gênero, geração e de povos e comunidades tradicionais, a valorização da conexão entre produção e consumo, campo e cidade, e a soberania e segurança alimentar (ALTIERI, 2012; ANA, 2018).

De forma ampliada, Francis *et al.* (2003, p.104, tradução nossa)⁷ definem a Agroecologia como “a ecologia dos sistemas alimentares”. Dessa forma, estudos interdisciplinares que abordem as questões envolvidas desde a produção até o consumo dos alimentos, incluindo a aproximação entre os sujeitos, são essenciais. Ademais, envolve metodologias que valorizem a participação, sobretudo de agricultores e agricultoras, a construção coletiva dos conhecimentos considerando as diferentes realidades locais e suas condições sociais, biofísicas, econômicas e culturais, não havendo um “modelo agroecológico” a ser seguido como na Revolução Verde.

As mudanças dos agroecossistemas convencionais em direção a outros mais agroecológicos, para que não haja grandes impactos socioeconômicos na vida de agricultores e suas famílias, é importante que sejam feitas de forma gradual no tempo-espço. Ademais, devem respeitar as condições socioeconômicas, culturais e ecológicas, o que chamamos de transição agroecológica⁸. De modo geral, ela é definida como uma transformação nas práticas e formas de manejo associadas aos agroecossistemas e à produção. (SCHMITT; BARBOSA, 2019).

Importante destacar a necessária interação entre as mudanças nos agroecossistemas, mas também aquelas no âmbito socioeconômico – como a circulação e acesso aos mercados.

⁷ “[...] agroecology is defined as the ecology of food systems.”

⁸ Destaca-se que na produção orgânica e suas legislações o termo mais utilizado é a conversão dos agroecossistemas para sistemas orgânicos, que a partir da semântica da palavra nos remete a uma mudança abrupta.

Uma das experiências mais antigas e conhecidas com esse viés no Brasil é a Rede ECOVIDA de Agroecologia no sul do país, que constituiu um sistema participativo de garantia (SPG) de produtos orgânicos a partir das feiras e, além de acessar circuitos mais longos de comercialização, tem nos circuitos curtos de produção e consumo a sua base de atuação.

Nesse sentido, surge a necessidade de ampliação das análises de experiências alternativas ao sistema agroalimentar globalizado e dominante centrado na mercantilização dos alimentos pelas grandes corporações transnacionais, dando visibilidade e compreensão acadêmica às Redes Alimentares Alternativas (RAA). As RAA são formas emergentes em que produtores, consumidores, técnicos, entre outros sujeitos, incorporam alternativas ao modo industrial padronizado e hegemônico de abastecimento alimentar (MURDOCH; MARSDEN; BANKS, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017). Nestas, a proximidade entre produtores e consumidores é marco fundamental, além da importância das relações sociais estabelecidas entre os diversos sujeitos formando diferentes redes. (NIEDERLE; MARQUES, 2016).

Essas Redes trazem a noção de que as pessoas, as relações sociais e os laços estabelecidos também são importantes, para além das relações comerciais e econômicas, incorporando inclusive a natureza. Nesse sentido, há uma diversidade de processos emergentes baseados na construção social de diferentes circuitos de comercialização. Essa construção baseia-se em uma distribuição mais justa das riquezas geradas pela agricultura, sobretudo para os agricultores e agricultoras, em que as relações energéticas e com a natureza sejam mais sustentáveis (PETERSEN, 2013).

Para tanto, as RAA e a Agroecologia precisam ser compreendidas com base na identificação dos elementos que as definem, mas também estimulam ou limitam a sua expansão. A relação entre essas redes e a Agroecologia pode ser um mecanismo interessante para analisar as mudanças nos sistemas agroalimentares, sobretudo com o advento da pandemia da COVID-19, com o aumento no preço de alimentos básicos para a população e a crise econômica que traz consigo o aumento da fome.

As mudanças agroalimentares, como aponta Vivas (2017), precisam ser calcadas na premissa de que a alimentação deve estar a serviço das pessoas e da vida, e não do capital baseado em diferentes explorações e no lucro de grandes corporações transnacionais.

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

No período pós II Guerra Mundial, diferentes ações justificavam internacionalmente a importância da Revolução Verde, já que apontavam um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento e aumento da produção de alimentos que, a partir das reflexões daquela época, acabariam com a fome no mundo, o que de fato não aconteceu (MALUF, 2007). Apesar de haver correntes defensoras de que o problema central da fome é a quantidade de alimentos, justificando as tecnologias industriais altamente dependentes em energias não renováveis, além de outras questões já apontadas, há outras correntes que justificam a questão fundamental em relação à crise alimentar como algo que não mais diz respeito à quantidade de alimentos, mas à qualidade e como se dão os processos desde a produção, distribuição e o consumo (NIEDERLE; MARQUES, 2016).

Além do aumento da produção e da produtividade advindas das revoluções industrial e verde não ter resolvido o problema da fome, diferentes escândalos relacionados à indústria alimentar como problemas sanitários e de qualidade dos produtos vêm acontecendo, tendo como exemplo a doença da vaca louca. Esses problemas geram desconfiças por parte da população no que diz respeito à produção agroindustrial moderna, além da produção em massa de alimentos processados diminuir o valor líquido, tendo em vista o aumento dos custos e a incapacidade do aumento da produtividade como forma de compensação para essas perdas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017). Ademais, excluem agricultores camponeses dos mercados que não conseguem competir com a dominação transnacional do que Ploeg (2008) denomina de impérios agroalimentares.

Essa agricultura familiar camponesa, produtora da maioria dos alimentos básicos para a população, é a base para a construção da Agroecologia e das RAA. Além dela, outros sujeitos também estão presentes, como os que vivem e produzem nas zonas urbanas. No entanto, ambos passam pelas dificuldades impostas pela globalização, como as mudanças institucionais, a impessoalidade, bem como normas sanitárias e ambientais desarticuladas com estas diferentes realidades. Tais exigências dificultam o acesso a mercados pela agricultura familiar camponesa, como o de produtos artesanais, agroecológicos, sem venenos e orgânicos, os circuitos curtos, as vendas diretas, entre outros (WILKINSON, 2008).

Apesar dos impactos causados pela padronização e desterritorialização de produtos e processos, diversas experiências surgem marcadas por fluxos culturais locais. Essas duas representações do espaço (territorializado e desterritorializado) acontecem ao mesmo tempo (RUBIM, 2008). Para Santos (2002), uma globalização bem-sucedida, independente do

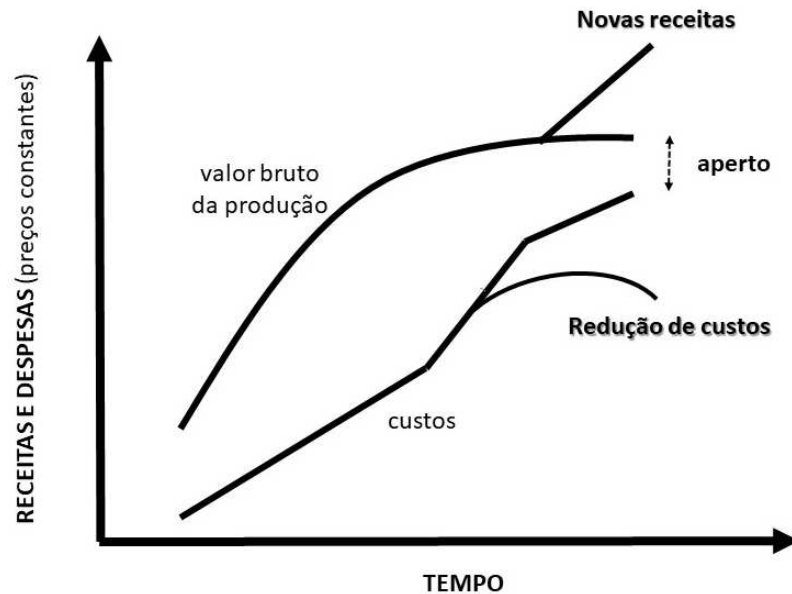
modelo, é sempre um localismo expandido, entendendo-se assim que os processos de mudança passam pela localização de experiências para então serem expandidas.

Dessa forma, torna-se importante conhecer com profundidade o funcionamento, o histórico de construção e como se configuram as experiências analisadas nesta pesquisa. Assim, essa caracterização colabora para a ampliação do conhecimento acerca de experiências locais, territorializadas, que contribuem com a criação e ampliação de outras ocorrências. Da mesma forma, permite que experiências semelhantes possam se expandir para outros territórios e regiões.

Além das questões culturais e sociais envolvidas nestas experiências, há também a preocupação com as melhores condições de vida e, conseqüentemente, de renda do público marginalizado. Ações e experiências locais cumprem um papel fundamental para que a agregação de valor aos produtos fique, na sua maioria, com os agricultores e agricultoras e não com os complexos agroindustriais de insumos, de transformação dos alimentos, de logística e comercialização. A falta de autonomia frente a esses impérios agroalimentares causa uma concentração da renda nos elos intermediários desses complexos, e não no elo central, que são os sujeitos produtores dos alimentos.

O gráfico 1 demonstra a diminuição da renda causada pelo “aperto” ou “squeeze” na relação entre as receitas e as despesas ao longo do tempo. A partir de certa estabilização do valor bruto da produção e o aumento constante dos custos, esse aperto recai sobre os agricultores e agricultoras. O aumento dos custos relaciona-se com a dependência em relação aos insumos produtivos dominados pelos impérios agroalimentares, incluindo mais recentemente os bioinsumos. Ademais, a exploração da mão de obra de diferentes formas, inclusive nas relações de parceria, também acontece.

Gráfico 1 – Relação entre o valor bruto e os custos na produção de alimentos



Fonte: Renting; Marsden; Banks, 2017, p. 33

Além da lógica do regime agroalimentar globalizado, que vem se ampliando desde as revoluções industrial e verde e, posteriormente, com políticas agrícolas e agrárias conectadas ao neoliberalismo, há outras estratégias que agricultores buscam para obter melhores rendimentos baseados na redução de custos e na ampliação das receitas. Na lógica agroecológica e das redes alimentares alternativas, as novas receitas podem advir da pluriatividade, da diversificação da produção, da qualidade diferenciada dos produtos, da ampliação dos mercados e também da aproximação entre produção e consumo, com maior agregação de valor às famílias agricultoras. No lado dos custos, a cooperação em redes, a produção baseada em princípios mais sustentáveis como a ciclagem de nutrientes e a otimização dos recursos, a autonomia em relação aos insumos externos e o encurtamento das distâncias entre quem produz e os consumidores são alguns exemplos.

Darolt (2013) destaca, a partir de pesquisas no Brasil e na França, algumas características das redes alimentares alternativas que dialogam com a agroecologia. Dentre elas, ressalta o tamanho reduzido dos agroecossistemas, a gestão e a mão de obra das famílias, o aumento da autonomia nas decisões familiares, a diversificação e a complexificação dos sistemas produtivos, a pluriatividade e as múltiplas competências dos agricultores. Esse conjunto de estratégias chamadas de alternativas reúne características da Agroecologia e das RAA, conforme demonstrado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Características dos modelos produtivos agroindustrial e alternativo

AGROINDUSTRIAL	ALTERNATIVO
Moderno	Pós-moderno
Industrializado/processado/ <i>commodities</i>	Natural/fresco/agroindústria familiar ou comunitária
Produção em larga escala	Produção artesanal/pequena escala
Cadeias longas de abastecimento	Cadeias curtas de abastecimento
Padronizado	Diversificado
Monocultura	Biodiversidade
Homogeneização	Preferências regionais e locais
Hipermercados	Mercados locais/regionais
Agrotóxicos e insumos sintéticos	Agricultura sustentável/ecológica/agroecologia
Energia não renovável	Energia renovável
<i>Fast food</i>	<i>Slow food</i>
Quantidade	Qualidade
Grandes produtores e integração	Agricultores Familiares, camponeses e pequenos produtores
Alimentos globalizados	Respeito e valorização das diferenças culturais e alimentares

Fonte: Adaptado de Maye; Kirwan, 2010

A sobreposição de elementos da agroecologia e das redes alimentares alternativas é percebida como um estímulo a processos locais de transição do modelo industrial de produção agropecuária para experiências mais sustentáveis e justas que busquem formas mais autônomas em direção à soberania e segurança alimentar (MEDEIROS; MARQUES, 2011; PETERSEN *et al.*, 2017; SAMBUICHI *et al.*, 2017).

Ainda são poucos os trabalhos que analisam as RAA e a Agroecologia enfatizando estratégias de comercialização e acesso a mercados. Para o desenvolvimento dessas alternativas, Polanyi (2000) e Steiner (2006) apontam que as relações sociais não podem estar desvinculadas da vida econômica e, antes do caráter econômico, a identificação e análise dessas relações são primordiais. Para tanto, estudos sobre a configuração das redes e das relações sociais estabelecidas entre seus diferentes sujeitos darão base para analisar as alternativas a esse modelo.

Na Zona da Mata de Minas Gerais, área de abrangência da pesquisa, os estudos relacionados com a Agroecologia estão mais focados nas técnicas produtivas, nas metodologias de construção do conhecimento agroecológico, nas análises dos agroecossistemas e da agrobiodiversidade e nas relações com a educação e os movimentos sociais. Na pesquisa realizada por Schmitt (2016)⁹ entre os anos de 2013 e 2015 sobre a rede de promoção da Agroecologia iniciada ao final da década de 1980 na região, a autora identificou, além dos sujeitos e organizações chave, que a preocupação com o acesso aos mercados iniciou-se nos anos 2000.

Nessa época, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), organização não governamental que promove a Agroecologia como estratégia para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar desde 1987¹⁰, desenvolveu o Plano Estratégico para o café agroecológico da Zona da Mata (PEC). Juntamente com agricultores, agricultoras e suas organizações, entidades de pesquisa, ensino e extensão, definiu-se que o objetivo do Plano era a redução dos custos de produção e a melhoria na renda das famílias produtoras a partir do acesso a mercados diferenciados para o café agroecológico. Apesar do avanço no manejo e na melhoria da qualidade do café, a comercialização diferenciada do produto não aconteceu naquela época (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2002).

Ademais, por meio da diversificação de experiências agroecológicas para além do café, outras ações relacionadas à dinamização produtiva e de acesso a mercados têm acontecido. Identifica-se na Zona da Mata a ampliação dos circuitos curtos de comercialização como as feiras e as entregas de cestas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a criação dos chamados “mercadinhos” locais da agricultura familiar¹¹, a organização e formalização de Associações e Cooperativas de Agricultores e a criação, em 2011, da Rede Raízes da Mata (SCHMITT, 2016). Já em 2015, é criado o Grupo de Orgânicos do município de Divino-MG (GODI), formado por agricultores familiares agroecológicos que buscavam a certificação orgânica dos produtos.

A rede agroecológica da região se fortalece quando, em 2018, a Zona da Mata de Minas Gerais se torna “Polo Agroecológico e de Produção Orgânica”, um dos primeiros do

⁹ Projeto “*Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica*” apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Chamada 43/2013 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

¹⁰ Disponível em: <https://ctazm.org.br/>. Acesso em: 21/07/2020.

¹¹ Pequenos mercados de produtos da agricultura familiar, normalmente apoiados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), que também funcionam como um entreposto entre os produtos da zona rural e a cidade.

país¹² a ser reconhecido por uma lei estadual. Dentre as diretrizes do Polo, o fomento à agroecologia e produção orgânica, o apoio à comercialização por intermédio de mercados diferenciados, priorizando-se as cadeias curtas como as feiras, a articulação e integração de políticas públicas e o apoio às pesquisas científicas (MINAS GERAIS, 2018). Dessa forma, constitui-se como um espaço de mobilização e articulação dos diferentes sujeitos, tanto da sociedade civil como de instituições governamentais, envolvidos com a construção da agroecologia e da produção orgânica na região.

A importância dos estudos dessas redes agroalimentares criadas regionalmente no âmbito do Polo ficou ainda mais evidente com a atual pandemia da COVID-19. Tais estudos devem realizar análises que contribuam para novos olhares sobre os sujeitos que influenciam desde a produção até o consumo alimentar. Formas diversificadas na circulação dos produtos, a aproximação da produção e do consumo e a rápida adequação às mudanças são questões importantes.

O fato das feiras, principal forma de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil, terem sido suspensas, concentrou fortemente as compras de alimentos no varejo nas grandes redes de supermercados e hipermercados. Um dos estudos realizados que comprova essa ocorrência foi realizado no Brasil pela CIELO, empresa de tecnologia e serviços para o varejo que lidera o segmento de pagamentos eletrônicos na América Latina e no Brasil.

O Índice Cielo do Varejo Ampliado (CIELO/ICVA)¹³ compara semanalmente o faturamento nominal de setores de bens duráveis, não duráveis e de serviços. Desde o começo de março de 2020, marco inicial da pandemia, o Índice compara o faturamento dos três setores com relação aos anos anteriores. Nele, o setor de bens não duráveis, liderado pelo crescimento no faturamento nominal de supermercados e hipermercados, vem atenuando os impactos da crise com um crescimento acumulado de 16,6% entre 01 de março de 2020 e 05 de setembro de 2020. No entanto, não reverteu a queda acumulada no varejo total, incluindo bens duráveis, não duráveis e de serviços, que ficou em -22,5% do faturamento nominal no mesmo período.

Apesar da queda acentuada incluindo todos os setores, os super e hipermercados foram os únicos que não apontaram queda no Brasil desde março de 2020, quando a pandemia teve início. Esse cenário de crise veio reforçar o que Vivas (2017) já aponta em relação à

¹² Lei Estadual nº 23.207 de 27/12/2018 que institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

¹³ Mais informações em <https://www.cielo.com.br/boletim-cielo-varejo/>

concentração nas grandes redes varejistas e atacadistas, o que traz a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as redes alternativas, os circuitos curtos e as relações diretas entre quem produz e quem consome.

Pesquisas com este viés ampliam as análises acerca dos coletivos e redes na construção de estratégias voltadas para a produção e acesso a mercados diferenciados e crescentes de produtos agroecológicos, em transição e orgânicos. A análise investigativa a partir da Agroecologia e das teorias da sociologia econômica, como as redes sociais e a reciprocidade, possibilitam apontar os desafios enfrentados, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria de ações e políticas públicas. A identificação das características dessas experiências territorializadas contribui para a ampliação no uso do conceito das RAA de forma mais contextualizada e adaptada.

Outro elemento que contribui para a construção do problema de pesquisa e a definição do caminho percorrido até a elaboração dos objetivos tem forte relação com a vivência pessoal e profissional do autor ao longo dos últimos 20 anos. De forma geral, o pesquisador experienciou em sua trajetória diferentes visões. A militância no movimento Agroecológico iniciou-se ainda no curso superior de Agronomia, a partir do movimento estudantil e dos grupos de agricultura alternativa e agroecologia. Depois, em ONGs e redes como o CTA-ZM, a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e a participação em diferentes espaços de articulação, refinando o olhar enquanto extensionista e assessor técnico no meio rural e urbano.

Como agente público no Estado de Minas Gerais, atuou no Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA) e na coordenação de agroecologia da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Além destes espaços, também participa da Comissão de Produção Orgânica de Minas Gerais (CPOrg-MG), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na CPOrg-MG, participa há pelo menos 6 anos representando organizações da sociedade civil e governamentais, onde vem atuando como coordenador nos últimos dois anos.

Já nos últimos 4 anos, enquanto produtor agroecológico na Rede Raízes da Mata e depois colaborador, participou de diferentes espaços. Além dos ambientes vinculados à comercialização, atuou na gestão coletiva da Rede e na constituição da primeira Organização de Controle Social da garantia da qualidade orgânica da região, a OCS Raízes da Mata. Entre outras demandas, tem acompanhado nesse período a construção de um Sistema Participativo de Garantia da qualidade orgânica e agroecológica de produtos na Zona da Mata.

Essas experiências permitiram a participação em diferentes espaços de construção de políticas públicas, ações, projetos e processos, principalmente em Minas Gerais, mas também com interações nacionais. Dentre as temáticas envolvidas, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, a produção e certificação orgânica, as metodologias participativas, a construção coletiva da agroecologia e temas correlatos.

Essa trajetória e acúmulos, juntamente com a base teórica adquirida ao longo das experiências e do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV, se unem na definição dos objetivos dessa pesquisa, que estão imbricados na atuação do profissional/pesquisador. Ademais, essa trajetória reforça a relevância do tema e fundamenta a prática científica do autor.

Com base nas questões abordadas acima, foram formuladas algumas perguntas que contribuirão com os objetivos dessa pesquisa. Como as relações e os processos desenvolvidos localmente possibilitam a consolidação de Redes Alimentares Alternativas baseadas na saúde humana, na sustentabilidade ambiental e nas relações sociais mais justas? O que caracteriza as experiências analisadas na Zona da Mata de Minas Gerais como Redes Alimentares Alternativas? Como foram constituídas essas experiências e como estão configuradas? Que desafios e inovações/emergências essas Redes enfrentam para manterem-se operando e ampliarem seu alcance?

Diante disso, essa pesquisa propôs identificar e analisar os elementos centrais que particularizam a Rede de Prosumidores Raízes da Mata (Raízes da Mata) situada em Viçosa-MG e o Grupo de Orgânicos de Divino-MG (GODI), ambos na Zona da Mata de Minas Gerais. Além disso, relacionar esses elementos com as abordagens teóricas e avançar no diálogo científico sobre a reconfiguração dos sistemas agroalimentares e sobre novos modelos organizativos de abastecimento alimentar voltados para a saúde humana, a sustentabilidade ambiental e as relações sociais mais justas ficaram ainda mais necessárias frente a pandemia e a crise econômica.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 Objetivo geral

Compreender a construção e a operacionalização de Redes Alimentares Alternativas baseadas na agroecologia na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender o processo histórico de criação das experiências.
- Caracterizar a configuração atual desses grupos e dinâmicas de funcionamento.
- Identificar e problematizar os dilemas e desafios enfrentados pelas redes para o seu desenvolvimento e expansão.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Contribuições da Agroecologia

Nesses novos caminhos e debates acerca do desenvolvimento rural que extrapolam a economia convencional ou economia de mercado, o papel e o lugar da produção de base ecológica e familiar nos diferentes territórios, assim como a construção e o acesso aos mercados, aparecem como questões importantes (IAASTD, 2009; DE SCHUTTER, 2012; PETERSEN *et al.* 2017; MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO *et al.* 2018).

O surgimento da agricultura alternativa no Brasil, hoje denominada Agroecologia, data de meados da década de 1970 como uma opção ao modelo hegemônico produtivista da Revolução Verde. Nessa mesma época começaram no Brasil os primeiros eventos sobre agricultura alternativa, abrangendo as diferentes correntes¹⁴ e organizados por profissionais e entidades ligadas à agronomia. Esses eventos também permitiram uma maior aproximação dos profissionais das ciências agrárias com os movimentos ambientalistas e sociais do campo.

Esse movimento de contestação aconteceu um pouco mais cedo na Europa e Estados Unidos, entretanto com um viés mais ecológico, produtivo e de mercado. O viés social não era o foco nesses países de primeiro mundo, já que executavam políticas de apoio ao meio rural, diferentemente do Brasil e de outros países não desenvolvidos (ROSSET *et al.*, 2020; COSTA *et al.*, 2015).

Na América Latina, a agroecologia possui um forte vínculo com movimentos sociais e políticos e com o modo alternativo de produção e de vida de camponeses, indígenas, bem como outros povos e comunidades tradicionais. Essa conexão se dá por meio do diálogo de saberes e da construção coletiva do conhecimento baseados nos referenciais teórico-metodológicos da educação popular e da pesquisa-ação, e o uso de metodologias participativas (CARDOSO; FERRARI, 2006; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014; ROSSET *et al.*, 2020).

Esse afastamento social nos países desenvolvidos é percebido no documento “Relatório e Recomendações Sobre Agricultura Orgânica” produzido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês) que foi traduzido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1984. Nesse relatório, a agricultura orgânica é entendida como

¹⁴ Entre essas correntes podemos citar a Agricultura Natural no Japão, a Agricultura Biodinâmica na Alemanha e a Agricultura Orgânica nos Estados Unidos e Inglaterra.

Um sistema de produção que evita, ou exclui amplamente, o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente. Tanto quanto possível, os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, resíduos de culturas, esterco animal, leguminosas, adubos verdes, lixo orgânico vindo de fora da fazenda, cultivo mecânico, minerais naturais e aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e a produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas (USDA, 1984, p. 11).

Nessa mesma época, no Brasil, foi realizado o primeiro evento sobre Agricultura Alternativa por uma instituição de pesquisa, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). No documento produzido nesse evento, a definição era bem similar à produzida pelo USDA, no entanto, acrescentando significados socioeconômicos como “processo”, “a humanização do trabalho”, “compatíveis com as realidades”, “alimentos baratos e de qualidade” e “escala para as necessidades internas e exportação.” (COSTA *et al.* 2015).

Também na década de 1980 e início dos anos 1990 organizações não governamentais são criadas e ganham mais expressão nesse movimento. As primeiras experiências de comercialização de produtos orgânicos no Brasil surgem a partir de feiras no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, ainda incipientes, artesanais e muito localizadas. Na década de 1990, ampliaram-se as feiras e outras formas de comercialização nacional e internacional desses produtos e, com isso, as normatizações da produção orgânica, muito capitaneadas pela Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM, sigla em inglês), criada na década de 1970. Apesar da IFOAM ampliar o conceito de agricultura orgânica utilizado pela USDA, o termo ainda está centrado nos sistemas de produção.

A Agricultura orgânica é um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Tem como base os processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais em alternativa ao uso de insumos com efeitos adversos. A Agricultura orgânica combina a tradição, inovação e ciência de modo a ser benéfica para o espaço partilhado, promove relacionamentos justos assegurando uma boa qualidade de vida a todos os envolvidos (IFOAM, 2008).

No início dos anos 2000, o movimento agroecológico¹⁵ no Brasil, a partir da ampliação de suas ações, expande também suas formas de organização, como a criação em

¹⁵ Entende-se como movimento agroecológico as diversas organizações da sociedade civil, sobretudo as ONGs criadas na década de 1980 que possuem a agroecologia como princípio de atuação, mas também movimentos sociais que também encampam essa bandeira.

2001 da Rede ECOVIDA de Certificação Participativa no Sul do país¹⁶. Em 2002, constituiu-se a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que congrega diversos campos de atuação como a ciência, as organizações não governamentais, as organizações de agricultores e agricultoras, iniciativas ecológicas, entre outras (MIER; TERÁN GIMÉNEZ CACHO *et al.*, 2018).

No campo acadêmico e científico, em 2004 a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi fundada, assim como a criação da *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia* (SOCLA), em 2007. Ambas reforçaram os debates científicos sobre a agroecologia na América Latina. De acordo com Sambuichi *et al.* (2017), foi nos anos 2000 que a Agroecologia passou a considerar uma visão mais sociológica dos agroecossistemas. Entendendo as diferenças regionais e no intuito de territorializar as ações da ANA no Brasil, diversas redes estaduais e regionais foram criadas ao longo das diferentes regiões e biomas, como a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), em 2003, dentre outras. Além disso, foi também nessa época, em 2003, que se deu o marco fundador legal da produção orgânica e agroecológica¹⁷.

De acordo com Niederle e Marques (2016), a normatização da produção orgânica no país tem quatro marcos históricos. O primeiro é a Lei Federal 10.831/2003, que trata da agricultura orgânica de forma geral e sucinta, apontando a necessidade de certificação dos produtos, mas deixando uma brecha para a venda direta por agricultores familiares inseridos em processos de controle social em que a certificação era facultativa (BRASIL, 2003).

Na sequência, temos o Decreto 6.323/2007, que regulamenta a Lei Federal. Além de trazer mais elementos relacionados às formas de garantia da qualidade orgânica, aborda as organizações de controle social e as certificações por auditoria e por sistema participativo. Além disso, elementos como os mecanismos de controle, a fiscalização e a participação da sociedade também são abordados (BRASIL, 2007). A regulamentação dos sistemas participativos só foi possível porque a lei considerou os diferentes sistemas de certificação presentes no país, como os SPGs. Apesar das normas da produção orgânica serem as mesmas para todas as formas de garantia, nos sistemas participativos o controle social ocorre por meio da participação e da confiança entre agricultores(as), consumidores, técnicos, entre outros

¹⁶ A Cooperativa Ecológica Coolméia foi a precursora dos SPGs, já que no início dos anos 1990 realizava a certificação participativa agricultor-consumidor em sua feira ecológica em Porto Alegre. No entanto, a ECOVIDA foi pioneira na criação de uma rede mais ampla baseada na confiança e no compartilhamento de valores sociais e culturais entre produtores e consumidores, atualmente presente nos três estados do sul do Brasil.

¹⁷ Apesar de haver diferenças entre a produção orgânica e agroecológica, sobretudo socioeconômicas e políticas, a legislação brasileira da produção orgânica de 2003 incluiu a agroecologia e outras denominações como sistemas agroflorestais, biodinâmica, natural, no guarda-chuva da produção orgânica.

sujeitos do sistema, organizados em grupos e núcleos e tendo uma organização com personalidade jurídica que garanta oficialmente todo o processo. No caso da certificação por auditoria, esse controle acontece por meio de um/a inspetor/a, ou seja, um agente externo ao processo.

O detalhamento tem se dado por cerca da publicação de quinze diferentes Instruções Normativas (IN) do Ministério da Agricultura e/ou conjuntas com outros ministérios ou setores, abordando os mecanismos de controle e de qualidade, o extrativismo, o processamento, as sementes e mudas, entre outros regulamentos técnicos da produção¹⁸. Como aponta Niederle e Marques (2016, p. 280), a regulamentação da produção orgânica “questiona as fronteiras políticas e semânticas entre as múltiplas agriculturas de base ecológica para estabelecer um padrão centrado nas normas da agricultura orgânica”.

Após a normatização da produção orgânica, criou-se o que podemos chamar de quarto marco histórico, que foi a Política Nacional de Agroecologia (PNAPO), criada pelo Decreto nº 7.794 de 2012, referência para a construção da agroecologia na América Latina (BRASIL, 2012). Foi um processo amplo de debates e elaborações envolvendo Governo Federal e diversos movimentos e organizações da sociedade civil, inclusive a ANA. A partir da PNAPO, construiu-se o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), ampliando e integrando diversas ações governamentais voltadas para a transição agroecológica, para a produção orgânica e de base agroecológica.

Nessa esteira, em 2014 o Estado de Minas Gerais aprovou a Lei Estadual 21.146/2014, que criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), antes presente apenas no sul do país. A construção e a aprovação da PEAPO-MG foram fruto da interação de agentes públicos estaduais e de organizações da sociedade civil do campo e da cidade, que teve como marco inicial a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF)¹⁹ da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), em 2011. Todo esse processo desde a criação da SAF foi influenciado por sujeitos ligados às organizações da agricultura familiar, da agricultura urbana, da segurança alimentar e das redes de agroecologia (SCHMITT; BARBOSA, 2019).

Dialogando com esses processos, Petersen *et al.* (2017) apontam que a construção social da Agroecologia se dá pelas convergências e disputas entre os diversos sujeitos

¹⁸ Alterações nos regulamentos técnicos da produção orgânica entraram em consulta pública em agosto de 2018 e chama a atenção o aumento na quantidade de insumos aceitos na produção orgânica.

¹⁹ No governo posterior do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2015, a Subsecretaria de Agricultura Familiar desvinculou-se da SEAPA transformando-se na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), responsável por coordenar as políticas de desenvolvimento rural, acesso à terra, fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

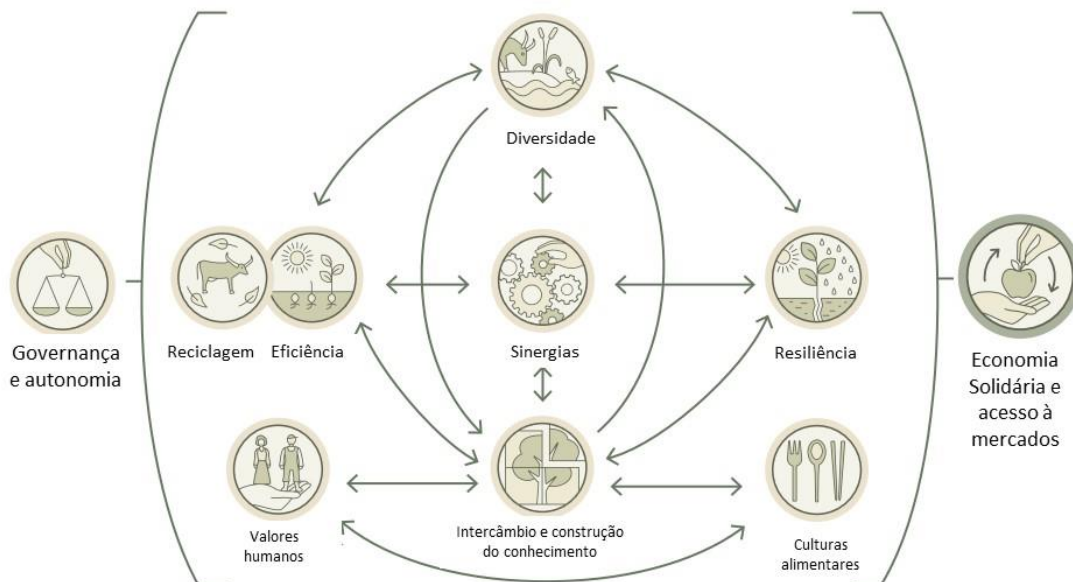
econômicos e sociopolíticos vinculados aos diferentes territórios, que apontam a Agroecologia como um

(...) enfoque científico-tecnológico para a reconexão da agricultura nas dinâmicas dos ecossistemas e para a reorganização de sistemas agroalimentares capazes de responder às aspirações atuais e demandas futuras da população por alimentos suficientes em qualidade e diversidade (PETERSEN *et al.*, 2017, p. 7).

Mais importante que qualquer definição, é a indicação de Gliessman (2002) de que os princípios agroecológicos podem ser aplicados em diversos agroecossistemas, adaptados conforme a região/território, não havendo uma “receita/pacote” pronto como na agricultura convencional agroindustrial. A Agroecologia, apesar de algumas definições se restringirem às questões ambientais e ecológicas, deve apontar para processos de reconformação dos sistemas agroalimentares em todos os seus âmbitos (ecológicos, econômicos, sociais, culturais, políticos e espirituais), em que os conhecimentos acumulados e construídos ao longo dos anos pelos diferentes povos e culturas são essenciais (SANTOS, 2002).

Para tanto, a Agroecologia deve ser entendida como a ecologia dos sistemas agroalimentares (FRANCIS *et al.*, 2003), que amplia a definição de Gliessman (2002) restrita aos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Nessa ampliação, o Comitê sobre Agricultura da FAO (COAG, sigla em inglês) aprovou em 2019 o que tem chamado de “10 elementos da agroecologia” (FIGURA 4). Elaborado com base na literatura científica, aponta princípios e características da agroecologia na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis em diferentes países e territórios.

Figura 1 – Os dez elementos da agroecologia pela FAO



Fonte: FAO (2019), tradução livre do autor

As noções apolíticas em relação à agroecologia pelo Norte desenvolvido, sobretudo os Estados Unidos e a Europa, centrada em técnicas produtivas e científicas em favor de um “mercado verde orgânico” de alimentos saudáveis e de nicho, não são globalizadas. Na América Latina, a agroecologia tem a importância histórica, social e política de um movimento mais amplo, que engloba o diálogo de saberes entre o saber científico e as práticas e saberes ancestrais, tradicionais e populares, a circulação e a comercialização de produtos, não como objetivo único e principal, mas inserida enquanto movimento social, ciência e prática (WEZEL *et al.*, 2009).

Em trabalho recente, Rosset *et al.* (2020) apontaram algumas características que demarcam a construção da agroecologia na América Latina e que a diferem dos países do Norte. Dentre elas, a existência de numerosos povos e comunidades tradicionais, indígenas e camponesas nos territórios, com suas ancestralidades e relações espirituais com a Mãe Terra e a relação estreita com os movimentos sociais de resistência contra os mega projetos

agropecuários, hídricos e extrativistas, na defesa de territórios e modos de vida. Ademais, preconiza o diálogo de saberes entre os conhecimentos técnicos, científicos/acadêmicos e tradicionais, a formação e capacitação ampla dos sujeitos envolvidos, relacionando temáticas técnico-produtivas, sociopolíticas e culturais e a busca pela autonomia e independência por modos de produção e reprodução mais sustentáveis.

Assim, a Agroecologia reúne um conjunto de características e princípios que se adaptam em diferentes contextos, sendo, até então, o modelo mais adequado na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Como aponta Gliessman (2002), os princípios agroecológicos podem ser aplicados e adaptados em diversos agroecossistemas, regiões e povos, não havendo uma receita ou um pacote pronto. Rosset *et al.* (2020) complementam apontando a importância atribuída pela Agroecologia às relações espirituais com a Mãe Terra, a estreita relação com os movimentos sociais, o diálogo de saberes e a busca pela autonomia e independência, muito presentes no movimento agroecológico da Zona da Mata.

Esses conceitos e abordagens teóricas não são exotéricos ou estão distantes da realidade. Na verdade, estão conectados e contribuem para dar sentido a inúmeras experiências em diferentes países. Um dos exemplos é a construção de mais de 30 anos da agroecologia na Zona da Mata mineira. Influenciada pela criação do CTA-ZM na década de 1980 e por parte do corpo docente e discente da Universidade Federal de Viçosa/UFV, a base são os movimentos sindicais, sociais e as organizações de agricultores e agricultoras familiares.

Os princípios acima mencionados, elaborados teoricamente, podem ser percebidos nos critérios definidos pelos próprios agricultores e agricultoras (QUADRO 2). De forma a territorializar a agroecologia, agricultores familiares de Araponga-MG, Zona da Mata mineira, construíram coletivamente em 2012 alguns critérios que contribuem na definição do/a agricultor/a agroecológico/a.

Quadro 2 – Critérios para ser agroecológico/a elaborados por agricultores de Araponga-MG em 2012.

1. Agroecologia é vida e deve-se respeitar todas as formas de vida.	15. Respeito mútuo. Respeito à esposa, ao esposo e aos filhos pelos membros da família.
2. Cuidar dos animais domésticos e silvestres com carinho. Procurar formas de aumentar os animais silvestres.	16. Participação de todos da família na renda da propriedade.
3. Perceber e fortalecer o espírito através da natureza.	17. Valorizar a participação de todos os membros da família nas atividades

	agroecológicas.
4. Não deixar a água escorrer na propriedade, inclusive nas estradas.	18. Pagar em dia as contas com a cooperativa de crédito.
5. Não colocar fogo.	19. Cuidar dos dejetos humanos e dos animais na propriedade.
6. Cuidar do Solo. Deixar o solo coberto para evitar erosão, inclusive na pastagem.	20. Cuidar do lixo na propriedade.
7. Recuperar e proteger as nascentes.	21. Ter um número de animais nas pastagens que não as degradem.
8. Diversidade de planta. Deve-se ter diversidade de plantas na propriedade, no cafezal, na pastagem e no quintal. Devem-se ter árvores frutíferas e não frutíferas, horta e plantas medicinais na propriedade.	22. Cooperação. Ter vontade e dedicar tempo para divulgar o trabalho com agroecologia. Para isto, deve-se ter tempo para participar de reuniões, para receber visitas e visitar também. Ser aberto à cooperação.
9. Cuidar das árvores. Mais do que plantar, deve-se procurar deixar as árvores crescerem naturalmente, onde elas saíam.	23. Contribuir para a distribuição justa da terra. Participar da conquista de terras ou promover outras ações que contribuam para que todos tenham terra para trabalhar, pois isto gera autonomia no manejo e permite o uso de técnicas corretas na propriedade.
10. Não usar sementes transgênicas	24. Ter boa convivência com os vizinhos. Não deixar os animais prejudicarem os vizinhos.
11. Usar e preservar sementes crioulas.	25. Participação nas organizações (sindicatos, associações, cooperativas, etc.).
12. Rotação de cultura. Deve-se procurar fazer rotação de cultura, principalmente de feijão, milho.	26. Assumir a cultura Puri.
13. Se possível, deixar a terra descansar um pouco.	27. Procurar alternativas para uso de produtos não tóxicos para os problemas dos animais (vermes, bernes, carrapatos, mastite e outras coisas).
14. Não usar agrotóxico (herbicida, fungicida, inseticida, etc.). Aceita-se o uso de formicidas.	

Fonte: CTA-ZM, 2012

Percebe-se uma diversidade de critérios que dialogam com as vivências dos agricultores (as) e suas penosidades no trabalho e no cotidiano, como aceitar o uso de formicidas, mas não de outros agrotóxicos, o que denota a presença de múltiplos momentos e entendimentos sobre a agroecologia na região. Além das questões ambientais e de práticas conservacionistas, o cuidado com a natureza e com as relações humanas, a participação e a interação social, e as ancestralidades como o fortalecimento do espírito e a cultura Puri estão

presentes. No sentido da circulação de produtos e das redes agroalimentares, que dialoga com a melhoria da renda e qualidade de vida, percebe-se que faltam critérios relacionados com a construção social e acesso a mercados.

A aplicação de conceitos, princípios e características da Agroecologia nessa pesquisa aponta para estratégias e ações, a partir dos diferentes contextos, voltadas para a superação dos impactos negativos da Revolução Verde nos sistemas agroalimentares. Assim, novas formas de produção, comercialização e consumo de alimentos baseados na qualidade, no estreitamento das relações sociais, na valorização da agricultura familiar camponesa e em práticas agropecuárias mais ecológicas, são apontamentos importantes para mudanças dos sistemas convencionais, mas também de convivência com a realidade dominante.

4.2 As Redes Alimentares Alternativas e os circuitos curtos

Recentemente houve uma maior visibilidade das chamadas Redes Alimentares Alternativas (*Alternative Food Networks-AFN*), que se dá, sobretudo, a partir da aproximação entre consumidores e produtores a partir das redes de amizade, de trabalho, de parentesco, mas também de organizações de agricultores, de assistência técnica e extensão rural, dentre outras, que buscam formas mais sustentáveis e justas de abastecimento alimentar.

Essas redes têm ganhado visibilidade e apontam para estratégias e práticas que se situam fora do sistema agroalimentar hegemônico (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017; MURDOCH; MARSDEN e BANKS, 2000). Dimensões como a produção orgânica, a escala reduzida e a agroindústria artesanal, a diversificação da produção, a priorização de mercados internos e regionais, os laços sociais estabelecidos e a realocação dos alimentos também fazem parte das RAA. Apesar da informalidade estar presente nessas redes, ela não é um princípio, mas aponta as dificuldades enfrentadas na formalização, como as amarras institucionais e as padronizações impostas pelos mercados globalizados que não permitem camponeses e agricultores se adaptarem às legislações inadequadas às suas realidades.

Pelo fato da proximidade produção-consumo, muitas vezes a denominação RAA e Circuitos Curtos se confunde. No entanto, entendemos que os circuitos curtos de abastecimento e comercialização são uma das dimensões na abordagem mais ampla dessas redes, estando mais relacionados e focados nas relações comerciais e econômicas, nos processos de distribuição e abastecimento, mesmo que as relações sociais e com a natureza estejam presentes.

Na Europa, os circuitos curtos são denominados cadeias curtas de abastecimento alimentar (CCAA), “a quilômetro zero” ou simplesmente circuitos curtos²⁰. No Brasil, não há uma definição unificada desses circuitos, já que há diferentes entendimentos e abordagens acerca do que seria um circuito curto. Para Marsden, Banks e Bristow (2000), eles são definidos como o conjunto de relações que possuem a capacidade de ressocializar e/ou reespecializar os alimentos. Para Cassol e Schneider (2017, p. 196), “são aquelas nas quais a natureza das relações estabelecidas entre produtores e consumidores permite aos segundos realizar julgamentos valorativos em torno da comida”.

Uma das dimensões que definem esses circuitos são as estruturas organizacionais e os mecanismos utilizados para estender as relações no tempo-espaço (MARSDEN; BANKS; RENTING, 2003). Em suas pesquisas, Gazolla (2017) e Wilkinson (2008) apontam que as transações baseadas em relações sociais de proximidade, como a participação em um coletivo social ou na repetição das transações atreladas à confiança são recorrentes nesse tipo de circuito, fortalecendo o posicionamento de que os circuitos curtos estão inseridos em uma definição mais ampla que seriam as Redes Alimentares Alternativas.

As relações interpessoais estabelecidas por uma diversidade de sujeitos e instituições são mais importantes do que as questões formais/legais como as certificações e a habilitação sanitária. Além da confiança dos consumidores nos produtos e produtores, o contato direto entre eles gera também uma reciprocidade mútua, permitindo também a troca de valores simbólicos e reais, fidelidade, amizade, entre outros valores afetivos (SABOURIN, 2017; CASSOL; SCHNEIDER, 2017; GAZOLLA, 2017; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

De forma geral, Brunori, citado por Cassol e Schneider (2017), aponta que as redes alternativas são sustentadas por três pilares: nas relações de confiança construídas entre produtores e consumidores, na proximidade entre o local de produção e de consumo chamado de localização e também nos valores sociais e culturais compartilhados nas transações econômicas. De forma similar, a partir de estudos realizados na Europa, Renting, Marsden e Banks (2017) categorizam essas redes de três formas: agricultura orgânica/agroecológica (valores), produção de especialidades (confiança) e venda direta (proximidade).

Um dos espaços mais conhecidos em que as RAA transcorrem são as feiras livres. Nelas, os próprios produtores ou algum representante de sua família ou grupo produtivo são

²⁰ Renting, Marsden e Banks (2017) também preferem a denominação “circuitos curtos” ao invés de “cadeias curtas”. A denominação “cadeia” nos remete a “prisão”, que não é o sentido desejado no desenvolvimento desses circuitos.

os responsáveis pela comercialização²¹, o que difere dos denominados “atravessadores”. Estes últimos compram e revendem produtos de forma impessoalizada, focados apenas no lucro da troca mercantil estabelecida. Pesquisa recente realizada no Brasil pela ORGANIS (2017) aponta que os supermercados (64%), seguidos pelas feiras (26%), são os principais locais de comercialização de produtos orgânicos, demonstrando o que Vivas (2017) destaca sobre a supermercadização dos alimentos ocorrida também com esses produtos.

Em relação às feiras, são nos municípios médios e pequenos que elas possuem maior alcance, propiciando acesso a alimentos mais frescos do município ou região e com preços justos. Ainda, são espaços ricos de trocas diversas entre os diferentes sujeitos, como crenças, informações, valores entre outras (CASSOL; SCHNEIDER, 2017; MDS, 2014).

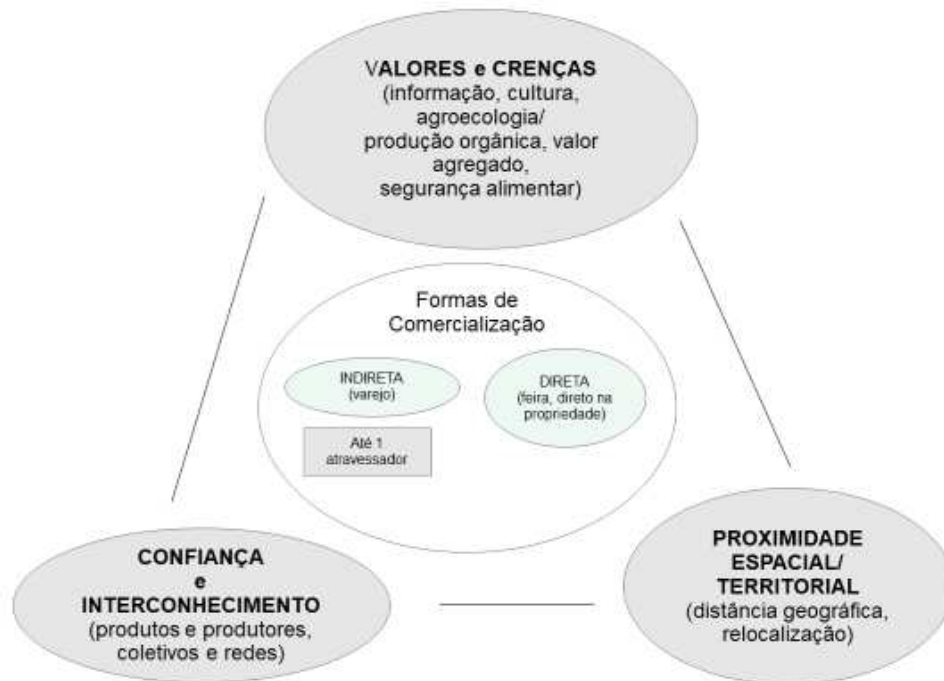
Não obstante, há uma diversidade de formas de comercialização nas RAA, como as vendas diretas nas propriedades, a entrega de cestas a consumidores, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)²², a criação de coletivos de consumidores, as compras institucionais do PAA e do PNAE, entre outras. Ainda assim, nesses programas destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, apenas aqueles agricultores mais organizados em redes, coletivos, associações ou cooperativas é que acessam esse mercado. É emergente que ações coordenadas de diferentes políticas organizem os agricultores familiares mais marginalizados (BELIK, 2016).

Abarcando o conjunto de características apontadas em relação às RAA, o Diagrama 1 delimita algumas delas que contribuem com a construção das categorias de análise.

²¹ Em muitas feiras, os responsáveis pela comercialização são intermediários que, além de prestar um serviço por vezes custoso para agricultores, possui relações próximas com quem produz e conhecimento de como produz.

²² Para mais informações, consultar: <http://www.csabrasil.org/csa/>.

Diagrama 1 – Redes Alimentares Alternativas e formas de comercialização



Fonte: Elaboração do autor

Sobre a proximidade da produção e consumo, há diferentes percepções sobre a questão. A conexão direta estabelecida entre produtor e consumidor, apesar de ser central no fortalecimento dos laços sociais e contribuir para as relações de confiança e reciprocidade, não é um consenso. Darolt (2013) entende que as vendas realizadas por até um intermediário entre produtor e consumidor podem ser denominadas de circuitos curtos, só que de venda indireta ao invés de direta.

Nesse entendimento, se um varejista revende determinado produto de um agricultor, dependendo das relações estabelecidas e do interconhecimento sobre os produtos e suas formas de produção, essa relação pode ser considerada um circuito curto. Inclusive, com base na legislação da produção orgânica no Brasil, nas vendas diretas de produtos orgânicos realizadas por agricultores familiares que participam de organizações de controle social (OCS) autorizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também é possível que outros sujeitos que compõem a OCS comercializem os produtos.

Alguns autores destacam a importância de ir além dos localismos quando o foco são os circuitos curtos. Kneafsey *et al.*, citados por Cassol e Schneider (2017, p. 196), ressaltam que

(...) essa definição [circuitos curtos] não está ligada ao número de intermediários e/ou de pessoas que tiveram contato com os produtos ou a

distância percorrida por estes, mas o fato de as mercadorias estarem imersas em informação ao chegarem aos consumidores.

Também Schmitt (2011a, p. 7) aborda essa questão:

A estruturação dos mercados locais, como um componente na construção de estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural [como a agroecologia], não se traduz necessariamente em um localismo defensivo, ou seja, uma defesa irrefletida dos produtos e dos circuitos locais sem considerar as complexas relações que se estabelecem entre o local e o global. O que está em questão é a construção social de mercados, arranjos institucionais e instrumentos de política pública capazes de viabilizar novas formas de produção, consumo e de apropriação do espaço rural que possam garantir a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam essas atividades.

Assim, as experiências de venda direta em circuitos curtos têm apontado para formas mais autônomas e de resistência, por se colocarem contra relações comerciais de longas distâncias que distanciam produtores e consumidores, além do engajamento em processos mais amplos de busca da soberania e segurança alimentar (MEDEIROS; MARQUES, 2011). Dialogando com a sociologia econômica, Wilkinson (2008) também aborda que os circuitos curtos ou o enraizamento apresenta-se como um contraponto, uma outra possibilidade, em relação à impessoalidade e ao desenraizamento que os mercados mais globalizados causam.

Um dos exemplos empíricos é o fato de produtos da Rede ECOVIDA de Agroecologia, um dos primeiros e maior Sistema Participativo de Garantia da qualidade de produtos orgânicos/SPG do Brasil²³, com atuação nos três estados do sul, serem consumidos e reconhecidos em diferentes estados, como é o caso de alguns produtos comercializados pela Raízes da Mata. Como a ECOVIDA já é conhecida por muitas redes de produtores e consumidores de produtos orgânicos e agroecológicos, havendo uma confiança nos produtos, assim como nos sujeitos que a compõem, permite que estejam mais imersos em informações e relações sociais entre os diferentes sujeitos se comparados a produtos mais próximos geograficamente.

Uma característica das RAA ligada à proximidade produção-consumo é a capacidade de aumentar o valor agregado dos produtos para agricultores e produtores. Nas cadeias longas, essa agregação de valor fica diluída pelos intermediários, como transportadores, distribuidores

²³ O Sistema Participativo de Garantia (SPG), juntamente com as Organizações de Controle Social (OCS) e a certificação por auditoria ou de terceira parte, são as três formas de garantia da qualidade orgânica de produtos de acordo com a Lei Federal 10.831/2003, o Decreto 6.323/2011 e suas normativas, também conhecidas como Lei dos Orgânicos no Brasil. No entanto, as OCS só são permitidas para venda direta a partir de agricultores familiares, não sendo considerada uma certificação, pois não é permitido o uso do Selo do SisOrg “Brasil Orgânico”.

e, sobretudo, nas grandes empresas varejistas e atacadistas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017). Apesar dessa diluição e mesmo com o sobrepreço sendo uma realidade nos mercados convencionais, nem sempre esse processo ocorre em cadeias mais longas, a despeito do aumento dos custos com transporte devido à distância. Ao estabelecer relações mais solidárias e cooperativas, a ampliação do acesso a produtos diferenciados e diversificados com preços atrativos pode acontecer. Exemplo dessa relação são os Circuitos Agroecológicos que envolvem redes de comercialização e certificação participativa do sul, sudeste e nordeste do Brasil, permitindo o intercâmbio de produtos e a redução de custos com logística.

As características da Agroecologia, corroboradas pelas redes alimentares alternativas, são a base para o desenvolvimento de novas redes agroalimentares voltadas para a construção de alternativas ao sistema agroalimentar dominante. Dentre essas características, destacam-se a cooperação social, a redução da distância entre produção e consumo, a escala e o tamanho reduzido dos estabelecimentos, a dinamização de mercados e sua autonomia no acesso, a revalorização de produtos de qualidade como os produtos agroecológicos e orgânicos, e os compromissos com as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais da produção ao consumo (RESENDE; FREITAS, 2019).

Essa “alternatividade” aponta outros debates, já que muitos agricultores agroecológicos e orgânicos que atuam nessas redes também integram redes convencionais, o que pode colocar a família e sua autonomia produtiva, financeira e nas tomadas de decisão em risco (ANJOS; CALDAS, 2017; NIEDERLE; MARQUES, 2016). Tal cenário acontece quando a relação com grandes distribuidores e atacadistas se amplia em detrimento das relações com as redes alternativas.

As RAA podem estar relacionadas ou até sobrepostas às redes alimentares convencionais, formando redes híbridas (CASSOL; SCHNEIDER, 2017). Como assinala Renting, Marsden e Banks (2017), essa hibridização muitas vezes é contraditória, já que tanto consumidores como produtores, no cotidiano, tomam decisões diversas. Há, portanto, valores, princípios e comportamentos associados à agroecologia e às RAA, mas as estratégias de subsistência das famílias compõem um modelo híbrido entre o “alternativo” e o “convencional”, como é o caso do café no mercado justo e orgânico, em que seus preços de mercado são baseados na bolsa de valores como qualquer *commodity*. (RESENDE; FREITAS, 2019). Sobre esse aspecto, Schmitt (2011a, p. 5) registra que

A percepção do sistema agroalimentar como um campo de relações contraditórias no qual coexistem diferentes tendências, é um pressuposto

importante para a compreensão dos processos emergentes de localização e recontextualização da produção, do processamento e do consumo de alimentos, cujos desafios e potencialidades precisamos identificar.

Muitas dessas redes alimentares alternativas não necessariamente fazem parte de uma contestação ao modelo dominante das grandes redes varejistas, mas de um conjunto de estratégias de reprodução econômica, social e ambiental enraizados na cultura, nas crenças e nos modos de vida dos atores sociais ao longo do tempo nos seus territórios (SCHMITT, 2011b).

A Rede ECOVIDA, a qual continua a priorizar os circuitos curtos e de venda direta como as feiras, em que as relações sociais, os laços de reciprocidade e as interfaces culturais produtor-consumidor são fortalecidos, também acessa circuitos convencionais. Apesar de experiências exitosas como essa, mudanças atuais nos sistemas agroalimentares tendem a direcionar para uma convencionalização das RAA, ou seja, mudam-se os formatos, mas não se alteram as lógicas mercadológicas centradas na acumulação de capital.

Outro campo da alternatividade que precisa ser aprofundado são as certificações de produtos. Enquanto as certificações orgânicas por auditoria, as mais conhecidas até então, se limitam a fornecer um selo, aquelas oriundas de sistemas participativos de garantia, como as OCS e os SPGs, possuem um rol de características baseadas na agroecologia que se assemelham às RAA. O Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social²⁴, criado em 2009, define os SPGs em sua “Carta de Princípios”, atualizada em 2019 como:

Sistemas de garantia de qualidade construídos a partir do empoderamento das comunidades. A certificação dos/as produtores/as baseia-se na ativa participação dos atores envolvidos e os sistemas são construídos fundamentando-se na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimentos (FÓRUM BRASILEIRO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL, 2019, p. 1)

Além da definição acima, o Fórum aponta ainda alguns princípios básicos dos SPGs e OCSs. Dentre elas, a participação e envolvimento dos participantes, a transparência no funcionamento tanto para dentro como para fora, a confiança entre os sujeitos envolvidos por intermédio de diferentes mecanismos, a autodeterminação na busca da autonomia, o diálogo de saberes entre as diferentes culturas e formas dos saberes e a equidade de gênero e geração

²⁴ O objetivo do Fórum é ser um espaço de intercâmbio político e técnico entre os sistemas participativos de garantia existentes no continente, buscando também o reconhecimento entre eles e sua visibilidade perante a sociedade.

por meio do reconhecimento da importância das mulheres e jovens (FÓRUM BRASILEIRO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL, 2019)

A definição do Fórum é semelhante à da Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (*International Federation of Organic Agriculture Movements IFOAM*), fundada em 1972.

Os sistemas participativos de garantia são sistemas de garantia de qualidade focados localmente. Certificam produtores baseados na participação ativa das partes interessadas e estão fundamentados na confiança, nas redes sociais e na troca do conhecimento (IFOAM, 2008).²⁵

O crescimento na demanda mundial por produtos orgânicos tem atraído grandes corporações do agronegócio. Como vimos, atuam em diferentes setores e têm avançado para esse nicho de mercado, ampliando, de um lado, a produção e o consumo de agrotóxicos, mas também de bioinsumos que, em 2020, ganhou um Programa Nacional de Bioinsumos criado pelo MAPA. Dessa forma, ressalta-se que tanto as redes alimentares alternativas como a agroecologia e a produção orgânica precisam fortalecer sua inserção sociopolítica em movimentos sociais e outros coletivos de forma a demarcar seus princípios e objetivos para que não sejam engolidos pelos impérios agroalimentares.

Em posse de tais questões, é possível identificar uma demanda por ressignificação de sentidos no intuito de compreender a natureza econômica das experiências em Agroecologia e RAA para além da lógica de mercado e, assim, evidenciar a necessidade do aporte da sociologia econômica de modo a aproximar as relações sociais da vida econômica para o estabelecimento dessa compreensão.

4.3 A Sociologia Econômica

Desde a Revolução Industrial iniciada no século XVIII, a sociologia econômica vem ressignificando o pressuposto econômico. Esse procedimento se dá a partir do desenvolvimento de explicações sociológicas, como a aplicação de métodos, conceitos e ideias aos fenômenos econômicos, como as estratégias de comercialização, a construção social dos mercados e a conformação de redes sociais. Assim, a sociedade tanto influencia como também é influenciada pelos fenômenos econômicos e, dessa forma, tais fenômenos são

²⁵ Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-04/pgs_definition_in_different_languages.pdf
Acesso em: 31/07/2020.

sociais por natureza, não podendo ser deslocados da sociedade, conforme é pautado pela economia de mercado (SWEDBERG, 2004).

Os movimentos mais vigorosos nessa direção aconteceram ao final do século XIX e início do século XX, em que a sociologia econômica contemporânea ou a nova sociologia econômica apareceu com mais força nos trabalhos de Mark Granovetter. Ela é a continuidade da sociologia econômica do início do século, unindo as análises econômicas e sociológicas para uma explicação mais coerente dos fatos socioeconômicos (POLANYI, 2000; STEINER, 2006).

Alguns trabalhos de Granovetter são fundantes da nova sociologia econômica, como o artigo *Economic action and social structure (Ação Econômica e Estrutura Social – O Problema do Enraizamento)*, publicado em 1985, em que reinterpreta o conceito de *embeddedness (enraizamento ou imersão)*, de Karl Polanyi, na década de 1940. Outro, intitulado *Economic Institutions as Social Constructions (Instituições Econômicas como Construções Sociais)*, de 1992, desenvolve o conceito de redes sociais para explicar, entre outras, o funcionamento dos mercados. Em relação às redes sociais, no artigo *The Strength of Weak Ties (A Força dos Laços Fracos)*, de 1973, o autor aponta a importância dos sujeitos localizados em pontos de ligação com outras redes, considerados laços fracos, pois não são constantemente acionados e possuem pouca frequência e intensidade. Esses laços podem trazer informações e fazer contatos importantes com outros sujeitos, favorecendo determinada ação ou estratégia.

Dessa forma, Wilkinson (2008) relaciona os mercados de proximidade e informais com o enraizamento, e ainda estabelece que a construção social de mercados é a expansão dessas relações de proximidade para circuitos mais extensos e formais, ou seja, a ampliação dos laços fortes para além das redes. No entanto, essa relação de ampliação não é simples, tendo em vista a predominância da impessoalidade dos mercados alongados baseados na lógica da economia de mercado.

A economia de mercado trouxe profundas alterações na vida econômica. Durante a Revolução Industrial iniciada no século XVIII com o desenvolvimento grandioso nos instrumentos de produção e o advento da máquina numa sociedade comercial e não mais mercantil, iniciou-se abruptamente o estabelecimento da economia de mercado, que é o modelo dominante até então, em que a motivação da subsistência é o lucro.

A economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto regulável. Uma economia desse tipo se

origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2000, p. 89).

Embora as relações mercantis já existissem, até o século XIX o ganho e o lucro não desempenhavam papel importante na economia humana, diferentemente dos costumes e da organização social que eram centrais. Além disso, o trabalho e a terra não eram mercadorias, mesmo tendo a comercialização como uma política nacional, e havia uma forte intervenção e regulação por parte do Estado, seja por meio das leis e regulamentos ou pelos costumes e tradições.

O sistema econômico estava subordinado à vida econômica e as trocas eram realizadas por um sistema de reciprocidade, entre famílias e grupos e de redistribuição entre Estado e sociedades, que tinham a simetria e a centralidade como padrões (POLANYI, 2000). Como Santos (2002) coloca, o conceito de consumidor substituiu o de cidadão com a economia de mercado.

A autorregulação, condição para a sua existência, considera que tudo que é produzido, como os bens e serviços, mas também as mercadorias fictícias²⁶ como o trabalho, a terra e o dinheiro, serão destinados para venda no mercado e constituirão a renda de quem os possui, sendo seus preços chamados de preço da mercadoria, salário, aluguel e juros, respectivamente. A renda ou lucro seria definida pela diferença dos preços das mercadorias vendidas nos mercados e o seu custo de produção (POLANYI, 2000).

Para que ocorra tal situação, seriam necessários mercados para todos os produtos da indústria, além do imperativo do livre mercado, ou seja, a não influência do Estado no preço, na oferta e na demanda, apenas o próprio mercado devia se autorregular (POLANYI, 2000). Essa economia, pautada na liberdade econômica do indivíduo racional, na autonomia e na igualdade das relações econômicas, alterou profundamente a estrutura da sociedade, já que, anteriormente, a organização social era baseada na comunidade, no coletivo, na hierarquia (Estado) e na interdependência entre os sujeitos (ABRAMOVAY, 2004).

Tanto Polanyi (2000) como Santos (2002) alertam que a sociedade, sobretudo o Estado, tem um papel importante na vida econômica, é ele que pode controlar o ritmo das mudanças. Essa falta de controle do Estado, sobretudo em relação às mercadorias fictícias como terra e trabalho, criou grandes problemas nas sociedades. Com isso, a sociologia vem afirmando que os mercados não estão separados das relações sociais, da sociedade e do Estado, mas sim embutidos, apontando que a autorregulação nessa economia é uma falácia.

²⁶ Mercadoria é empiricamente definida por Polanyi (2000) como algo produzido que possa ser armazenado, o que não é o caso do trabalho e da terra.

Tomando por base o fato de que a economia de mercado considera o desenvolvimento a partir da maximização dos lucros, seja pela troca de bens para a acumulação ou na troca de serviços para satisfazer interesses privados, diversos autores das ciências sociais se colocaram contra essa perspectiva, entre eles Karl Polanyi. O autor indica que o conceito de econômico varia entre duas definições. O significado formal, mais conhecido, é aquele vinculado a economia de mercado, como visto acima, em que o objetivo é tirar o máximo proveito ou o lucro máximo a partir da insuficiência ou escassez dos recursos, e a segunda é a economia substantiva, que é a relação institucionalizada da interação ser humano-natureza que, dessa forma, teria garantida sua sobrevivência. Com a hegemonia da economia de mercado, a visão substantiva da economia tem sido desconsiderada, já que todas as necessidades do ser humano, entendido como um ser individual e isolado, são supridas pelo mercado. No entanto, para a inserção das ciências sociais nas discussões da economia, o significado substantivo deve ser considerado (POLANYI, 2012).

A partir da relação ser humano-natureza, a economia substantiva se divide em dois níveis que não estão separados. Um deles é a interação, que se relaciona com as questões materiais e físicas da sobrevivência e divide-se entre a localização e a apropriação. A localização são as trocas em que os lugares mudam, ou seja, mudanças de espaço que consistem na produção e no transporte. A apropriação é a troca de quem possui ou dispõe de determinado bem, compreendido também como as trocas, transações, circulação de mercadorias e formas de distribuição. Ambos se relacionam com o trabalho, tanto na produção (plantio, extrativismo, entre outros) como no transporte, que são as movimentações. Mas tanto a localização como a apropriação não estão fora de um contexto, estão imersos em um conjunto de propriedades políticas, estruturais, funcionais e de localização que é a institucionalização que, junto com a interação, objetiva suprir as necessidades materiais humanas.

Outro nível é a integração, que, na economia substantiva, pode ocorrer de diferentes formas, sendo as principais definidas por Polanyi (2012) como sendo a reciprocidade, a redistribuição e a troca. Essas não determinam o grau de evolução das sociedades e estão presentes de diferentes formas. A redistribuição requer um centro de concentração estabelecido que depois distribui os objetos para o restante da sociedade, a partir de regras e mecanismos de controle. As trocas são atos individuais e aleatórios entre dois sujeitos que demandam um sistema de mercado institucionalizado, em que a distribuição ocorre nos processos de compra e venda utilizando-se dos preços e do dinheiro. De forma resumida e objetiva,

(...) somente onde centros se estabeleceram previamente a atitude cooperativa dos indivíduos pode produzir uma economia redistributiva; e somente na presença de mercados instituídos para esse fim a atitude de permuta [troca] dos indivíduos resulta em preços que integram as atividades econômicas da comunidade (POLANYI, 2012, p. 86-87).

A teoria da reciprocidade surge como uma possibilidade de apontar novas formas de desenvolvimento a partir de outras lógicas econômicas e sociais. A partir do estudo de diferentes civilizações e também de sociedades contemporâneas, diferentes autores reconheceram esse princípio. Entre os fundadores estão Mauss, Lévi-Strauss, Simmel e Polanyi (SABOURIN, 2011).

Na antropologia, Mauss (1924) foi o precursor, a partir da dádiva e da formulação do tripé dar-receber-retribuir, colocando a dádiva em oposição às trocas mercantis. A partir dos estudos de Mauss, Lévi-Strauss (1950) critica-o ao desconsiderar as trocas como elemento central do tripé obrigatório do dar-receber-retribuir e, por fim, reconhece a reciprocidade como uma estrutura central, a base das trocas, inclusive as simbólicas. Na sociologia, Simmel, na última década do século XIX, foi o primeiro a considerar o “efeito recíproco” como essencial para a coesão social.

Polanyi (2012) parte do princípio de que na reciprocidade há uma relação simétrica, um comportamento semelhante, entre grupos ou indivíduos e que assim resultam em instituições econômicas. Sabourin (2011), em seus estudos, identifica quatro elementos que caracterizam a teoria da reciprocidade. Um deles é o de que a reciprocidade não é uma relação de dádiva/contra dádiva entre dois indivíduos simétricos, o que seria uma troca simétrica, há a necessidade de um terceiro sujeito. As demais são as formas, positiva ou negativa, as estruturas entre dois sujeitos ou dentro de um grupo como a simetria e a assimetria e, por fim, os diferentes níveis, como o real, o simbólico e o imaginário.

A partir dessas características, a reciprocidade se relaciona de diferentes formas, gerando empiricamente distintas variações, como os mutirões, com ou sem o fornecimento de alimentação por parte de quem o recebe, as trocas de dias percebida como uma reciprocidade binária simétrica, já que tem regularidade (SABOURIN, 2017). Apesar da sociologia não considerar a força de trabalho como mercadoria, é importante observarmos que o comércio dessa “mercadoria fictícia” acontece, inclusive por meio da reciprocidade. Essa relação é muito comum, já que, pela proximidade e pelas relações positivas estabelecidas, a compra e venda ou a troca da força de trabalho entre membros, e não apenas entre dois sujeitos

específicos e aleatórios, é realizada e até estimulada, reforçando os laços de cooperação e confiança. Como aponta Woortman (1990, p. 29),

Ainda que se trate, objetivamente, de uma relação de compra e venda de força de trabalho (que, nem por isso, transforma o comprador em capitalista, ou o vendedor em proletário), ela é representada – significada, pode-se dizer – através de uma categoria que expressa a reciprocidade entre iguais.

Essas relações estabelecidas, mais comumente nas comunidades rurais, mas também nas urbanas, produzem valores simbólicos e reais que fortalecem os laços sociais. As trocas de dias de serviço ou trabalhos coletivos como os mutirões, que são simétricos e instituídos a partir de uma relação de dádiva-contradáviva, ocorrem onde a confiança e a reciprocidade estão fortalecidas.

Além das trocas, há uma outra forma de reciprocidade também presente nas comunidades rurais: a ajuda recíproca. Ela acontece junto às famílias que possuem alguma dificuldade, principalmente relacionada à saúde, seja temporária ou não, que impeça o trabalho. Diferentemente da troca de dias, não há quantificação do serviço realizado, assim como não há a obrigação da retribuição. Nesse tipo de ajuda, a relação afetiva, de amizade, a solidariedade e o companheirismo são centrais.

Como observado, as trocas e a reciprocidade são modelos teóricos e não operam somente separadas, mas podem se relacionar de formas plurais. Esses casos são muito comuns nas dinâmicas da agricultura familiar camponesa na contemporaneidade, e Sabourin (2017) os define como sistemas mistos, em que as relações podem se dar de forma separada, tensionada, quando ambas estão em conflito, ou complementares – em que a reciprocidade e a troca mercantil se articulam.

Um exemplo empírico de um sistema misto complementar são as vendas diretas em circuitos curtos como as feiras, que tanto estão presentes às práticas de troca, por intermédio das relações comerciais estabelecidas, como também a reciprocidade no contato pessoal entre consumidor e produtor, nas trocas de informações sobre a produção e usos de determinados produtos, entre outras. Essa aproximação permite que relações sociais e valores sejam estabelecidos de forma binária, apontando para a criação de vínculos e a conformação de redes sociais, presentes em diferentes âmbitos da sociedade.

Para Steiner (2006, p.115), o conceito de rede social é definido de forma sintética como “uma forma de articulação específica”, sendo esse campo um instrumento analítico útil para diversas situações sociais, incluindo as estratégias de comercialização e os mercados.

(ANTUNES, 2012; BARNES, 1987). Na definição que propõe, Mayer (1987, p.129) aborda a questão das relações entre as pessoas e as conexões econômicas, categorizando as redes como

(...) um campo social formado por relações entre pessoas, definidas por critérios subjacentes ao campo social — por exemplo, os critérios de vizinhança e amizade que poderiam agrupar, por sua vez, as conexões de parentesco e as conexões econômicas.

A importância dessa abordagem é reforçada pelo fato de que são os mercadores e comerciantes os indivíduos que mais têm recebido atenção nesse tipo de análise, já que dependem das redes para sua ação. As transações realizadas nos mercados também são interações sociais entre sujeitos, sejam eles produtores, comerciantes, atravessadores, consumidores, transportadores, entre outros possíveis, em que as relações existentes são mais importantes do que os próprios sujeitos (ANTUNES, 2012; STEINER, 2006).

Apesar de mais utilizada a partir do século XX, a abordagem das redes sociais (*social network analysis*) não é recente e foi fruto de diálogos e debates interdisciplinares, tendo a universidade de Manchester como um centro desses estudos. De acordo com a visão individualista, autores como James Mitchell trouxeram um nível analítico em que as ligações interpessoais eram baseadas em trocas a partir do estabelecimento de regras e normas no âmbito das redes. Já a escola de Harvard, a partir dos trabalhos de Harisson White, privilegiou uma visão estruturalista das redes, descrevendo as estruturas sociais e suas dinâmicas, ao invés dos indivíduos da rede (ANTUNES, 2012).

A partir dos estudos de Mark Granovetter sobre a força dos laços fracos e de Jeremy Boissevain, as visões individualista e estruturalista se aproximaram. Granovetter (1973), ao classificar as relações dos indivíduos internamente nas redes como laços fortes (relações de parentesco e de amizade) e laços fracos (relações outras para além do parentesco e amizade), aponta a importância de analisar a participação desses atores em outras redes, ou seja, para além da rede primária.

Essa participação em diferentes redes traz a noção da construção social, que considera o estabelecimento de laços entre diferentes redes. Nesse caso, correlaciona o tipo de rede social constituída com a forma de funcionamento do mercado, em que “a força dos laços fracos”, ou seja, a posição estratégica de atores com ligações em outras redes pode construir mercados socialmente entendidos como adaptações e negociações de normas e regras instituídas a partir de laços fortes.

Além dessa perspectiva individualista-estruturalista e da abordagem metodológica de análise das relações presentes no interior das redes, Freitas e Ckagnazaroff (2003) apontam a

necessidade de avançar na construção subjetiva, já que as redes são dinâmicas e os relacionamentos e sujeitos mudam ao longo do tempo. Assim, a configuração das redes está sempre se alterando, não sendo estruturas totalmente institucionalizadas. Freitas (2015) aponta ainda que as redes são abertas, interativas, heterogêneas e instáveis no quadro espaço-temporal, em que o contexto cultural, político e o processo histórico também interagem com essas estruturas.

Essa abordagem das redes sociais contribui na análise dos grupos pesquisados e de suas estratégias de produção, circulação e comercialização. Assim, as relações sociais estabelecidas no âmbito dessas redes podem reduzir incertezas na qualidade dos produtos trocados (STEINER, 2006). Ademais, podem ampliar essas qualidades e incorporar outros elementos que estimulam e fornecem outros valores aos produtos e serviços que circulam nessas redes agroalimentares.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O caminho metodológico buscou valorizar o papel e as ações dos sujeitos sociais, tanto individuais como coletivos, a partir das diferentes dimensões das realidades vivenciadas. O foco são as relações sujeito-sujeito e não relações sujeito-objeto, apontando para um novo conhecimento em que essa complexa integração nas pesquisas possa ser potencializada (FALS BORDA, 1982).

Os métodos baseiam-se na pesquisa participante, que tem suas origens na pós-modernidade com a revisão da epistemologia e da metodologia científica (DEMO 2008). Esta revisão exige horizontalidade dos saberes científicos e populares, em que o pesquisador rompe com as relações sociais desiguais, reconhecendo os sujeitos como ativos e pensantes, e as comunidades se tornam sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva, alimentando o espírito crítico.

Entretanto, a visão hegemônica da ciência ainda é daqueles pesquisadores que consideram o conhecimento científico superior, e não tão importante quanto outros conhecimentos. A pesquisa participante possui alguns pressupostos metodológicos, como a dialética da natureza, não havendo separação entre as metodologias das ciências naturais e das ciências sociais, a ideologia como um sistema teórico-prático de justificação das posições sociais, ou seja, os conhecimentos são ideológicos porque a politicidade lhes é intrínseca (DEMO, 2008; MATTOS, 2011).

Nesse bojo, a presente pesquisa tem estreita relação com a atuação do pesquisador, como já pontuado. Dessa forma, registram-se os campos de contribuição da pesquisa, reforçando o que Brandão (1982) e Freire (1982) consideram sobre o conhecimento não ser um mecanismo neutro e, por isso, servirá a determinados mundos sociais e não a todos, já que esses “mundos” são desiguais.

Para tanto, as teorias, os métodos e técnicas, as estratégias, o objeto e as perguntas da pesquisa se relacionam com a capacidade do pesquisador, sua experiência, sua vivência, já que, principalmente nas pesquisas qualitativas, o pesquisador também é um dos sujeitos do processo de mudança social e tem papel fundamental nas análises. Como aponta Minayo (2012, p. 622), “a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história”. Dessa forma, “pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes” (BRANDÃO, 1982, p. 11), permitindo a socialização e o

diálogo horizontal entre conhecimento popular e científico. A pesquisa de um determinado grupo, por si só, já altera e constrói relações entre os sujeitos.

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela se estabelece a partir de um caráter descritivo, em que há a intenção de conhecer com detalhes e exatidão fatos e fenômenos que caracterizam determinado objeto (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1965; TRIVIÑOS, 1987). A análise qualitativa parte da compreensão das motivações, percepções, valores e interpretações dos sujeitos que integram as experiências, sobretudo agricultores/as e produtores/as, incluindo o pesquisador, em relação aos fatos e fenômenos observados nas experiências. Para a concretização deste propósito, elaborou-se um roteiro comum de observações com categorias de análise que contribuíram para a descrição das experiências durante o decorrer do percurso investigativo, que tanto o roteiro como as categorias foram readequadas a partir das diferentes situações empíricas encontradas.

O estudo se deu a partir de dois casos identificados enquanto redes alternativas de circulação de produtos e serviços baseados na agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais, no intuito de identificar fatores comuns, incomuns e específicos ou únicos de ambos os casos. Esse tipo de estudo permite apontar provas mais fidedignas que contribuem de forma segura para os objetivos da pesquisa, apesar de demandar esforço maior do pesquisador, tendo em vista as diferenças culturais e de contexto que os casos podem trazer. No entanto, o uso de um roteiro comum e a inserção prévia do pesquisador em ambos os territórios investigados facilitou a análise.

5.1 Local da pesquisa e delimitação da amostra

As experiências pesquisadas estão localizadas nos municípios de Divino-MG e Viçosa-MG, mais especificamente na porção norte da Zona da Mata mineira, uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais. Nessa área, as lavouras de café implantadas em meados do século XIX foram determinantes para a ocupação e desenvolvimento socioeconômico da região, inclusive a industrialização, trazendo consigo a degradação dos solos a partir do desmatamento das florestas nativas e introdução da cultura.

Apesar da forte influência do café na região, em Viçosa o setor de serviços educacionais e toda uma estrutura de outros serviços centrado na UFV, assim como o turismo científico ou educacional a partir da realização de diversos eventos acadêmicos, são as atividades econômicas que movimentam o município. A cidade possui uma população predominantemente urbana, diferente do quadro observado em Divino, que possui quase o

dobro da população rural de Viçosa, apesar de contar com um número total de habitantes seis vezes menor (QUADRO 3). Viçosa encontra-se na 187ª posição no *ranking* mineiro de produção de café, com pouco mais de 1800 toneladas. Divino está da 47ª posição, com quase dez vezes a quantidade produzida na cidade universitária, demonstrando a centralidade da cultura na economia do município.

Quadro 3 – População urbana e rural e produção cafeeira

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (nº habitantes)*		PRODUÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO (toneladas)**
	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	
Viçosa-MG	67.305	4.915	1.825
Divino-MG	10.796	8.337	11.880

Fonte: *IBGE, Censo Demográfico 2010

** IBGE, Produção Agrícola Municipal 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

O café ainda é um elemento central para a região, sobretudo na porção norte, que reúne qualidades naturais importantes para a cultura (como a altitude). Ademais, atividades agrícolas como a pecuária, a criação de pequenos animais, e culturas como milho, feijão, arroz e cana sempre estiveram presentes tanto para o consumo como para a comercialização (FERRARI, 2010). Na região, o fato da paisagem ser marcada por morros e colinas fez com que o relevo não propiciasse a mecanização e consequente avanço voraz do agronegócio.

Ao mesmo tempo, a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV) como um polo de produção científica e técnica por meio de parcerias com grandes empresas multinacionais no desenvolvimento de tecnologias baseadas no pacote da Revolução Verde, tem favorecido ao longo de décadas um modelo de agricultura que oprime a agricultura familiar camponesa baseada na diversificação produtiva. De forma a caracterizar essa problemática, enquanto a “Semana do Fazendeiro“, evento típico de transferência de tecnologias do agronegócio que já ocorre há mais de 90 anos na UFV e, como o nome indica, reúne fazendeiros, médios e até pequenos produtores, o evento “Troca de Saberes” que acontece dias antes e é caracterizado pela troca de saberes científicos e tradicionais/populares reunindo assentados, camponeses, indígenas e diversos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade, acontece há pouco mais de 10 anos.

O objeto de pesquisa está centrado em dois grupos bem delimitados. Um deles é a Rede Agroecológica de Prosumidores Raízes da Mata (Raízes da Mata), sediada em Viçosa-MG, que articula produtos de diferentes municípios da Zona da Mata, inclusive de Divino-

MG. O outro é o autodenominado Grupo de Orgânicos de Divino (GODI) que, apesar da predominância do café, produzem uma diversidade de outros produtos, sem o uso de agrotóxicos. Ambos os grupos sociais se baseiam nos princípios da Agroecologia.

Como abordaremos adiante, essas experiências estão em expansão e são referência na construção de redes alimentares alternativas na Zona da Mata, influenciando outros sujeitos na construção social de mercados para os produtos agroecológicos. A atuação delas já se expandiu para além dos municípios em que estão sediadas, ganhando importância regional para processos de certificação e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos. Além disso, ambas emergiram da rede territorial de promoção da Agroecologia, movimento que se estruturou na Zona da Mata de Minas Gerais ao final dos anos 1980 e está intimamente ligado a um conjunto mais amplo de organizações que criticavam os impactos do processo de modernização da agricultura sobre as populações rurais (SCHMITT, 2016), mas também na forma como o campo e as cidades se relacionavam com os alimentos.

Ambos os grupos já iniciaram processos de certificação orgânica, sendo o GODI por meio de processo coletivo de auditoria para o mercado internacional de café e a Raízes da Mata a partir da OCS, também entendida como um processo participativo. Em ambas as redes, parte de seus integrantes já iniciaram em 2018 a comercialização de produtos com a garantia da qualidade orgânica.

A ação em campo foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, por isso as informações e análises tiveram esse recorte temporal, já que o dinamismo inerente ao processo de construção das experiências impele mudanças aceleradas.

6 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O envolvimento anterior do pesquisador com os casos estudados e com as temáticas da pesquisa já apontam certa interação e participação. A partir desse pressuposto, a observação foi um dos métodos escolhidos nesta pesquisa qualitativa. Autores como Marconi e Lakatos (1996) e Selltiz, Wrightsman e Cook (1965) ponderam que a observação tem diversas modalidades, sendo que a participante se alinha aos propósitos desta pesquisa, tendo em vista o envolvimento do pesquisador. A observação da realidade a partir dos diferentes sentidos como o olhar e a escuta também são importantes, contribuindo para obter elementos nos quais os sujeitos não têm consciência. Esta é uma técnica muito utilizada nas pesquisas qualitativas, em que o pesquisador participa da situação observada e interage com os sujeitos, percebendo significados desta situação para os envolvidos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002; MARCONI; LAKATOS, 1996).

O fato do pesquisador participar em uma determinada cena ou ação já se configura como uma interferência e, dessa forma, ele se insere como um dos sujeitos sociais do processo em que participa e observa. Crespi (1997, p. 219-220) relacionou a observação com a neutralidade da ciência e também às experiências de vida:

(...) a observação já não é o reflexo neutro de uma realidade, sendo antes uma forma ativa de construção da própria realidade, na medida em que, nos confrontos com a complexidade que esta apresenta, o observador deve necessariamente proceder através de uma seleção dos aspectos que, por qualquer razão, ele considera significativos (...) nascem tanto da sensibilidade do investigador, com base nas experiências de vida e nas influências sociais por ele percorridas, como das perspectivas culturais específicas que são próprias da sua época.

Nesse sentido, apesar de não ser uma pesquisa participante, há uma perspectiva nessa direção, entendendo que a observação não é neutra e que o pesquisador seleciona aspectos que considera significativos a partir da observação empírica dos fenômenos sociais analisados dos quais participa. Crespi (1997) aborda ainda a importância não só dos métodos utilizados como também da interação entre os sujeitos sociais, incluindo o pesquisador.

As interações a partir da observação participante ocorreram em diferentes atividades de ambas as experiências durante o trabalho de campo, utilizando-se de um caderno de campo e, em alguns momentos específicos, gravações de áudio com prévia autorização dos (as) participantes. Os áudios não foram transcritos, já que eram utilizados apenas para dirimir possíveis dúvidas acerca das anotações. Dentre as atividades observadas do GODI estão as

reuniões mensais do grupo, os intercâmbios agroecológicos realizados nas propriedades dos integrantes, os mutirões e oficinas práticas e os cursos de capacitação. Em alguns momentos, a interação também se deu por meio dos vínculos de amizade durante atividades de lazer como o futebol, as festas e a pernoite nas residências das famílias agricultoras.

Na Rede Raízes da Mata, sediada em Viçosa, a participação foi mais facilitada pela proximidade geográfica, sendo possível a participação em momentos rotineiros, como a organização e as entregas de cestas e a realização de feiras. Para mais, as reuniões de gestão, as visitas de controle social da OCS, os intercâmbios agroecológicos, as reuniões gerais e reuniões com parceiros também fizeram parte da observação participante em campo.

Nas pesquisas qualitativas em investigações sociais, Gil (1999) define que a entrevista é a técnica mais utilizada para a coleta de dados e se adéqua ao objetivo deste trabalho ao obter informações acerca das crenças, desejos, razões, motivações e valores dos participantes, partindo do ponto de vista dos sujeitos de ambas as experiências analisadas. A orientação metodológica focada nos sujeitos, seja individual ou coletivamente, define objetivos e estratégias a partir dos seus interesses, critérios, experiências e perspectivas (LONG; PLOEG, 2011) que, nessa pesquisa, tem como eixo central as relações estabelecidas na trajetória do grupo, nas suas normas e formas de funcionamento, na construção dos mercados e na circulação da produção. Uma característica que dinamiza essa técnica é a própria dialogicidade que lhe é inerente, já que se estrutura em função do diálogo entre dois ou mais sujeitos, nesse caso partindo de um roteiro de questões.

As entrevistas foram semiestruturadas a partir de um roteiro de questões (Apêndice A) que dialoga com os objetivos da pesquisa e com as categorias de análise pré-definidas. O roteiro elaborado, dividido de acordo com as categorias de análise determinadas, contribuirá na organização das respostas. Desta maneira, o informante, ou melhor, o sujeito ativo, ao desenvolver seu pensamento e suas experiências, passa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa. Sobre esse formato de entrevista, Triviños (1987, p. 146) define que ela

(...) parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

De acordo com Oliveira (2011), a entrevista também permite uma observação mais atenta para que outros tipos de comunicação não verbais possam ser captados, já que o foco está nos (as) entrevistados (as). No entanto, aponta também algumas desvantagens das entrevistas, já que podem apresentar falsas respostas ou serem influenciadas pela forma como

as questões são colocadas pelo entrevistador. Corroborando essa dimensão, mas também para a formulação do roteiro das questões para a pesquisa, Van Velsen (1987) aponta que o pesquisador não deve elaborar perguntas apenas aos sujeitos envolvidos, mas também a outras pessoas que, no contexto analisado e a partir de situações específicas, possam contribuir com as análises.

De forma a complementar os dados e permitir a contextualização das informações levantadas nas entrevistas semiestruturadas e na observação participante, Marconi e Lakatos (1996) sugerem que a pesquisa documental e bibliográfica é importante, tendo sido utilizadas na presente investigação. A pesquisa documental e a bibliográfica são muito semelhantes, sendo que as diferenças se dão, principalmente, na natureza das fontes. A documental normalmente é utilizada nos estudos de caso e são fontes primárias de informações, como relatórios e documentos, escritos ou não, que ainda não passaram por um processo de análise, ou seja, estão em seu formato bruto, original.

Já a pesquisa bibliográfica é uma fonte secundária de informações, a partir de outras contribuições já realizadas sobre o assunto e objeto pesquisado, constituída de livros, artigos e publicações em geral, documentos elaborados que já passaram por análises, seja das próprias experiências ou por outras semelhantes (VERGARA, 2000). De fato, não há muitos materiais específicos dos casos analisados, sobretudo do Grupo de Orgânicos que foi criado recentemente, mas em relação à Raízes da Mata há diferentes publicações em eventos acadêmicos, revistas e periódicos, sobretudo por estudantes bolsistas que colaboram com a Rede. Segue abaixo o Quadro 4, em que se identificam alguns dos principais materiais consultados.

Quadro 4 – Materiais bibliográficos e documentais pesquisados durante a realização dos estudos

	Orgânicos de Divino	Raízes da Mata
Materiais bibliográficos	Publicações relacionadas com Rede de Agroecologia da Zona da Mata	
	Plano estratégico do Café Agroecológico da Zona da Mata	Artigos e publicações em revistas e eventos acadêmicos

Materiais documentais	Atas mensais da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM); atas das reuniões mensais do grupo; relatórios das visitas e outras atividades realizadas; mensagens de WhatsApp do grupo	Relatórios de atividades (intercâmbios, visitas, reuniões gerais e do grupo gestor); documentos normativos; arquivos digitais; documentos internos do grupo; mensagens de grupos de WhatsApp
------------------------------	---	--

Fonte: Elaboração do autor

6.1 Definição e perfil dos/as entrevistados/as

Para a escolha dos entrevistados, no grupo de Divino foram selecionadas as famílias que compunham o coletivo de maneira formalizada, ou seja, que já estavam cooperadas à COOPFAM e possuíam o café certificado como orgânico ou já tinham iniciado oficialmente o processo de conversão que, na época, eram sete famílias. Dentre essas, em seis delas foram entrevistados o homem e a mulher do núcleo familiar, ou seja, 12 pessoas. Para diferenciar as falas entre o homem e a mulher durante as entrevistas, utilizou-se da flexão de gênero, “entrevistado” e “entrevistada”. Em uma das famílias, embora a mulher estivesse na propriedade, ela não participou, totalizando assim 13 pessoas, sendo seis mulheres e sete homens. Entendendo o dinamismo das Redes, atualmente esse coletivo é composto por outros sujeitos, já que duas das famílias entrevistadas não mais compõem o grupo e outras três aderiram ao processo.

Das sete famílias, cinco delas possuem grau de parentesco primário como irmãos/ãs e primos/as, além de outros vínculos como os apadrinhamentos. Apenas uma não participou da Pastoral da Juventude Rural/PJR e de suas ações, e todas possuem ou já possuíram ligações diretas com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar/SINTRAF para além da filiação, demonstrando a importância dessas três características: vínculos familiares e de amizade, atuação sindical e juventude rural.

A média de idade do grupo é de 35 anos, sendo a mais velha com 53 anos e a mais nova com 24 anos. Apesar da média ultrapassar as faixas de idade consideradas da juventude rural definida pelo IBGE e pela Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ) entre 15 e 29, destaca-se uma forte relação dessas famílias com ações voltadas ao público jovem rural. Essa característica do grupo traz consigo o aumento no grau de instrução dos agricultores e agricultoras. Para comprovar a relação direta entre idade e formação, identifica-se que os três menores graus de instrução (Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental e 2º Grau

incompleto) são formados pelas três pessoas mais velhas que foram entrevistadas. As demais, são duas pessoas com nível superior completo, sete com o 2º Grau completo e um jovem com o 2º Grau incompleto.

Todas as famílias entrevistadas possuem um histórico familiar ligado à terra e, mesmo dessa forma, pelo menos três famílias tiveram experiências, ainda que curtas, em trabalhos nas zonas urbanas. Todas relataram que essas experiências fortaleceram o desejo da permanência na terra.

Durante a pesquisa, optou-se por entrevistar outros dois atores, um homem e uma mulher que, apesar de não vinculados ao grupo, compunham uma organização central no processo de comercialização e circulação da produção, a Cooperativa da Agricultura Familiar de Divino e Orizânia-MG (COOPERDOM), a única cooperativa reconhecida da agricultura familiar²⁷ no município.

Na Rede Raízes da Mata, realizou-se uma entrevista com a família mais antiga que ainda participa do coletivo, envolvendo o homem e a mulher, além de uma atriz chave no processo de construção da Rede e que tem atuado desde o início, totalizando três entrevistas. Das famílias participantes da Rede, o casal entrevistado são os únicos do grupo a serem aposentados, sendo o homem a partir do serviço público estadual. Apesar disso, assim como o GODI, na Raízes da Mata predomina um público mais jovem, contudo não necessariamente enquadrado na faixa etária até os 29 anos.

Os espaços de observação participante e a participação ativa do pesquisador em relação ao objeto enquanto produtor e técnico por cerca de três anos antes da pesquisa permitiram entendimentos e análises mais consistentes. As entrevistas foram gravadas em áudio com permissão, e depois transcritos trechos importantes alocados em cada uma das categorias de análise definidas.

²⁷ Esse reconhecimento se dá a partir da DAP jurídica de acesso público no sítio <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>

7 ANÁLISE DOS DADOS E CATEGORIAS DE ANÁLISES

Apesar de algumas semelhanças, as experiências diferem entre si e, ao relacioná-las, foi possível realizar análises que contribuirão no aumento e consolidação dessas e outras experiências relacionadas às redes agroalimentares e agroecologia. Para isso, em relação às pesquisas qualitativas, Minayo (2012) aponta algumas características do processo de análise. As teorias, métodos e técnicas devem ser adequados ao objeto, permitindo que a comparação entre os dados, as falas, as observações de campo e as percepções do pesquisador explicitem sinergias e contradições.

Dessa forma, devem ser explicitadas a diversidade de sentidos e pontos de vista de modo que não tenhamos uma verdade única, tão combatida atualmente na ciência. As análises e conclusões a partir das diferentes técnicas deve ser cuidadosa. Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000, p. 29),

Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que têm a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações.

A preocupação com as análises na pesquisa deve sempre questionar, problematizar e comparar as diferentes informações e opiniões no intuito de captar aquilo que não foi falado e não foi visto, para então compor o resultado da pesquisa. Por isso, a importância da vigilância epistemológica de Bourdieu, em que Schenato e Silva (2014, p. 79) a definem como “(...) uma espécie de equilíbrio, pelo qual temos o cuidado para não cair nem no objetivismo e nem no subjetivismo, extremos que precisam ser evitados na prática sociológica”.

Para a organização do conteúdo levantado, sua interpretação e análise dos dois casos pesquisados, foram definidas categorias de análise gerais que orientaram a descrição das experiências e as análises entre ambas, relacionando-as com as perguntas e objetivos da pesquisa e os métodos utilizados, conforme quadro abaixo.

É importante que, ao realizar esse processo, as ideias estejam organizadas em categorias e subcategorias que facilitem a interpretação e também a organização da escrita (QUADRO 5).

Quadro 5 – Resumo das perguntas e objetivos da pesquisa, categorias de análise e métodos

Perguntas	Objetivos específicos	Categoria de análise	Métodos
Como foram constituídas essas experiências e que elementos marcaram a trajetória dessas redes?	1) Compreender o processo histórico de criação das experiências.	Trajетória histórica e política	Análise documental e bibliográfica; Observação participante; Entrevista semiestruturada;
	2) Caracterizar a configuração atual desses grupos e dinâmicas de funcionamento.	Funcionamento da rede	Análise documental; Observação participante; Entrevista semiestruturada;
Como essas redes estão configuradas e como funcionam?	3) Identificar e problematizar os dilemas e desafios enfrentados pelas redes para o seu desenvolvimento e expansão	Processos (certificação, normas sanitárias, estruturas, gestão)	Observação participante; Entrevista semiestruturada; Análise documental e bibliográfica;
Que desafios as Redes enfrentam para manterem-se operando?	4) Descrever as estratégias de comercialização dos atores sociais nessas redes, identificando os sentidos atribuídos pelos produtores/ agricultores às relações econômicas por eles estabelecidas.	Formas de circulação de produtos e serviços Mercados acessados	Observação participante; Entrevista semiestruturada; Análise documental;

Fonte: Elaboração do autor

Dentre as categorias e subcategorias temos a **trajetória sócio-histórica e política dos grupos** em que intentou-se compreender como o grupo foi criado, identificando pessoas, organizações e momentos marcantes durante essa trajetória, e as relações pessoais e institucionais estabelecidas. A **dinâmica de organização e funcionamento dos grupos** buscou o levantamento de normas, critérios e regras desenvolvidas pelo grupo e/ou impostas de acordo com o envolvimento na circulação de produtos e serviços e a formalização junto às organizações como cooperativas e processos de certificação. Com a intenção de caracterizar as diferentes **formas de circulação de produtos e serviços e o acesso a mercados**, identificou-se como se dão essas relações tanto individuais como com outros grupos e organizações e quais as características embutidas nelas.

A partir das duas últimas categorias apresentadas, **a certificação orgânica da produção** interage com ambas. Dessa forma, resgatar a construção histórica da Agroecologia na Zona da Mata e os processos de certificação presentes nos grupos pesquisados (como a certificação orgânica internacional por auditoria, a OCS e a construção do SPG) relaciona-se diretamente com a organização e funcionamento do grupo, assim como as formas de circulação da produção e o acesso a mercados. Identificar questões que sejam semelhantes ou controversas a respeito da produção orgânica e da agroecologia a partir da certificação orgânica contribui para a construção do conceito de redes agroalimentares agroecológicas.

8 A REDE AGROECOLÓGICA DE PROSUMIDORES RAÍZES DA MATA

Apesar do início das ações da Rede Agroecológica de Prosumidores Raízes da Mata (Raízes da Mata) ser definida como o ano de 2011, as primeiras ações vislumbrando novas formas de circulação da diversidade de produtos da agricultura familiar agroecológica vêm sendo debatidas e experimentadas desde o início dos anos 2000. Para isso, o CTA-ZM e as organizações dos agricultores e agricultoras da Zona da Mata, os coletivos da UFV e outras instituições de ensino, dentre outros parceiros, vêm executando e refletindo sobre as ações com foco na circulação da produção.

Essas ações ganharam mais densidade a partir de 2011, tanto com a criação da Raízes da Mata como de outras organizações, como as cooperativas de produção e outros canais de comercialização ao longo dos anos e nos diferentes municípios. Uma das ações realizadas que contribuiu com a criação da Raízes aconteceu entre os anos de 2009 e 2010. A partir de um movimento de estudantes, professores, técnicos, agricultores, entre outros, iniciou-se uma “feira de trocas” itinerante entre os quintais dos moradores da comunidade rural da Violeira, em Viçosa-MG. Trocavam-se diversos tipos de produtos e objetos e, aos poucos, as trocas não mercantis de serviços e produtos foram se ampliando e a demanda pela comercialização, ou seja, a troca por dinheiro, começou a aparecer.

Esse movimento de circulação da produção tinha fortes vínculos com a UFV, tanto a partir dos professores como dos estudantes que participavam de grupos de extensão ligados ao Programa de Extensão Universitária-TEIA²⁸. O TEIA foi criado em 2005 a partir do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação²⁹. Ele integra e articula diferentes projetos de extensão da UFV com base nos princípios da extensão dialógica, da participação popular e na interação ensino-pesquisa-extensão.

Nessa interação, sobretudo nas atividades em campo, eram criadas oportunidades de trazer produtos da agricultura familiar agroecológica da região para serem comercializados em Viçosa. A Casa 18 da Vila Gianetti³⁰, no campus da UFV (também chamada de “Casa da Transição”), era o local que centralizava as ações do TEIA e também a comercialização dos

²⁸ Dentre os coletivos e projetos envolvidos, o Mutirão Ciranda que envolve o Grupo Apêti de Agrofloresta, o Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica (GAO), o Grupo de Saúde Integral em Permacultura-SAUIPE, entre outros grupos de extensão formados por estudantes e professores da UFV.

²⁹ Mais informações em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext-apresentacao. Acesso em: 17/08//2020.

³⁰ Além da Casa da Transição, a Vila Gianetti abriga diferentes órgãos públicos estaduais e municipais, ações e grupos da sociedade civil do município e setores ligados à UFV. É uma antiga vila que abrigava professores durante os primeiros anos de funcionamento da universidade.

produtos. Essas trocas mercantis começaram a se avolumar e uma rede de produção e consumo começava a ser pensada.

Nessa construção, duas atividades foram centrais para a criação da Rede em 2011. Um deles foi o evento “Cidades em Transição” (*Transitions Towns*)³¹, que está presente em mais de 14 países e objetiva a sustentabilidade e a diminuição da dependência de energias não renováveis. Realizado em 2011 pela UFV a partir do TEIA, em parceria com o CTA-ZM, o Movimento Sem Terra (MST) da Zona da Mata, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV) e grupos universitários de agroecologia da UFV articulados pelo “Mutirão Ciranda”, uma das temáticas abordadas eram as relações de consumo e a importância da aproximação entre quem produz e quem consome. Nesse evento, os participantes do Assentamento do MST Olga Benário, de Visconde do Rio Branco-MG, localizado a cerca de 45 quilômetros de Viçosa, relatavam a perda de alimentos por dificuldades no acesso a mercados, reforçando a necessidade da aproximação produção-consumo e a construção de canais de comercialização (SILVEIRA, 2013). Historicamente, esse público, mas também agricultores familiares camponeses e pequenos produtores, têm dificuldade de acesso a mercados devido às especificidades da produção, como a pequena escala produtiva, a grande diversidade e as dificuldades na logística e nas adequações às normas sanitárias e fiscais. (SCHMITT, 2011b; WILKINSON, 2008).

Outra atividade que influenciou diretamente a formação da Rede aconteceu a partir do projeto “(Agro)ecologia de Saberes na Zona da Mata” (Edital CNPq/MDA/SAF nº 58/2010)³², vinculado ao Programa TEIA. Ele permitiu, graças a um intercâmbio em Belo Horizonte-MG, conhecer a experiência da “Rede Terra Viva”, criada em 2005, que comercializa alimentos saudáveis e busca a aproximação produção-consumo³³. Essa experiência teve forte influência na construção da Raízes da Mata, tanto que os passos dados foram similares.

Foi com base na iniciativa da Rede Terra Viva de Belo Horizonte, que iniciamos com o modelo de planilha de ofertas e feiras virtuais, fazendo nossas planilhas em Excel e conversando com os consumidores por e-mail. Nessa época, fizemos uma divulgação bem grande, foram cerca de 200 consumidores no início e um envolvimento muito grande de estudantes da UFV que eram responsáveis em organizar os pedidos e as ofertas. (ENTREVISTADA 10)

³¹ Mais informações em: <http://transitionbrasil.ning.com/>

³² Esse edital é um resultado do apoio à criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) pelo governo federal em diferentes regiões do país.

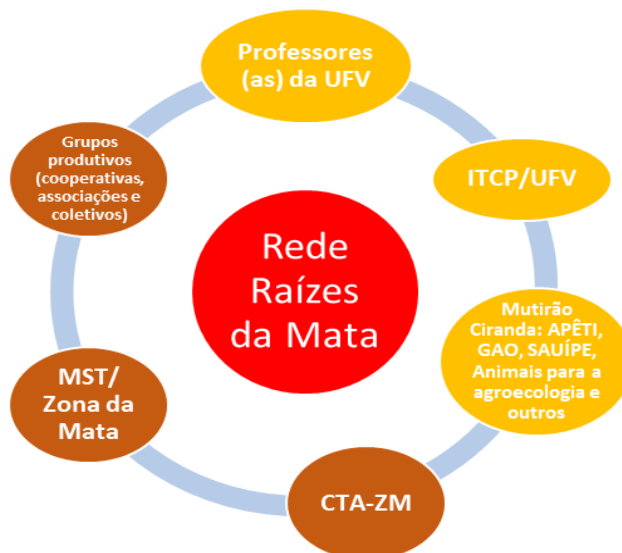
³³ Mais informações em: <http://www.feiratterraviva.com.br/terraviva/>

A partir dos conhecimentos acumulados e das experiências vivenciadas, o Programa TEIA, o CTA-ZM, o MST da Zona da Mata e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV) criaram, em 2011, a Rede Raízes da Mata (DIAGRAMA 2). O objetivo era desenvolver um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar, da economia solidária, agroecológicos, naturais e orgânicos voltados para um consumo consciente.

[A Rede Raízes da Mata] é um movimento de reorganização dos sistemas agroalimentares, ajudando a remodelar as relações sociais e a criar novas estruturas de mercado. A iniciativa contribui para conscientizar os consumidores sobre a agroecologia e os alimentos locais. (CRUZ *et al.*, 2013a, p.13, tradução livre)

A criação da Raízes da Mata tem fortes vínculos com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), já que reúne, desde a sua criação, ações que interagem nesses três âmbitos, além de ter sido gestada no meio acadêmico. Nessa mesma linha, a Rede se insere no Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da UFV³⁴ (ECOА), que é um espaço de articulação de diversos movimentos da Zona da Mata que dialogam com o campo agroecológico e a educação do campo, aproximando iniciativas que potencializam as construções coletivas.

Diagrama 2 – Organizações e sujeitos que construíram a Rede Agroecológica Raízes da Mata



Fonte: dados da pesquisa

³⁴ Participam do ECOA o CTA-ZM, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA-UFV), o TEIA, Movimentos Sociais e Sindicais, o Mutirão Ciranda, a Rede Raízes da Mata, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a Rede Nós de Água, a Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA), a Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (Rede Sapoqui), entre outros parceiros.

A Raízes da Mata é uma rede informal³⁵ e foi a primeira experiência de circulação da produção agroecológica e/ou em transição³⁶ de Viçosa-MG. Ela não se limita a ser uma ação coletiva de comercialização voltada à alimentação saudável, mas também de construção social de novos canais de comercialização a partir de outros formatos na relação produção-distribuição-consumo e no diálogo entre os saberes científicos e populares.

Alguns princípios definidos pelos integrantes norteiam a ação coletiva (FIGURA 11), como Silveira (2013) e Cruz *et al.* (2013b) identificaram:

Agroecologia:

Instrumento de promoção da sustentabilidade em seus diferentes âmbitos, tanto na produção como no consumo, gerando qualidade de vida, soberania alimentar, biodiversidade e saúde, fortalecendo a interação campo-cidade por meio de tecnologias de baixo impacto e da sustentabilidade de assentamentos humanos respeitando as diversidades cultural e territorial.

Prosumo:

Interação entre produtores e consumidores a partir de relações solidárias e justas, que promovam o consumo consciente e a produção responsável e sustentável, na busca de sistemas centrados nas liberdades, na solidariedade, nos direitos humanos e no bem viver.

Economia Solidária:

Reorganização dos arranjos produtivos baseados na distribuição justa dos resultados e buscando o crescimento econômico local e regional a partir de relações socioeconômicas equânimes e solidárias.

Gestão compartilhada:

Fortalecimento da cooperação e da solidariedade nas relações sociais estabelecidas entre indivíduos, coletivos, movimentos e organizações parceiras, compondo um conjunto de forças sociais promissoras.

³⁵ Apesar da informalidade, a marca “Raízes da Mata” foi registrada recentemente pelo grupo de gestão da rede.

³⁶ Inclui-se nessa definição uma diversidade de produtos da agricultura familiar, da economia solidária, agroecológicos ou em transição, orgânicos, naturais, vegetarianos, veganos, entre outros.

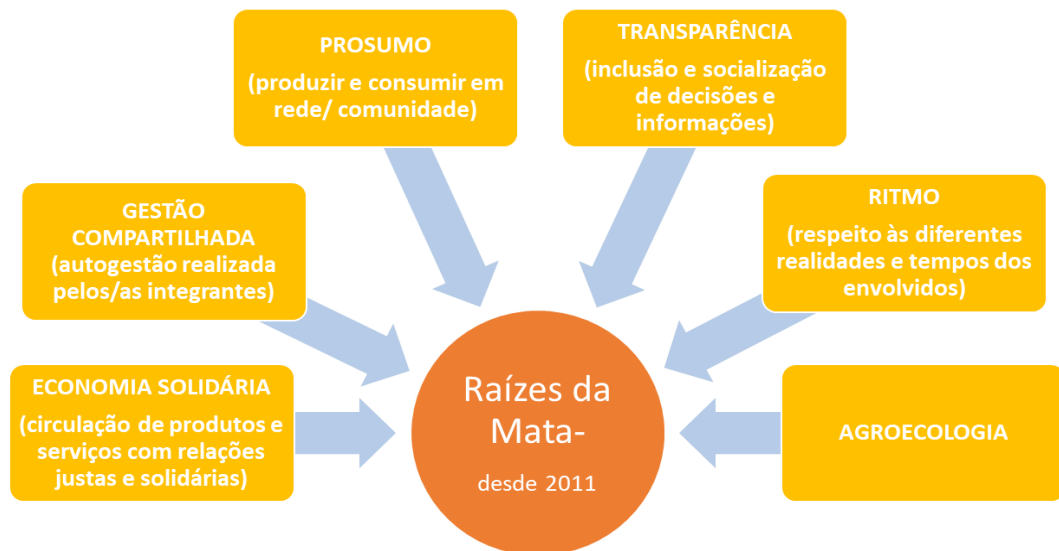
Ritmo:

Considerar e respeitar, durante seu desenvolvimento, as características e a organização sociocultural das comunidades, no intuito de não impactar, ou impactar minimamente, os ecossistemas e as comunidades a partir das relações estabelecidas.

Transparência:

Que as ações e as ideias inovadoras desenvolvidas possam ser compartilhadas e multiplicadas, assim como a utilização dos recursos financeiros e materiais de forma transparente.

Figura 2 – Princípios da Rede Raízes da Mata



Fonte: Elaboração do autor

Apesar desses princípios se concretizarem nas práticas adotadas pela Raízes da Mata ao longo dos anos, há uma centralidade na temática da agroecologia, tanto no nome “Rede **Agroecológica** de Prosumidores Raízes da Mata” quanto na identificação por consumidores e produtores. As práticas da Raízes da Mata estão muito atreladas aos pressupostos da economia popular solidária³⁷. De acordo com Mance (2004), ela pode ser entendida como formas inovadoras de geração de trabalho e renda, baseadas na inclusão social do público urbano e rural. Nelas, práticas sociais e econômicas como a produção de bens e a prestação de

³⁷ A Rede está cadastrada enquanto um Empreendimento de Economia Solidária (EES) no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (CADSOL) desde 2016. Mais informações disponíveis em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam>. Acesso em: 04/08/2020.

serviços são organizadas em múltiplos formatos, desde grupos informais até associações, cooperativas e microempresas. Os resultados são compartilhados de forma justa e solidária entre os participantes, sem nenhuma forma de distinção entre eles e se opondo a práticas exploratórias tanto sociais como econômicas e ecológicas.

Nessa temática a ITCP/UFV, criada em 2003, teve um papel central, já que a Rede foi um dos empreendimentos incubados pelo projeto de extensão da UFV que tem como objetivo apoiar iniciativas que busquem a geração de trabalho e renda, a promoção do consumo consciente, do comércio justo, da segurança alimentar, da produção agroecológica e solidária e o desenvolvimento local sustentável³⁸ na Zona da Mata. De acordo com integrantes da Rede, apesar do processo de incubação não ter sido finalizado, a participação da incubadora na sua criação trouxe princípios que até hoje reverberam, como a inclusão social, o comércio justo e solidário e a autogestão.

O termo “prosumidor”, inserido como um dos pilares da Raízes da Mata e entendido pelo grupo como a fusão de consumidor e produtor, indica que os produtores também são consumidores, tanto de produtos para o consumo da família como de insumos para os processos produtivos. O termo surgiu em 1980 com a tradução do conceito *prosumer* criado por Alvin Toffler em seu livro *The third wave* (A Terceira Onda). A terceira onda da história a que o autor se refere tem a tecnologia e os dispositivos eletrônicos como base, sucedendo dois outros períodos.

Como vimos, as comunidades baseavam sua lógica econômica na produção para o uso, ou seja, produziam para se alimentarem e suprirem suas necessidades. Com a Revolução Industrial, essa lógica se alterou, o cerne da economia passou a ser a produção para troca por intermédio dos mercados, que foram alongados e distanciou quem produz de quem consome. Na terceira onda baseada na tecnologia, na informação rápida e nos dispositivos eletroeletrônicos, há o desaparecimento da fronteira entre consumidor e produtor, trazendo a ideia do prosumidor enquanto sujeito político importante nas mudanças socioeconômicas.

Apesar da importância de um consumidor mais ativo, consciente e que participa dos processos, como elencado nas características das RAA, esse sempre foi um desafio na Raízes da Mata. No início, havia uma participação mais efetiva, realizavam-se as chamadas “rodas de cadastro” que, além do preenchimento de um termo de compromisso (FIGURA 12) para recebimento das ofertas semanais e alguns acordos, realizava-se uma apresentação acerca da Rede, seus objetivos e formas de funcionamento.

³⁸ Disponível em: http://www.itcp.ufv.br/?page_id=9. Acesso em: 04/08/2020.

Figura 3 – Termo de compromisso e cadastro de consumidores (as) utilizado até 2015 pela Rede Raízes da Mata



Raízes da Mata
Rede Agroecológica de Prosumidores(as)

TERMO DE COMPROMISSO / CADASTRO

Não há desistência ou devolução de compras na Rede. Se o consumidor faz um pedido, está se comprometendo a pagar por ele, por isso é muito importante que se organize para poder buscar seus produtos. Caso isso não aconteça, pedimos para que cumpram com o compromisso financeiro. Os produtos perecíveis serão revertidos em doações e os não perecíveis voltarão a ser comercializados. As possibilidade de novos pedidos ficam suspensas até que o compromisso financeiro seja quitado.

Dados Pessoais

Nome Completo: _____

CPF: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefone Residencial: () _____ Celular: () _____

2 pessoas de referência:

Nome: _____ Contato: _____

Nome: _____ Contato: _____

Tem disponibilidade para trabalho voluntário na Rede Raízes da Mata?
() sim () não

Se sim, em alguma Comissão ou tarefa específica? _____

Estou de acordo este Termo de Compromisso.

_____/_____/_____
Assinatura Data

Tel: 3899-2798
produtosagroecologicos@gmail.com

Fonte: Arquivos da Rede Raízes da Mata

Trazendo a importância do prosumo e entendendo-o como uma ação política importante na construção de mercados, ações que fortaleçam essa interação produtor e consumidor reforçam a própria identidade da experiência construída. Dessa forma, estimula-se que produtores e colaboradores da Rede, para além dos consumidores, também consumam os produtos que circulam na Rede. Uma ação prática nesse sentido é o desconto de 10% nos produtos consumidos pelos integrantes.

Outro princípio da Raízes da Mata é a gestão compartilhada, que parte inicialmente do conhecimento, da vontade e das possibilidades de cada sujeito em contribuir com os processos. Desde o início, existiram comissões ou frentes de trabalho vinculadas a determinados sujeitos como os estudantes, bolsistas e, mais recentemente, técnicos (as) de nível superior que tanto se enquadram como colaboradores como também produtores, ou seja, um público congregando características que possibilitam determinadas ações, diferentemente de outros. Apesar deste contexto, trocas de informações, reuniões e debates presenciais e tomadas de decisões são compartilhadas entre o coletivo em atividades presenciais ou, mais atualmente, por meio dos diferentes grupos de WhatsApp.

A Rede Raízes da Mata torna-se, então, um espaço para a valorização da agricultura familiar camponesa e agroecológica, pois além de uma valoração econômica justa, é reconhecido e celebrado o trabalho da família com a terra. Para os produtores, é igualmente importante a oportunidade de serem sujeitos atuantes na construção de uma rede de comércio justo que abarca seu conjunto de valores, uma vez que a economia camponesa se baseia no bem-estar da família e sua reprodução social, considerados antes mesmo do lucro ou da exploração do trabalho. (CRUZ *et al.* 2013a, p. 3, tradução livre).

O ritmo e a transparência são outros dois princípios do Raízes da Mata. O primeiro refere-se à compreensão dos diferentes tempos e momentos dos/as envolvidos/as, tanto na possibilidade de contribuição mais direta com o coletivo, mas também nos processos de transição dos agroecossistemas. A transparência está presente desde a constituição da Rede e relaciona-se também com o princípio da gestão compartilhada e dos processos de certificação participativa e garantia da qualidade. Além da socialização de informações e decisões durante as reuniões, as atividades de mutirão, visitas às propriedades, entre outras, são abertas e divulgadas para o público em geral. Esse princípio também está presente na certificação participativa, reforçando a OCS Raízes da Mata e também a construção do SPG-ZM.

Dessa forma, a Raízes da Mata aproxima-se da definição de Redes Alimentares Alternativas, baseada nos princípios da Agroecologia e da economia solidária que busca, a

partir da aproximação produção-consumo, formas mais justas e sustentáveis de abastecimento alimentar.

8.1 Trajetória e interações sociopolíticas

Como aponta Freitas (2015) em sua pesquisa na Zona da Mata, as redes não são estruturas totalmente institucionalizadas, são abertas, heterogêneas e instáveis no espaço-tempo, o que é perceptível no caso da Rede Raízes da Mata, já que sua composição é bem variável. De forma geral e abarcando toda a diversidade de agentes que compuseram a Rede ao longo do tempo, identificam-se algumas categorias: agricultores(as) familiares³⁹ e assentados da reforma agrária, filhos e filhas de agricultores familiares que não se enquadram como tais, produtores(as) individuais, familiares e de coletivos formais e informais tanto oriundos do campo como das cidades, estudantes de graduação e pós-graduação, professores, técnicos de diferentes áreas, e consumidores – com destaque àqueles com vínculos diretos ou indiretos junto à UFV.

Dentro dessa diversidade, há um grupo que participa de forma mais ativa nos espaços da Rede, como as reuniões, o processo de avaliação da conformidade orgânica da OCS, o coletivo de gestão, as equipes de trabalho⁴⁰ e as entregas rotineiras de produtos para comercialização nas diferentes frentes. Atualmente, esse grupo mais ativo é formado por agricultores familiares, mas nenhum assentado da reforma agrária, filhos de agricultores familiares que produzem em parceria com seus pais, mas não se enquadram enquanto tais, profissionais de nível superior, estudantes e produtores (as) da cidade.

Existem diferentes entendimentos em relação à composição da Raízes da Mata, já que, além destes, há outras organizações da região como cooperativas, associações, grupos de mulheres, entre outros coletivos e indivíduos que também comercializam seus produtos rotineiramente por meio da rede e estão inseridos na Rede de Promoção da Agroecologia na Zona da Mata (SCHMITT, 2016). No entanto, não participam ativamente dos espaços da Rede.

³⁹ Identificados aqui como aqueles que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento oficial que os reconhece enquanto agricultores familiares de acordo com a Lei Federal 11.326/2006, mas que não necessariamente possuem um histórico de vida no campo.

⁴⁰ Participam do coletivo de gestão e das equipes de trabalho, além de produtores (as) da rede, o que chamamos de colaboradores, que são aqueles que não comercializam produtos, mas contribuem com a prestação de serviços, seja por hora ou serviço realizado, com o recebimento de bolsas, ou de forma voluntária.

A seguir, um trecho do relato de vida de uma das famílias agricultoras familiares mais antigas que fornece produtos semanalmente e possui o reconhecimento como produtores orgânicos por meio da OCS Raízes da Mata:

Não que a gente viveu da terra, mas tem uns 10 anos que retornamos [depois da aposentadoria no serviço público], tenho a raiz do sangue do meu pai na agricultura (...). No caso nosso aqui, a gente não tem um seguimento depois, nossos três filhos já estão encaminhados nas atividades deles, a gente não tem mais tarde uma continuidade nesse trabalho, nós temos que ser incansáveis, não pode cansar nem descansar, tem que ter um meio termo. Enquanto Deus vai dando força nós vamos. A gente quer cada vez fazer melhor. (ENTREVISTADO 11)

No depoimento acima identificam-se algumas características dos produtores integrantes da Rede, uma delas é o retorno ao trabalho no campo, incluindo diferentes profissionais, de nível superior ou não, que optaram pela produção agropecuária, apontando para uma ruralidade que, de acordo com Carneiro (1998), é dinâmica, diversa social e culturalmente e que enriquece os bens culturais e simbólicos a partir das diferentes relações sociais estabelecidas. Nesse grupo estão incluídos tanto aqueles cujos pais possuem a DAP e um vínculo com o campo, como aqueles que não possuem esse vínculo, mas fizeram tal opção de vida e atualmente conquistaram o reconhecimento enquanto agricultores familiares. Há um outro grupo urbano que não reside e não possui vínculos rurais, mas sobrevive da produção de processados.

Diferentemente da família 11, que é aposentada, uma característica desse coletivo mais ativo é a pouca idade, não necessariamente que se enquadrem na faixa etária da juventude rural entre 15 e 29 anos, mas que sejam ativos, que valorizam a vida no campo e a interação ser humano-natureza, voltada para ações alternativas de produção e circulação de produtos diferenciados dos convencionais.

A Rede sempre teve a premissa de ser inclusiva na participação daqueles que tivessem interesse em se aproximar da agroecologia, tanto indivíduos, como coletivos e organizações. Com isso, há uma assimetria grande no tempo-espaço em relação aos fornecedores, apesar da composição sempre ter sido de produtores com certo grau de instrução e melhores condições de vida.

Tinha um estudante que participava de um grupo de almoço na casa 18 onde a rede funcionava, ele morava perto da nossa casa. Ele começou a levar umas verduras para o almoço e conhecia a nossa produção sem veneno, até que um dia ele propôs para nós participar da Rede, e estamos até hoje. (ENTREVISTADA 11)

De forma a unificar e organizar a entrada de novos fornecedores e consumidores, acordos e regras coletivas foram elaboradas e modificadas ao longo do tempo, como observado na Figura 13. Esse documento traz algumas orientações para os novos interessados em integrar a Rede.

Figura 4 – Acordos e regras para ofertar e consumir produtos na Rede, elaborado em 2013



Raízes da Mata
Rede Agroecológica de Prosumidores/as

QUER CONTRIBUIR CONOSCO?

COMO OFERTAR PRODUTOS?

Acordos com a Rede: é importante ter em mente que a Rede Raízes da Mata é construída coletivamente, então, aceitando participar dessa experiência você deverá estar de acordo com os nossos princípios, colaborar e contribuir para o nosso fortalecimento. É de acordo que todos os produtores repassem 10% do total de suas vendas para o caixa coletivo de forma a tornar possível a manutenção do espaço físico que a Rede utiliza (aluguel, luz, água e melhorias). Esclarecemos que é importante a diversificação das ofertas mas para a inclusão de novos produtos, é necessária uma avaliação prévia da Rede.

Informações sobre o produto: Quais produtos quer incluir na planilha? Como eles são produzidos? O manejo é agroecológico ou ainda esta em transição agroecológica? É adotada alguma prática convencional de produção? O produto tem derivados de leite? Tem alguma especificidade para incluirmos na lista? Como ele será vendido, por peso, pro unidade, dúzia...? Qual é o preço sugerido?

Informações sobre o produtor: Qual é o seu nome? Seu contato? Onde fica a sua propriedade? Tem disponibilidade de entrega frequente? Conhece a experiência da Rede Raízes da Mata?

COMO SER UM CONSUMIDOR?

Basta preencher o Termo de Compromisso em anexo e devolvê-lo com os dados corretos. Após recebido o Termo preenchido, incluiremos seu email na lista de contatos para que você passe a receber as planilhas semanais.

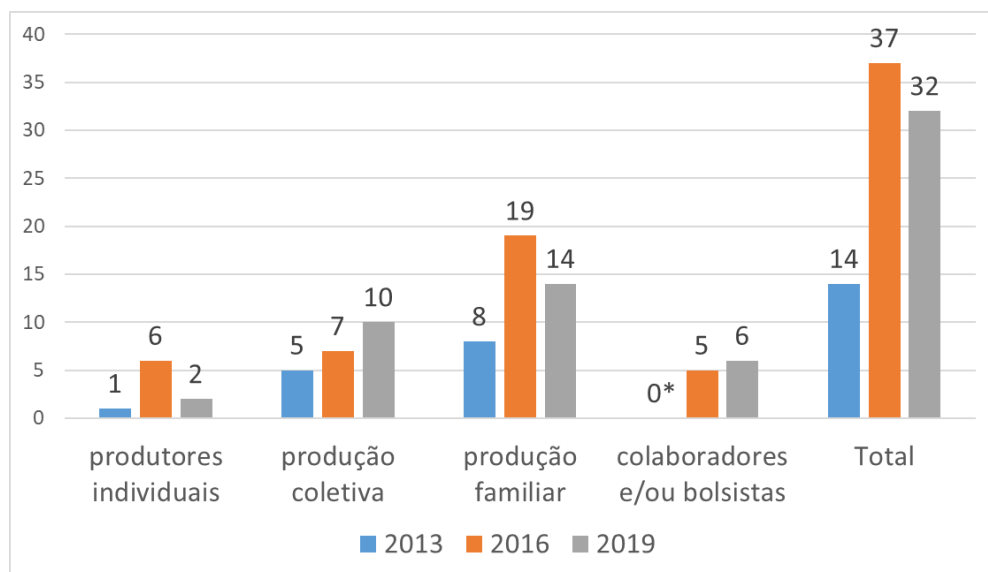
Funcionamos na Casa da Transição, n° 18 da Vila Giannetti durante os horários de almoço e as sextas-feiras.

Tel: 3899-2798
produtosagroecologicos@gmail.com

Fonte: Arquivos Raízes da Mata

Com esses acordos e a partir das visitas e intercâmbios realizados constantemente nas propriedades, entendidos como momentos de divulgação, construção do conhecimento e participação social, consegue-se envolver um público amplo de produtores (as), consumidores (as) e interessados em geral. Apesar dessas informações não estarem sistematizadas, foi possível resgatar e caracterizar os participantes da Rede entre 2013 e 2019, não estando incluídos aqui os consumidores e consumidoras (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Número de participantes da Rede Raízes da Mata a partir das diferentes formas de contribuição entre os anos de 2013 e 2019



Fonte: Silveira (2013) e dados da pesquisa

*Não foram identificadas informações sobre o número de colaboradores e/ou bolsistas nesse período, apesar de existirem.

O gráfico 2 abrange as organizações, grupos e indivíduos que comercializam produtos e não necessariamente se envolvem de forma mais ativa nas demais atividades da Raízes da Mata. A caracterização de “produtores individuais” se refere àqueles indivíduos, agricultores ou não, que fornecem produtos *in natura* ou processados, sem a participação de outros integrantes do núcleo familiar ou a participação em algum coletivo formal ou informal, é uma ação individual.

A “produção coletiva” inclui os produtos oriundos de grupos informais ou formais como cooperativas, associações e empresas, que envolvem mais de um núcleo familiar. Destaca-se o aumento ao longo do tempo dos produtos oriundos de coletivos. A “produção familiar” inclui tanto os agricultores familiares com DAP como também outros agricultores e produtores em que há o envolvimento de mais de um membro do núcleo familiar. Por fim, os

“colaboradores e/ou bolsistas” que incluem produtores e agricultores que fornecem produtos, e outros participantes que realizam algum serviço na Rede como na divulgação, organização e distribuição de cestas, entre outros, ambos assumindo responsabilidades na gestão.

8.2 Formas de organização e funcionamento

O funcionamento e a organização da Rede vêm sendo alterados ao longo dos anos, tendo como direcionamento seus princípios fundantes. Até 2015, os integrantes se dividiam em comissões: Comunicação, Articulação, Finanças, Logística e Mutirão. Para coordenar e encaminhar o que era decidido, a rede acionava os bolsistas, os quais eram fundamentais para garantir a completude do processo.

Estima-se que entre os anos de 2010 e 2016 foram mais de sete projetos⁴¹ do ProExt que, de alguma forma, sobretudo por meio de bolsas, apoiaram as ações da Rede. Apesar da importância das bolsas, elas eram temporárias, causando uma rotatividade grande de estudantes nos processos. A rotatividade destes envolvidos causava rupturas nas ações e dificultava o acúmulo em relação ao funcionamento e ao conhecimento geral da Rede. A entrevistada 10 é uma das poucas que participa ativamente da Rede desde a sua criação, em 2011, tendo atuado em diferentes frentes desde a graduação.

A habilidade social⁴² exercida por ela ao longo da caminhada da Rede Raízes da Mata induz a cooperação entre os sujeitos e a construção das identidades coletivas que permitem a reprodução e a estabilidade das instituições, entendidas como as regras e os significados compartilhados nas relações sociais no interior da Rede. Dessa forma, diminui a instabilidade apontada por Freitas (2015) e fortalece a construção e a reprodução das ordens locais.

A diminuição de programas e projetos de extensão a partir de 2015 expôs a fragilidade organizativa da Rede, pois ficou evidente a dependência em relação aos estudantes bolsistas da UFV. Como apontou a entrevistada 10, “Passamos um momento de baixa, tivemos que pensar outras formas (...) algumas tarefas essenciais não poderiam ficar na mão de bolsistas e estagiários, em que o vínculo era muito frágil”. Dessa forma, um grupo mais coeso de produtores (as), agricultores (as) e colaboradores (as) que também possuía capacidade técnica,

⁴¹ Mais informações disponíveis em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 17/08/2020.

⁴² De acordo com Fligstein (2007), a habilidade social é a capacidade de um sujeito em induzir a cooperação, apontando a importância desses atores na reprodução das ordens locais e na estabilidade das instituições.

assumiu a gestão e a coordenação das ações necessárias à construção da qualidade agroecológica dos produtos e da própria Raízes da Mata.

De forma a garantir a sustentabilidade financeira dos sujeitos que atuam no grupo de gestão, definiu-se coletivamente uma remuneração pela hora trabalhada⁴³ que fosse viável de ser paga por meio das ações de comercialização realizadas pela Raízes da Mata. O grupo de gestão sempre esteve aberto à participação de outros sujeitos que, durante o tempo, tem se alterado, mas sempre mantendo um núcleo coeso de dois a três integrantes mais antigos e com capacidade técnica de coordenar os trabalhos.

Apesar das constantes alterações na forma de trabalho e divisão das tarefas, conclui-se que dentro do Grupo de Gestão há três grupos de ações bem determinados: formação e certificação (consolidação da OCS, realização de visitas e intercâmbios nas propriedades, oficinas e mutirões); circulação da produção (compras, vendas, articulação de produtos, contato com fornecedores e controle financeiro) e comunicação (elaboração e divulgação das ações e produtos, gestão das mídias sociais, elaboração de planilhas, relação com parceiros e outras redes). Para cada ação há uma rotina específica de trabalho, sendo que aquelas relacionadas às entregas de cestas e comercialização demandam ações rotineiras.

No âmbito das ações relacionadas à garantia da qualidade agroecológica dos produtos, em 2017 a Rede iniciou diálogos e formações mais focadas na certificação orgânica de seus integrantes. Essa estratégia inicialmente não buscava a abertura de novos mercados, mas o reconhecimento da qualidade orgânica dos produtos diversificados que já vinham sendo produzidos na Rede.

Em 2018, a partir da mobilização e articulação do grupo gestor, as primeiras três famílias de agricultores familiares⁴⁴ conseguiram o cadastramento junto ao MAPA como produtores orgânicos por meio da OCS Raízes da Mata (FIGURA 15). Foi o primeiro grupo informal de agricultores e agricultoras familiares de Viçosa e região a possuírem a garantia da qualidade orgânica de seus produtos. Ao final de 2019, mais três famílias se inserem no processo, totalizando cinco famílias⁴⁵.

⁴³ Esse valor tem variado entre R\$10-15,00/hora trabalhada.

⁴⁴ A OCS é uma forma participativa de garantia da qualidade orgânica, permitida apenas para Agricultores Familiares com DAP que comercializam a produção de forma direta. Dentre essas, feiras, cestas, entregas de porta em porta, venda direta na propriedade e compras institucionais como o PAA e o PNAE.

⁴⁵ Uma das famílias que iniciou o processo em 2018 se mudou da região.

Figura 5 – Declaração de cadastro da OCS Raízes da Mata emitida pelo MAPA

03/04/2019 SEI/MAFA - 6482181 - Declaração de Cadastro Organismo Controle Social



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DP/DAG / SFA-MG

DECLARAÇÃO DE CADASTRO DE ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL

Nº OCS003
UF: MG

Declaro, para os devidos fins, que a **Raízes da Mata** sediada no Sítio Alfa Violeira, caixa postal 128, Bairro Violeira, Município de Viçosa/ MG, encontra-se cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob número OCS003/MG, como Organismo de Controle Social, estando autorizado a atuar no controle social na venda direta sem certificação, nos termos da Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Belo Horizonte - MG.

 Documento assinado eletronicamente por **FABIO KONOVALOFF LACERDA, Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário**, em 29/03/2019, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6482181** e o código CRC **C03351CB**.

Referência: Processo nº 21028.008553/2018-18 SEI nº 6482181

https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17340396&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=11000266&infra_hash=99481ac... 1/1

Fonte: Arquivos Raízes da Mata

O processo de solicitação e cadastro de uma OCS requer, além do preenchimento de formulários acerca dos agroecossistemas a serem certificados e de declarações de responsabilidade, a elaboração de um Manual de normas e Procedimentos de Controle Social. Todos esses documentos devem ser aprovados pelo MAPA. Nesse manual, construído coletivamente e a partir da realidade do grupo, foram definidos quais os procedimentos adotados para a garantia da qualidade orgânica dos produtos. Diante dessa perspectiva, foram previstas visitas e reuniões periódicas e a rastreabilidade de produtos e processos por meio das anotações e do Caderno de Plano de Manejo Orgânico da propriedade. Ademais, foram descritas também as penalidades a serem cumpridas caso haja inconformidades.

Após o cadastro da OCS Raízes da Mata junto ao MAPA, elaborou-se um documento que reuniu os benefícios, os direitos, os deveres e os procedimentos de controle social adotados pela Rede (QUADRO 6). O objetivo foi consolidar em um documento sintético os procedimentos de controle social, bem como algumas regras e acordos.

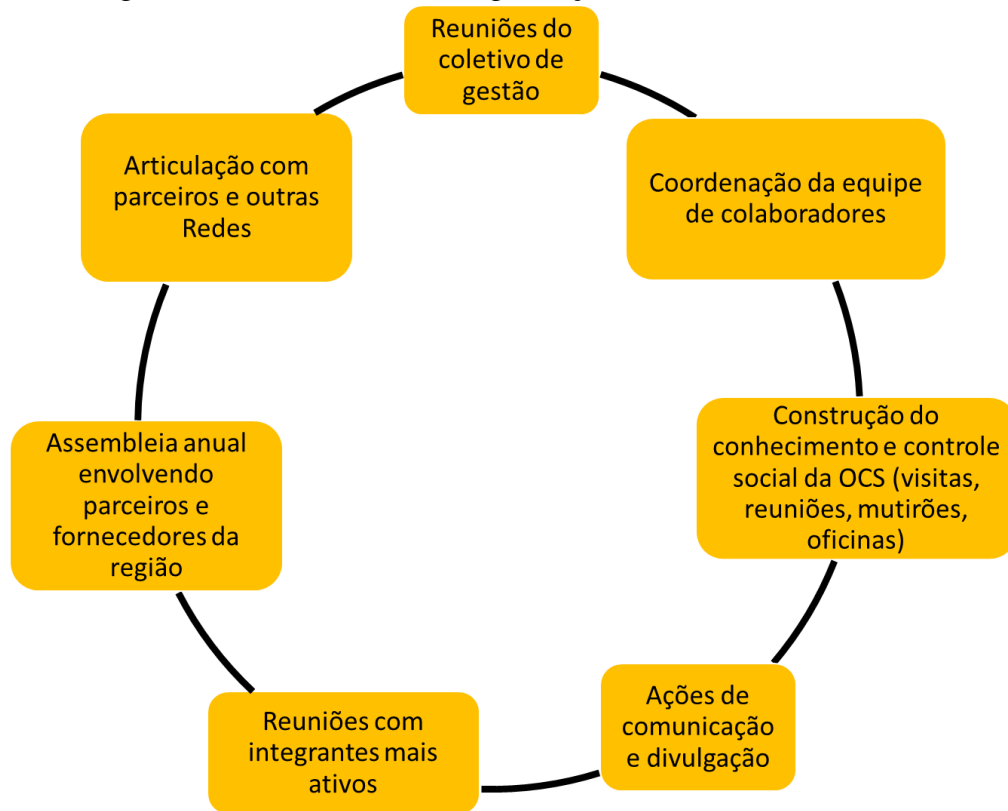
Quadro 6 – Benefícios, direitos, deveres e procedimentos de Controle Social da OCS Raízes da Mata, elaborado em 2018.

BENEFÍCIOS e DIREITOS	DEVERES e PROCEDIMENTOS
Uso do nome/selo/marca da Rede Raízes da Mata.	Acreditar e defender os princípios da Agroecologia e da Economia Solidária prezando pelo bem coletivo.
Fazer parte do processo coletivo de certificação orgânica seja ele Organização de Controle Social (OCS) ou outro formato.	Prezar pela higiene sanitária dos produtos, considerando as Boas Práticas de Produção para de cada item.
Ter sua gama de produtos incluída na carta de ofertas da Rede Raízes da Mata possibilitando a comercialização coletiva dos mesmos.	Contribuir mensalmente com a Rede Raízes da Mata através de uma taxa mensal no valor de - R\$25,00 ; R\$ 50,00; R\$75,00 ou mais- definido previamente no cadastro individual.
Permissão para exposição e comercialização de produtos de qualquer outro integrante da Rede Raízes da Mata.	
Acompanhar as ações de gestão da Rede Raízes da Mata.	Participar de METADE MAIS UMA das atividades (mutirões, reuniões, capacitações, assembleias, intercâmbios entre outras) definidas coletivamente. Obs: seguir o roteiro de observações durante as atividades de controle social.
Ter vantagens das compras coletivas de matérias-primas, insumos produtivos e outros produtos para o abastecimento doméstico, gerenciada pela Rede Raízes da Mata.	
Ter seu empreendimento ou atividade produtiva beneficiada pelas ações e materiais de divulgação e comunicação da Rede Raízes da Mata.	Para as famílias que já possuem a Declaração de Cadastro na OCS Raízes da Mata, o mesmo deve ficar exposto nas barracas.
Utilizar os materiais e equipamentos pertencentes à Rede Raízes da Mata seguindo os acordos de uso do patrimônio.	Não é permitido aos integrantes da Rede a revenda de produtos de vizinhos ou outros agricultores/as que não fazem parte da Rede Raízes da Mata.
Receber os materiais relativos ao controle social da certificação participativa quando disponibilizados pela Rede Raízes da Mata.	De acordo com a legislação de produtos orgânicos, manter na propriedade: 1) Caderno Plano de Manejo Orgânico; 2) Registro das compras de insumos após autorização de uso pela OCS (recibo ou nota com data, nome do insumo, quantidade e origem); 3) Diário contendo as atividades de manejo realizadas na propriedade (prática realizada, período da realização, cultura e local em que a prática foi utilizada; 4) Registro da saída de produtos a partir do recibo com carbono (data, nome e quantidade dos produtos vendidos, lote da produção e destino do produto).
Participar das ações e atividades da Economia Solidária, já que a Rede Raízes da Mata é um Empreendimento Econômico Solidário registrado no CADSOL.	
Se beneficiar das atividades de formação, capacitação, troca de experiências entre outras realizadas pela Rede.	
Se beneficiar na busca por apoios que viabilizem a legalização produtiva e contábil das atividades comerciais de seu empreendimento ou atividade produtiva.	Em caso de descumprimento haverá penalidades definidas coletivamente.

Fonte: Arquivos Raízes da Mata

A Rede é um movimento de construção do conhecimento agroecológico e se operacionaliza por meio dos intercâmbios agroecológicos (ZANELLI *et al.*, 2015), metodologia participativa amplamente disseminada na Zona da Mata baseada na relação campesino-campesino. Além dos intercâmbios, a atuação da Rede envolve a realização de reuniões, oficinas, visitas, mutirões e a participação em feiras. Essas ações promovem a interação face a face e criam laços entre os participantes. Nelas, a socialização, as relações de amizade e reciprocidade e o compartilhamento do conhecimento estão presentes (FIGURA 6).

Figura 6 – Funcionamento e organização da Rede Raízes da Mata



Fonte: Elaboração do autor

Nesse sentido, os mutirões (Fotografia 1) representam a própria sociabilidade do grupo e são marcados pelas relações de dádiva apontadas por Mauss. O objetivo é ajudar a família ou o coletivo que recebe a atividade como um espaço de trocas simbólicas e de informações e aprendizagens, que tem grande importância na coesão social do grupo. É recorrente entre os atores falas no sentido de retribuir o mutirão recebido participando da atividade em outras propriedades. Além do fortalecimento interno do grupo, permite também a aproximação de outros atores, já que são atividades divulgadas amplamente.

Além das trocas simbólicas e a construção do conhecimento entre os (as) participantes, essas ações compõem o manual de normas e procedimentos da OCS. Nelas são realizadas o controle social para a garantia da qualidade orgânica da produção das famílias e o debate acerca das questões sociotécnicas envolvidas. Dessa forma, a OCS está de acordo com os normativos da legislação brasileira sobre a produção orgânica.

Fotografia 1 – Mutirão realizado durante uma das atividades de construção do conhecimento e controle social em uma propriedade de produção orgânica da Raízes da Mata.



Fonte: Fotografia produzida pelo autor

Para dinamizar as atividades, inclusive as comerciais, a Rede utiliza instrumentos de comunicação. Inicialmente as ligações telefônicas e as mensagens eletrônicas, mas com o avanço das tecnologias e das mídias sociais, as formas se alteraram. Com a ampliação do uso de celulares e o acesso às mídias digitais, a Raízes da Mata também ampliou sua participação nas redes sociais e hoje está presente na maioria delas⁴⁶. Internamente destacam-se os grupos de WhatsApp, criados em torno de objetivos específicos como a mobilização e articulação de produtos e a divulgação de ofertas, gestão da Rede, fornecedores e revendedores, certificação orgânica e comunicação em geral.

O uso de redes sociais digitais contribui na comunicação e circulação rápida de informações, no entanto não substitui as atividades presenciais que fortalecem os vínculos sociais e o enraizamento social apontado por Polanyi (2000). O funcionamento da rede é dinâmico, cada frente de ação tem autonomia para definir sua rotina específica de trabalho. No entanto, algumas atividades são espaços de socialização, de debate de estratégias e de articulações mais amplas, como a reunião geral entre os integrantes mais ativos da Rede, as assembleias anuais realizadas durante a “Troca de Saberes” e a participação em reuniões específicas com parceiros.

⁴⁶ Instagram: <https://www.instagram.com/rederaizesdamata/>.

Facebook: <https://www.facebook.com/rederaizesdamata/>.

Site: <http://raizesdamata.com.br/>

Link para pedido semanal de cestas: <https://cesta.raizesdamata.com.br>

Celular com WhatsApp: (31) 99635-5051.

8.3 Circulação de produtos, serviços e acesso aos mercados

Em um primeiro momento entre os anos de 2011 e 2015, a circulação dos produtos baseava-se na divulgação das ofertas, nas encomendas e na distribuição, operacionalizada por uma lista semanal de produtos ofertados. Esse também foi o formato inicial da Rede Terra Viva, em Belo Horizonte, e tanto ela como a Raízes evoluíram para as feiras presenciais.

Nessa dinâmica de venda virtual, elaborava-se uma planilha digital de produtos e preços (FIGURA 7) com base nas informações dos produtores e produtoras, enviando-a por e-mail a potenciais consumidores cadastrados a partir das rodas de cadastro. Para isso, havia uma rotina semanal de organização que previa o levantamento das ofertas e preços por e-mail ou telefone junto aos produtores. Na sequência, a planilha era enviada às segundas-feiras aos consumidores, que retornavam seus pedidos até às quartas-feiras.

Entre quarta e quinta-feira, uma equipe de bolsistas e voluntários organizava os pedidos, encomendava-os aos produtores e, em alguns casos, ainda se responsabilizavam pela logística de transporte da produção até o local de distribuição na UFV. Caso houvesse a oferta de um mesmo produto por mais de um produtor, os pedidos eram divididos a fim de contemplar todos e todas. Na sexta-feira, os produtos eram recebidos, organizados e entregues aos consumidores na casa 18 da Vila Gianetti, no interior da UFV.

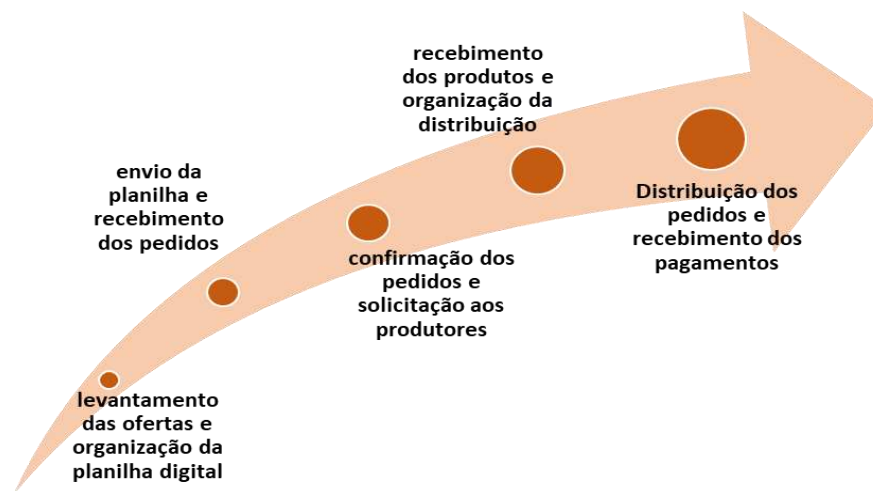
Figura 7 2– Parte da planilha digital de divulgação das ofertas semanais de produtos dos membros da Rede Raízes da Mata, em 2013

DISPONIBILIDADE	PRODUTOR	CLASSIFICAÇÃO	PRODUTOS	UNIDADE	VALOR	SEU PEDIDO	VALOR TOTAL
	Jean - Ervália	Agroecológico	Abobrinha	kg	R\$ 3,00	0,00	R\$ 0,00
	Zé Carlos e Maria do Socorro	Agroecológico	Alecrim	unid.	R\$ 1,20	0,00	R\$ 0,00
TEM	Jean - Ervália	Agroecológico	Agrião da terra	molho	R\$ 1,20	0,00	R\$ 0,00
TEM	Jean - Ervália / Jésus e Tereza - Fundão / Marlene	Agroecológico	Alface crespa	unid.	R\$ 1,50	0,00	R\$ 0,00
TEM	Dico - Palmital / Jésus e Tereza - Fundão / Jean - Ervália	Agroecológico	Alface lisa	unid.	R\$ 1,20	0,00	R\$ 0,00
TEM	Pedro - Cristais	Agroecológico	Alface Roxa	unid.	R\$ 1,50	0,00	R\$ 0,00
TEM	Jésus e Tereza - Fundão / Marlene	Agroecológico	Almeirão	unid.	R\$ 1,50	0,00	R\$ 0,00
	Jésus e Tereza - Fundão	Agroecológico	Almeirão de árvore	unid.	R\$ 1,20	0,00	R\$ 0,00
	Zé Carlos e Maria do Socorro	Agroecológico	Almeirão Roxo	unid.	R\$ 1,20	0,00	R\$ 0,00

Fonte: Arquivos Raízes da Mata

Além das entregas, os colaboradores se responsabilizavam pelo recebimento de pagamentos e o recolhimento de 10% desses para cobrir custos de aluguel, água e luz, atividades de gestão e a criação de um fundo financeiro para a Raízes da Mata. O restante era repassado diretamente aos fornecedores. Toda essa logística (ESQUEMA 2) demandava muita organização e mão de obra por parte dos colaboradores, sobretudo estudantes, responsáveis por centralizar a organização de todo o processo.

Esquema 2 – Rotina semanal de organização e entrega dos pedidos entre 2011 e 2015



Fonte: Elaboração do autor

Além das entregas das cestas, também funcionava na casa um grupo de almoço e outras atividades culturais, formativas e de capacitação a partir dos grupos de extensão, professores da UFV, entre outros. Dessa forma, a Casa 18 se tornou uma referência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas com a agroecologia e a agricultura familiar. Todas essas ações fizeram com que o fluxo de pessoas aumentasse e, conseqüentemente, de consumidores que, com o encurtamento da distância entre a produção e o consumo e o estreitamento dos laços sociais, formava-se um espaço de trocas mercantis, simbólicas e afetivas às sextas-feiras.

Além dos produtos já encomendados, outros começaram a ser trazidos pelos produtores (as), já que a demanda no dia das entregas crescia. Como consequência, produtores (as) e agricultores (as) envolvidos, sobretudo de Viçosa, demandaram a realização de uma feira presencial, já que no município existia apenas uma aos sábados e que não incluía o

caráter agroecológico e solidário. A partir de 2013, teve início a feira⁴⁷ quinzenal da Rede Raízes da Mata que, em 2015, passou a ser semanal (FOTOGRAFIA 2), consagrando-se como a primeira feira agroecológica do município.

De forma a aproximar essas ações da comunidade viçosense, para além da comunidade acadêmica, entre os anos de 2013 e 2014 realizaram-se feiras quinzenais na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, fora do campus da UFV. No entanto, a logística de transporte da estrutura não era simples, o que dificultou sua continuidade. Mesmo com as feiras presenciais, ainda havia um grupo de bolsistas e voluntários responsáveis pelos trabalhos operacionais, sobretudo no gerenciamento da compra e venda de produtos beneficiados de fora de Viçosa, na mobilização para realização de atividades de construção do conhecimento e na própria organização das feiras.

Fotografia 2 – Feira semanal da Rede Raízes da Mata na Casa 18, Vila Gianetti



Fonte: Arquivo Raízes da Mata/Fotógrafo: Luciano Hara

Com o início da feira, houve um aumento no interesse de produtores e produtoras e no volume e diversidade de produtos, o que refletiu positivamente no número de consumidores. Considerando a sazonalidade dos produtos, sobretudo os *in natura*, entre os anos de 2011 e 2012 eram cerca de 180 produtos, em 2013 mais de 200 e, em 2019, foram contabilizados

⁴⁷ Além da circulação de produtos durante as feiras, haviam atrações artístico-culturais, apresentação de filmes, entre outros.

quase 400 produtos que circulam na Rede, o que tende a aumentar a partir de articulações recentes com outras Redes Agroecológicas de circulação da produção.

Apesar dessa diversidade expressiva de produtos, desde hortifrutigranjeiros *in natura* como produtos processados de origem animal e vegetal, artesanatos, fitoterápicos, cosméticos e produtos de limpeza naturais, plantas medicinais, insumos produtivos como mudas, sementes, biofertilizantes, adubos orgânicos e também produtos orgânicos certificados, muitos deles, sobretudo derivados animais, cosméticos e alguns processados, não possuem os registros sanitários necessários. Esses registros relacionam-se tanto com a Vigilância Sanitária ligada às Secretarias Municipais de Saúde relativa aos cosméticos e produtos processados de origem vegetal, como com a inspeção de produtos de origem animal realizada na região pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

De forma geral, as normas para a adequação muitas vezes não se adaptam às diferentes realidades do meio rural e urbano, além da falta de apoio técnico nas adequações necessárias. Essa é uma questão recorrente que autores como McMichael (2016), Schneider e Gazolla (2017) já vêm apontando, em que as regras, regulações e padrões são definidos a partir da influência de grandes corporações multinacionais nas legislações e políticas nacionais, desconsiderando as diferentes culturas e realidades locais e regionais. Mesmo com as dificuldades apontadas, a feira no campus universitário tornou-se referência como um espaço de comercialização de produtos agroecológicos. Por conseguinte, outras feiras e espaços de comercialização começaram a ser gestadas.

A partir da crise política instalada no Brasil após as eleições de 2014 e todo o processo de *impeachment* que culminou com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, os recursos para as universidades públicas e para projetos de extensão foram diminuídos drasticamente. Como já apontado, essa redução comprometeu a dinâmica da Rede, que dependia da atuação dos bolsistas. Somado a essas questões, a criação de outras duas feiras “agroecológicas, da economia solidária e agricultura familiar” enfraqueceu a feira semanal da Raízes da Mata, já que agricultores (as) e produtores (as) da Rede também passaram a participar desses novos espaços de comercialização.

Em 2015, a partir da atuação do CTA-ZM na comunidade da Violeira em parceria com a Comunidade Presbiteriana de Viçosa (CPV) e o Departamento de Economia Doméstica da UFV, criou-se a “Feira Agroecológica e Cultural da Violeira”. No começo, ela acontecia mensalmente aos domingos e depois quinzenalmente no pátio da CPV, no bairro urbano João Brás, vizinho à comunidade rural da Violeira. Além da comercialização dos produtos,

acontecem também atividades culturais, musicais, trocas de brinquedos, bazar, entre outras atividades.

Ainda em 2016 mais uma feira fora criada, a “Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar – Quintal Solidário”, realizada pela Seção sindical dos docentes da UFV (ASPUV) e pela ITCP-UFV, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), da Vigilância Sanitária de Viçosa, do CTA-ZM, da Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV), do Departamento de Nutrição e Saúde (DNS/UFV) e da própria Rede Raízes da Mata. Para comercializar produtos nessa feira, além de um cadastro prévio de acordo com o produto, os (as) expositores (as) devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores familiares ou o CADSOL. Essa feira também é realizada na Vila Gianetti, na UFV, muito próxima à Casa 18.

Já em 2017, a Prefeitura Municipal de Viçosa ampliou a feira municipal – que acontecia somente aos sábados – para as quartas-feiras, mesmo dia e horário da feira Quintal Solidário, sem que houvesse nenhum diálogo. Ademais, essa feira é realizada em um espaço estratégico no centro da cidade, o que facilita a participação da população em geral. No entanto, a partir das análises dos próprios expositores e das organizações que compõem o Quintal Solidário, não houve prejuízos na comercialização, já que os públicos envolvidos são diferentes. A Figura 8 reúne as informações temporais acerca das atividades desenvolvidas antes e depois da criação da Rede Raízes da Mata, em 2011.

Figura 8 – Destaques da linha do tempo da Rede Raízes da Mata, Viçosa-MG

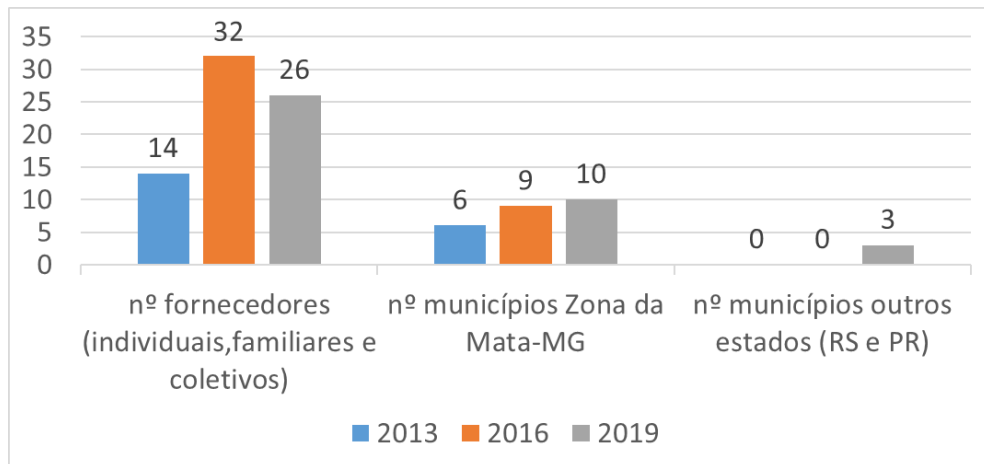


Fonte: Elaboração do autor

O cenário apontado para a Rede Raízes da Mata a partir de 2015 era desafiador. A diminuição das bolsas para estudantes, essenciais para a garantia das atividades naquele momento, e a criação de outras feiras apontavam para a necessidade de repensar sua atuação. Diante dessas dificuldades, em 2017 a feira agroecológica da Raízes da Mata deixou de acontecer, mas grande parte dos agricultores passaram a incorporar as outras duas experiências criadas, o Quintal Solidário e a Feira da Violeira.

Com o término da feira da Raízes da Mata e a parceria estabelecida junto ao Quintal Solidário, grande parte dos integrantes do coletivo passaram a participar da nova feira. Além disso, a estrutura é mais adequada à realização de uma feira, com banheiros masculinos e femininos, mesas, cadeiras e área coberta. No entanto, como demonstra o Gráfico 3, houve uma diminuição do número de fornecedores entre 2016 e 2019, apesar do aumento de municípios.

Gráfico 3 – Número de fornecedores e municípios de origem da produção entre 2013 e 2019, Raízes da Mata



Fonte: Elaboração do autor, dados da pesquisa e de Silveira (2013)

Esse encolhimento tem relação direta com o término da feira da Raízes, que aproximava muitas famílias e produtores individuais em um espaço democrático e de interação social que era a Casa 18, na UFV. Por outro lado, o número de municípios fornecedores de produtos aumentou, extrapolando as divisas estaduais na busca por maior diversidade de produtos, sobretudo orgânicos. Com isso, mesmo diminuindo o número de fornecedores, diversificaram-se os produtos e suas origens.

Com todas essas mudanças de contexto, alguns eixos passaram a ser trabalhados com mais afinco: a diversificação nas formas de comercialização e circulação solidária de produtos

e serviços, a garantia da qualidade dos produtos e a certificação orgânica, a comunicação e as mídias sociais, e a autogestão financeira a partir dos sujeitos mais atuantes da Rede e não dos estudantes bolsistas. Apesar disso, esses sujeitos continuaram participando e assumindo tarefas, principalmente aquelas mais rotineiras relacionadas à comercialização, realização de mutirões e intercâmbios com as propriedades.

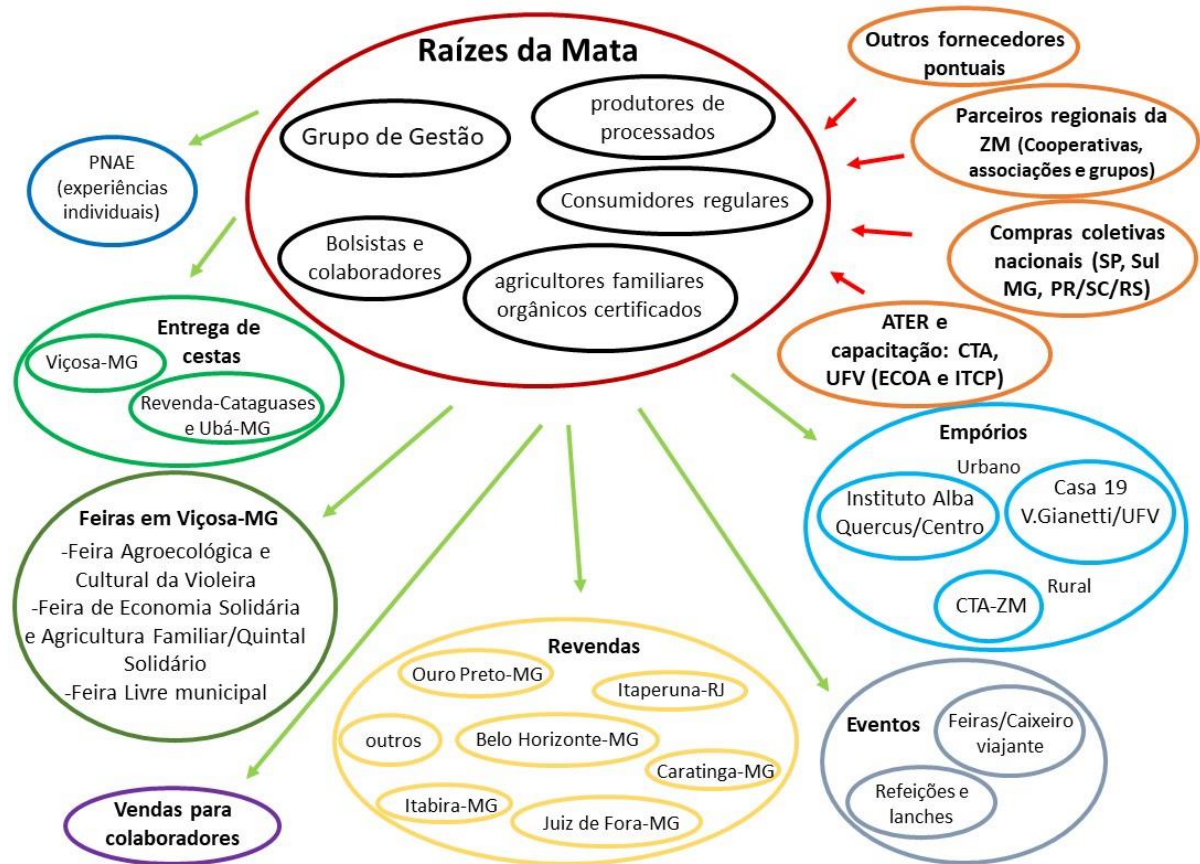
A diversificação nas formas de comercialização ampliou os Empórios, que são pontos fixos de comercialização de produtos, não perecíveis ou pouco perecíveis, tanto da região como de outras. Estabelecidos pela própria Raízes e pelas parcerias, são três os pontos fixos, sendo um na Casa 19, na Vila Gianetti⁴⁸, o espaço de comercialização na sede do CTA-ZM e o Instituto Alba Quercus, no centro de Viçosa. Este último, além da produção e comercialização de produtos naturais, orgânicos e outros, também realiza atividades e atendimentos terapêuticos.

Com o aumento das estratégias de comercialização, como demonstrado no Esquema 3, ampliou-se a diversidade e a regularidade na vinda de produtos das associações, cooperativas e grupos parceiros da Zona da Mata. Outro ponto importante se refere às compras coletivas em atacado de produtos orgânicos certificados não encontrados na região como sucos, geleias, farinha de trigo orgânica, aveia orgânica, fermento, entre outros, que também tiveram um aumento.

As setas verdes indicam a saída de produtos e serviços, enquanto as setas vermelhas apontam as entradas. Os círculos de diferentes cores demonstram a diversidade de estratégias, sendo elas: as compras institucionais como o PNAE, a entrega de cestas, as feiras, as vendas para colaboradores/as, as revendas, os serviços e produtos para a realização de eventos e os pontos fixos ou empórios.

⁴⁸ Com a devolução da Casa 18 para a realização de reformas pela UFV, responsável pela manutenção da Vila Gianetti, e com a institucionalização do Núcleo ECOA, a UFV cedeu a Casa 19 para o ECOA, o que representa o reconhecimento pela universidade das ações desse coletivo.

Esquema 3 – A circulação de produtos e serviços da Raízes da Mata até o ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa

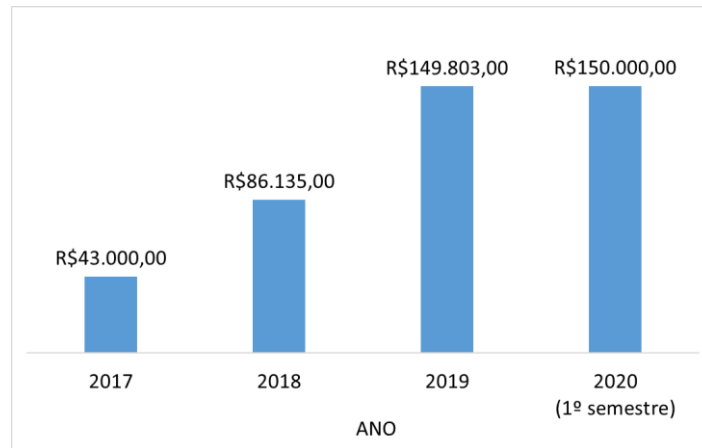
Um dos objetivos na ampliação dessas compras coletivas de produtos orgânicos em maiores volumes é aumentar a diversidade de produtos que não são produzidos na região, com um custo reduzido de transporte. Outro objetivo é a adequação na fabricação de produtos processados pelos (as) produtores (as) da Raízes da Mata. Atualmente esses sujeitos não compõem a OCS Raízes da Mata, restrita apenas a agricultores familiares. No entanto, como veremos mais adiante, a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) na Zona da Mata permitirá que outros agricultores (as) e produtores (as), além dos familiares, também possam participar. Nesse sentido, ingredientes orgânicos adquiridos coletivamente (como a farinha de trigo) permitirão a adequação das receitas para que os produtos processados também possam ter a certificação orgânica⁴⁹ de forma participativa.

De forma geral, essa ação coletiva impactou positivamente a Rede, aumentando o número de prosumidores (as), a diversidade e o volume de produtos ofertados, bem como o

⁴⁹ Somam-se à adequação dos insumos orgânicos as questões sanitárias ligadas ao processo de fabricação, que independem se o produto é orgânico ou convencional.

acesso a insumos e produtos com qualidades diferenciadas. Com isso, mais recursos têm circulado na Rede, como observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Receita bruta anual da Rede Raízes da Mata (em R\$)



Fonte: Dados Raízes da Mata

A entrega semanal de cestas voltou a acontecer em 2019, demandada pelos próprios agricultores (as), principalmente os produtores de hortifrutigranjeiros, apesar das cestas não se limitarem a esses produtos. A rotina é bem similar ao que era no início, só que agora a partir de um formulário do Google Docs atualizado semanalmente e enviado pelo aplicativo WhatsApp aos consumidores. Apesar do apoio ainda presente de algumas poucas bolsas, o pagamento dos serviços advém do próprio lucro auferido pela Rede com a comercialização e a centralidade do processo não está a cargo de estudantes.

Diferentemente da primeira experiência, a confirmação do pedido só acontece quando o pagamento é efetuado, além da possibilidade de entrega nas residências. O volume médio semanal de cestas entregues em Viçosa está entre 20 e 35 cestas⁵⁰. Além desse quantitativo, uma empreendedora da cidade de Cataguases-MG retira semanalmente outras 35 cestas a serem revendidas no município e em Ubá-MG. No entanto, não se tem detalhes de como se dá essas relações.

Outro formato instituído como “revenda” é a partir de parceiros individuais ou de coletivos em outros municípios. Além de participarem das compras coletivas em atacado, possuem um valor diferenciado para as ofertas semanais. Esse formato tem ampliado a comercialização dos produtos, já que consegue abranger uma área geográfica maior que a

⁵⁰ Não foi analisado nessa pesquisa, mas durante a pandemia da COVID-19 a quantidade de cestas comercializadas em Viçosa nas primeiras semanas triplicou.

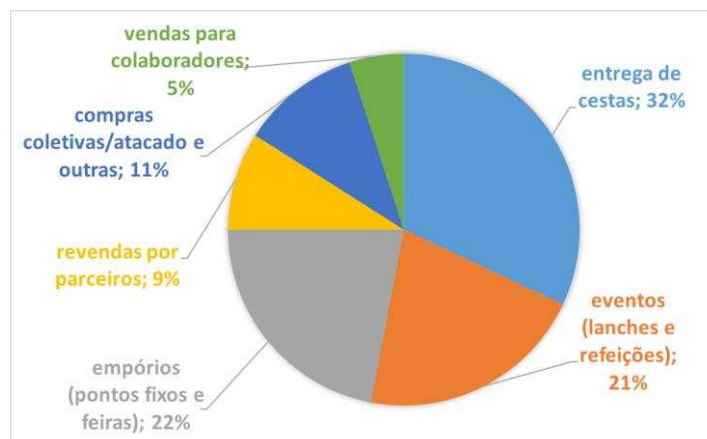
Rede isoladamente não conseguiria, além de estimular a conformação de novas redes de produtores e consumidores.

A prestação de serviços relacionados à alimentação, como refeições e lanches, é um novo campo que se abre para a Rede, tendo em vista a realização de diversos eventos acadêmicos na UFV. No município de Viçosa já existem empresas estruturadas que fornecem esses serviços, no entanto, com produtos convencionais, ultraprocessados e sem nenhum diferencial de qualidade. O consumo de produtos agroecológicos e da agricultura familiar é um debate constante no movimento agroecológico. Se buscamos novas formas de se relacionar com a alimentação e com os sistemas agroalimentares, temos que iniciar as mudanças nas nossas próprias atividades e eventos. Os lanches e refeições fornecidos são serviços prestados por integrantes da Rede que utilizam produtos regionais e locais. Apesar de recente, há grandes perspectivas de crescimento.

No caso dos eventos, pelo fato da Rede não ser uma organização formalizada, quando há a necessidade de emissão de comprovantes fiscais ou mesmo nas compras em atacado que demandem uma personalidade jurídica, utiliza-se das parcerias com os integrantes da Rede que são Microempreendedores Individuais (MEI). Além de se tornarem pessoas jurídicas, o custo de manutenção é mais baixo se comparado com Cooperativas, Associações e empresas. Entretanto, com a ampliação da Rede, esses formatos devem ser repensados.

O Gráfico 5 destaca a importância de cada uma das estratégias de circulação da produção e de serviços da Raízes da Mata durante o ano de 2019, realçando-se, por ordem decrescente de importância, as entregas de cestas, os empórios/pontos fixos e feiras e a prestação de serviços de alimentação em eventos.

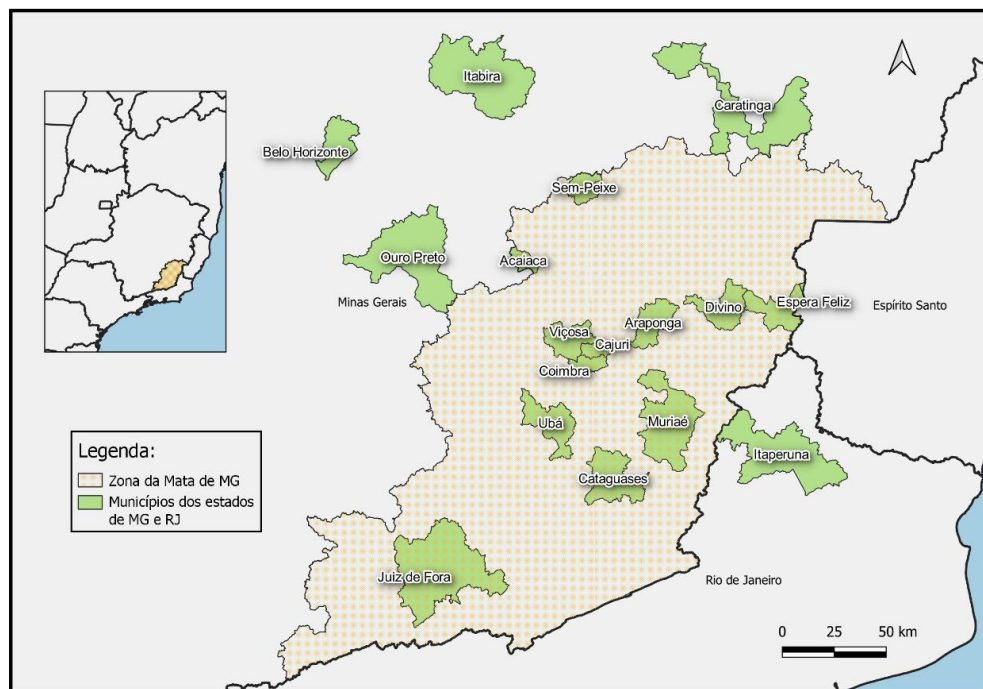
Gráfico 5 – Importância das estratégias de circulação da produção e serviços a partir das receitas brutas no ano de 2019



Fonte: Rede Raízes da Mata

Com o crescimento e pioneirismo da Rede na Zona da Mata, ela se constitui como uma referência na comercialização e circulação de produtos agroecológicos e orgânicos na região. Diferentes iniciativas foram criadas espelhadas na experiência da Raízes da Mata, tanto em Viçosa como em outros municípios da região como Muriaé, Araponga, Rio Pomba e outros que também criaram feiras e entregas de cestas. As articulações e circulação de produtos têm se expandido para outros territórios e regiões como Belo Horizonte e região metropolitana, Ouro Preto, Cataguases, Ubá e Juiz de Fora, como enfatizado no Mapa 1, reforçando a existência de laços com outras redes e atores.

Mapa 1 – Municípios que recebem e/ou enviam produtos a partir das diferentes estratégias de circulação da produção adotadas pela Rede Raízes da Mata



Fonte: Elaboração do autor

Em Viçosa, o comércio de produtos de famílias que se inserem ou já estiveram inseridas na Raízes em mercados convencionais como supermercados (FIGURA 9) e as compras institucionais por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também ocorre. Mesmo que inicialmente sejam relações individualizadas que não possuem vinculação direta com o trabalho coletivo da Rede, podem resultar em ações dessa ordem futuramente. Por conseguinte, reforça o que autores como Resende e Freitas (2019), Renting, Marsden e Banks (2017) e Cassol e Schneider (2017) classificam como modelos híbridos

entre o “alternativo” e o “convencional”, compondo um conjunto de estratégias de reprodução econômica, social e ambiental enraizados na cultura, nas crenças e nos modos de vida dos atores sociais ao longo do tempo nos seus territórios (SCHMITT, 2011b).

Figura 9 – Divulgação de produtos orgânicos e agroecológicos em mercados convencionais de Viçosa-MG



Fonte: Autor

A Figura 9 se refere à divulgação de produtos orgânicos certificados por auditoria e produtos agroecológicos sem agrotóxicos que não possuem certificação, ambas em supermercados do município de Viçosa. A imagem da esquerda é do “Supermercado Escola”, vinculado à UFV e gerenciado pela Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), que oferece suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Nele, um agricultor integrante da Rede Raízes da Mata, que é certificado por auditoria pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)⁵¹, comercializa seus produtos. Na figura da esquerda, circulado em vermelho, os produtos orgânicos oferecidos no setor de hortifrúti do supermercado. Essa relação, pelo vínculo entre o supermercado e a UFV e do agricultor com a Raízes, sinaliza possibilidades futuras de ampliação na oferta de outros produtos.

⁵¹ O IMA em Minas Gerais é um dos poucos órgãos públicos do Brasil que realizam a certificação orgânica por auditoria, com custo muito reduzido para agricultores e agricultoras familiares. Além disso, a certificação por auditoria e por SPG permitem o uso de selo Orgânico Brasil, necessário para a revenda, ou seja, a comercialização indireta dos produtos, como no caso do Supermercado Escola.

A imagem da direita é a divulgação em uma grande rede atacadista e varejista em Viçosa, o “Mineirão atacarejo”, inaugurado em 2019 e gerenciado pela DMA Distribuidora S/A, uma das maiores empresas de varejo alimentício de Minas Gerais e a maior do Espírito Santo, com capital exclusivamente brasileiro e que já se expandiu para outros estados, somando mais de 160 unidades⁵².

Os produtos agroecológicos e sem agrotóxicos divulgados são de uma das famílias precursoras da Raízes da Mata que não mais compõe o coletivo. Apesar disso, há relatos de que a negociação para a inserção desses produtos na unidade não foi simples e demandou muito diálogo e acordos. Normalmente o abastecimento dessas grandes redes varejistas e atacadistas baseia-se em cadeias longas de produção e distribuição a partir de centrais de abastecimento como o CEASA. Apesar dessa inserção ser apontada, de início, como um resultado positivo, Anjos e Caldas (2017) e Niederle e Marques (2016) questionam se a priorização dessas relações ao invés das cadeias curtas não coloca a autonomia produtiva, financeira e as tomadas de decisão da família em risco. Não foi possível analisar tal questão de forma mais aprofundada durante a presente pesquisa, já que o acesso a esses mercados é recente. De toda forma, é perceptível que as grandes redes de hipermercados e supermercados continuam sendo fortalecidas ao custo do trabalho e da produção de agricultores e agricultoras, principalmente em relação aos preços de revenda e aos acordos firmados.

O mercado institucional da alimentação escolar tem sido acessado por apenas duas famílias dentro da atual composição da Raízes da Mata. Uma delas acessa de forma individual e mais recente, sendo que a outra acessa desde o início do programa no município, em 2012, vinculados a uma associação da agricultura familiar que possui a DAP jurídica, a Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV). Os mercados institucionais ainda são pouco discutidos na Raízes, sendo outra oportunidade na construção de mercados territorializados para a agricultura familiar, em que produtos orgânicos certificados têm prioridade.

⁵² Disponível em: <https://www.mineiraoatacarejo.com.br/institucional>. Acesso em 01/08/2020.

9 O GRUPO DE CAFÉ ORGÂNICO DE DIVINO

A composição do grupo é marcada exclusivamente por famílias oriundas do campo, normalmente muito numerosas e socializadas em comunidades rurais. Apesar dessa ruralidade, metade delas já experimentou, por um curto período de tempo, o cotidiano urbano em cidades como Juiz de Fora-MG, Volta Redonda-RJ, Macaé-RJ, entre outras, buscando melhores condições de vida a partir da venda da força de trabalho.

Apesar de hoje comporem um grupo de agricultores agroecológicos e orgânicos, não foi sempre assim na vida dos integrantes do GODI e de seus familiares, já que o pacote agroindustrial da Revolução Verde – como os agrotóxicos – foi amplamente disseminado. Apesar da pouca escolaridade, algumas famílias tinham consciência dos malefícios que esses venenos traziam. Foram vários os relatos durante as entrevistas:

Só quando surgiu de pouco e não sabia a gravidade das coisas é que por 1 ou 2 anos alguns dos meus irmãos andaram jogando round up para matar o mato, mais na estrada, na lavoura mesmo nunca jogou. Mas aí depois que ficou sabendo, meu pai não deixou jogar mais não. Ele mesmo nunca mexeu (com agrotóxicos) (ENTREVISTADA 1).

Ele não jogava só na planta, também tomava banho com round-up! E na família dele tem muito índice de câncer, já morreu quatro ou cinco (...) eu sempre lutando com ele que parasse de jogar, até jogar *round up* a noite escondido ele jogou. Eu sempre falava com ele, pensa um pouquinho, se você não pensa em você, pensa nos seus filhos, tá aí jogando perto da casa. (ENTREVISTADA 9).

Essa proximidade com os agrotóxicos não aconteceu apenas regionalmente na Zona da Mata, já que um dos agricultores entrevistados, que é natural de Santa Catarina, também relatou:

Foi um padrinho que comprou um terreno do lado dos pais e propôs uma sociedade com meu pai no plantio de alho no sistema convencional, aí meu pai começou a trabalhar e trazer esses agrotóxicos e aí foi usando né, foi meio que um ciclo, começou no alho e depois no feijão... começou nessa lógica. Depois a EPAGRI trouxe o trabalho com fruticultura no pacote convencional (...) com 10-11 anos a gente já estava tendo contato com agrotóxico (ENTREVISTADO 6).

Atualmente as famílias não usam nenhum tipo de agrotóxico, no entanto, algumas ainda utilizam pequena quantidade de adubo químico sintético nas culturas, principalmente cafeiras, que ainda não são orgânicas certificadas, e naquelas em que exercem relações de parceria.

Todas essas experiências reforçam a convicção pela agroecologia e pela busca de melhores condições de trabalho e renda no meio rural para o sustento familiar. A autonomia é essencial nesse processo e o acesso à terra aparece como uma questão central na trajetória das famílias. A busca por esse meio de produção e reprodução social representa o rompimento dos laços de dominação que médios e grandes produtores da Zona da Mata, sobretudo vinculados à monocultura do café, exercem sobre os agricultores familiares camponeses a partir do estabelecimento de “parcerias”.

Uma das formas mais conhecidas de parceria na região são os meeiros, em que a autonomia nas decisões fica a cargo do proprietário da terra e a força de trabalho a cargo do meeiro. A Lei Federal nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que trata do Estatuto da Terra, limita a quota do proprietário a no máximo 50% dos frutos da parceria. Nesse caso, ele fornece, além da terra preparada, insumos, máquinas e implementos agrícolas. Entretanto, os relatos apontam que a maior parte das parcerias não acontecem dessa forma, já que os proprietários recebem 60% dos frutos. A justificativa é o alto custo dos insumos, o que denota certa exploração da mão de obra, reduzindo o seu valor e sua importância.

As parcerias, assim como outras formas de geração de renda com base na venda da força de trabalho, apesar de ainda presentes no cotidiano, são vistas como um complemento de renda temporário, ou seja, um caminho até que se consiga a tão esperada autonomia financeira a partir das propriedades rurais agroecológicas.

Se for preciso eu moro até no paiol, mas de meeiro eu não fico mais. Na época não colhia café nenhum, não dava para sustentar a família, trabalhando demais e jogando veneno, eu sempre detestei. Eu chegava em casa e falava: eu ainda tenho que sair dessa vida que isso não é pra mim não, veneno eu não gosto. (ENTREVISTADO 2).

Foi por esse motivo [compra da terra] que tive força pra tá continuando na roça, se eu não tivesse adquirido essa terra, eu acho que não tinha ficado. A gente que tem um pouquinho de entendimento e vontade de mexer naquilo que é seu, você trabalhar em terra dos outros é a pior coisa que tem! Você não consegue fazer nada, tem que andar com mandato dos outros, acho que foi o sistema que eu fui criado, eu não gosto. Às vezes você tem uma ideia, o outro tem outra, e sempre a ideia do patrão prevalece, ele é o dono! A gente que não gosta de agrotóxico tinha que passar por isso. Essa conquista do Crédito Fundiário foi uma vitória e tanto! Um grande salto para permanecer no campo com uma qualidade melhor (ENTREVISTADO 5).

Outra característica que vincula a terra à trajetória das famílias são as partilhas ou heranças entre os filhos e filhas. Normalmente são pequenos pedaços de terra, já que as famílias são numerosas e, aos poucos, vão se ampliando territorialmente de forma contínua ou

descontínua. Essa partilha ocorre mesmo antes da ausência dos pais e de toda a formalização necessária, tanto por meio de contratos de parceria entre pais e filhos/as ou mesmo informalmente, sobretudo quando há a necessidade de sustento de um novo núcleo familiar.

Era muito complicado, a questão de Internet, telefone, forma de você sair pra festa, nem se pensava! Era uma vez por ano e olhe lá! (...) Na época trabalhava de meeiro, o pai tinha esse pedacinho aqui, mas a família era grande, são 7 mais pai e mãe, e ainda tava plantando café, então tinha que pegar lavoura fora para conseguir alguma coisa. Não era fácil, o café não tinha preço, como tá hoje também, sempre foi café, nunca pensou em diversidade ou outro tipo de renda, então acabava sendo mais difícil ainda. Eu falo que foi uma juventude difícil, mas eu adorei! Acho que aproveitei muito mais que os moleques de hoje, brincadeiras, as famílias reuniam mais (ENTREVISTADO 5).

Os trabalhos junto à família desde muito cedo e as parcerias estabelecidas em lavouras de café também foram apontados como obstáculos para a continuidade dos estudos formais. Soma-se a isso a distância das escolas que, com a diminuição destes estabelecimentos no meio rural, aumentava consideravelmente o tempo de deslocamento e as dificuldades com os meios de transporte escolar, precários ou inexistentes. De forma a conciliar o trabalho e os estudos, muitos jovens encaravam a rotina desgastante do trabalho rural no período diurno e os estudos à noite, o que muitas vezes se tornava incompatível e os estudos não continuavam. Assim, a necessidade do acesso à terra ampliava de importância na busca pela reprodução social das famílias.

No bojo da discussão do acesso à terra, a importância das políticas públicas apareceu fortemente durante as entrevistas. Dentre as políticas acessadas, destacam-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida – e o crédito rural de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar das dificuldades operacionais no acesso, esses programas estão muito presentes no processo de desenvolvimento socioprodutivo das famílias rurais, o que reforça o papel e a importância do Estado, mas também das organizações de agricultores e agricultoras que mobilizam e contribuem na operacionalização dessas políticas.

O PNCF relaciona-se com a compra de terras, tanto de forma coletiva com a criação de uma associação, como de forma individualizada a partir de um grupo informal. O programa também fornecia créditos para a construção de estruturas, como terreiro de café, tulha e até casa para moradia. Em Divino, foi aprovado, em 2007, o único projeto a partir da formação de uma associação composta por sete famílias, sendo que dessas, duas integram o

GODI. Outros projetos também foram aprovados e envolveram outras quatro famílias do grupo, totalizando seis das sete entrevistadas. Os projetos de Crédito Fundiário mobilizaram cerca de 100 famílias em Divino, no entanto, apenas 50 conseguiram de fato a aquisição pelo Programa. Com as burocracias e o tempo de espera alongados, acordos e negociações junto aos proprietários vendedores das terras foram realizados por fora do programa.

Apesar das facilidades documentais em acessar o PNCF por meio de uma personalidade jurídica como a associação, algumas dificuldades são colocadas pelos (as) agricultores (as). Primeiramente, requer um esforço do coletivo na gestão e na confluência das ideias, já que a propriedade da terra adquirida é da associação e não das famílias. Na compra de insumos e nas vendas realizadas, as notas fiscais de entrada e de saída respectivamente, e a prestação de contas fica a cargo do tesoureiro da associação. Na prática, as decisões relacionadas aos agroecossistemas manejados pelas famílias devem ser tomadas pela associação.

Para os integrantes desse coletivo que estão no processo de certificação orgânica do café, que são poucos, esse formato se torna ainda mais desafiador. O entendimento da certificadora é o de que as lavouras de café da associação (pessoa jurídica) é que estão sendo certificadas, já que o documento da terra está em nome da organização. Dessa forma, todas as famílias, ou seja, a associação, deveria estar no processo de certificação, o que não é o caso.

Outra política que se destaca é o PNHR, já que quatro das sete famílias tiveram contato com esta proposta. Ele possibilita o acesso à moradia digna, tanto na construção de uma nova casa como na reforma de uma habitação já existente. Há também outros benefícios correlacionados, como a construção de biodigestores para a produção de gás para as cozinhas, estruturas e insumos produtivos, o saneamento básico, entre outros.

O crédito rural do PRONAF, que é a mais conhecida dentre as políticas públicas para a agricultura familiar, também é acessado pelo grupo. Em Divino, ele é operacionalizado por uma organização da agricultura familiar muito próxima ao grupo, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL). Os recursos acessados são utilizados em melhorias produtivas, sobretudo para investimentos que necessitam de maior aporte financeiro, como secadores de café, melhorias nos terreiros, construção de estruturas produtivas e/ou de beneficiamento, compra de equipamentos, além de outros mecanismos.

O acesso ao crédito de forma individual para o benefício coletivo não é raro, as famílias de forma individual acessam o PRONAF, que é pago coletivamente pelo grupo envolvido, o que requer certo grau de confiança entre os/as envolvidos/as. Como apontado por Belik (2016), a ação do Estado por meio de políticas públicas adequadas às diferentes

realidades da agricultura familiar camponesa tem forte influência no desenvolvimento rural e na qualidade de vida das famílias.

A autonomia financeira das famílias, além da conquista da terra própria, também se vincula à prestação de serviços para fora⁵³, principalmente quando a quantidade de terra cultivável não é suficiente para o sustento familiar. Há uma relação inversamente proporcional entre o trabalho na propriedade e os trabalhos externos, pois, à medida que o volume de mão de obra demandada na propriedade aumenta, a busca de capital a partir de outros serviços para fora tende a diminuir.

Atualmente a produção orgânica de café e as demais produções agroecológicas ainda não garantem o sustento da maioria das famílias que integram o grupo. Das sete famílias entrevistadas, apenas a que produz o maior volume de café orgânico no grupo, o entrevistado 2, afirmou que a sustentabilidade financeira da família é oriunda apenas da propriedade. Ou seja, não dependem de fontes de renda externas aos agroecossistemas próprios para o sustento familiar. No entanto, mesmo essa família, pontualmente, realiza trabalhos de pedreiro para vizinhos em sua comunidade, sendo que a ausência dessa renda não compromete a sustentabilidade do lar.

Não tenho tempo mais para isso não, tem hora que tenho que deixar de fazer uma coisinha (na propriedade) para ajudar alguma pessoa que pede, é um dinheirinho que entra, mas não dá pra fazer muita coisa não (...). Se for para trabalhar fora passa aperto, pra gente que não usa nada de veneno, mesmo só na roçadeira passa aperto, aí você vai ter que deixar de plantar um pouco do milho, do feijão (...). Ultimamente não temos colocado adubo químico, apenas o calcário (ENTREVISTADO 2).

As demais famílias exercem atividades externas no intuito de complementar a renda advinda dos agroecossistemas próprios. Dentre elas, atividades relacionadas à agropecuária, como os serviços de roçada, colheita do café⁵⁴ e capina, em relações de parceria ou não, e serviços de ATER para elaboração de projetos de crédito. Outros serviços não agropecuários também são realizados, como os de pedreiro, a prestação de serviços para as organizações da agricultura familiar (tais como o SINTRAF, a CRESOL e a PJR), os atendimentos da medicina alternativa, o serviço público municipal, além de diversas modalidades aqui não listadas.

⁵³ Ressalta-se que os mutirões e trocas de dias presentes no grupo não estão sendo considerados como trabalho fora da propriedade, já que não envolve recursos financeiros e sim a reciprocidade entre as famílias, como abordaremos mais adiante.

⁵⁴ A colheita do café é um período de muita circulação financeira, sobretudo relacionado à “panha” do café, em que, dependendo da quantidade colhida, da carga produtiva da lavoura e do preço do café, os valores diários podem variar entre R\$200-500 por dia/pessoa.

Trabalho fora o ano todo, esse ano agora quero ver se paro um pouco, priorizar mais ainda (a propriedade), por que é claro que o dia que você trabalha fora você deixa de fazer o que precisava fazer no seu, mas precisa do dinheiro, né? Acaba sendo obrigado a trabalhar fora. Mas, esse ano eu vou ver se eu consigo me organizar o suficiente para não necessitar de trabalhar fora, cuidar mais do meu mesmo. Por exemplo, todas as coisas que eu precisava fazer de poda (nas árvores do café) de tudo é coisa que eu poderia estar fazendo e que eu não faço, pois tenho que trabalhar fora, trocando dia, vendendo a mão de obra. E nem tô falando de trabalhar a meia não, que é outra situação, que tem também e prejudica muito a minha atividade aqui nas minhas áreas. (ENTREVISTADO 8).

Se for olhar hoje, pra mim, ainda não está sustentável a propriedade que eu tenho aqui, ainda não consegui tornar autossuficiente para manter a minha família. Acaba que o serviço que eu tenho na CRESOL me contribui, mas o plano que fizemos foi que na hora que eu sair da CRESOL em 2023 já conseguir ir pra frente. Até lá o café plantado recente já vai estar produzindo (ENTREVISTADO 5).

Esses outros trabalhos advêm do forte envolvimento das famílias do grupo nas organizações ligadas à agricultura familiar e camponesa, tanto no município como também estadual e nacionalmente. A atuação mais intensa nesses espaços, apesar da importância na defesa dos direitos da agricultura familiar camponesa e na construção da agroecologia, acaba afastando agricultores e agricultoras do trabalho produtivo e reprodutivo nos agroecossistemas próprios. Nesse sentido, as famílias tentam conciliar a participação social e a prestação de serviços com o trabalho nas propriedades, o que nem sempre é possível.

O trabalho no sindicato nunca me sustentou, era no máximo R\$500 por mês, eu era meeiro e precisava trabalhar na roça também(...). Se a planta precisa de poda nossa vida também precisa, tem que ver qual o ramo que está te tomando energia, qual ramo que está em excesso e começar a planejar a vida da gente (...). Eu precisava tirar um tempo pra mim, estava com problemas, não só financeiros, mas meus, pessoais também. Eu vi que não tinha outro jeito (...) tentei planejar a participação, mas não dava. Me afastei de tudo. Eu falava 'eu vou voltar pra roça' e ninguém acreditava, não é muito comum. Hoje estou só no grupo de orgânicos, com a família, e na propriedade" (ENTREVISTADO 8).

Mesmo famílias que buscam priorizar seus agroecossistemas reconhecem a importância da participação nas organizações e também do papel de liderança assumido por alguns integrantes do grupo.

Nosso grupo ainda é mais de liderança, de movimento, que pensa em se manter, mas em outras coisas também. Tem pessoas que tem rendas de outras formas também, tem um foco diferente, de liderança, de divulgar, o

que não faz com que tenham tanta necessidade para produzir, mas são pessoas importantes para o grupo (ENTREVISTADO 8).

É recorrente entre os/as integrantes do grupo o desejo e o planejamento voltados à priorização do sustento familiar a partir das atividades produtivas de seus agroecossistemas próprios, indicando, ao mesmo tempo, um certo afastamento de outras atividades que não tenham relação direta com esse objetivo. No entanto, essas outras atividades, para além dos mutirões/troca de dias e atividades produtivas e domésticas nas propriedades, estão presentes em cinco das sete famílias, sendo que das 13 pessoas entrevistadas sete delas (duas mulheres e cinco homens) realizam atividades remuneradas fora da propriedade.

9.1. Construção e consolidação do GODI: sujeitos e organizações

A participação dos sujeitos em outros coletivos e movimentos demonstra o enraizamento social do GODI, já que essas instituições se relacionam com a construção histórica do movimento agroecológico na Zona da Mata. A trajetória do grupo é influenciada pelo histórico da agricultura familiar no município e na região, enraizada em movimentos sociais e sindicais de luta por direitos, atrelados a várias organizações. (COMEFORD, 2001).

Abaixo, de acordo com os (as) entrevistados (as), são descritos os papéis que algumas delas⁵⁵ desempenham ou desempenharam no GODI:

- *Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na agricultura familiar/SINTRAF*: filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais (FETRAF-MG), é a organização de maior referência para o grupo, tanto no apoio político e operacional, como no apoio financeiro em momentos pontuais de necessidade. Integrantes do GODI participaram ativamente do sindicato e da Federação em Minas Gerais, inclusive ocupando cargos na direção de ambas. São espaços importantes para a formação política e na garantia dos direitos de agricultores e agricultoras familiares.
- *Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária/CRESOL*: todas as famílias entrevistadas são cooperadas, sendo que três prestam ou já prestaram serviços à organização e/ou compuseram a direção. Além do acesso ao crédito do PRONAF, ela é responsável pela elaboração dos projetos de crédito, além das demais operações

⁵⁵ Não há uma hierarquização dessas organizações, cada uma possui características e contribuições que interagem com diferentes temáticas.

bancárias. A base central da CRESOL localiza-se no Paraná, mas já se expandiu para outros dezesseis estados e em diversos municípios da Zona da Mata mineira.

- *Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino e Orizânia/Associação Dom Divino*: criada em 1997, sempre esteve muito próxima do sindicato. Teve um papel fundamental na mobilização e articulação dos agricultores e agricultoras, sobretudo na elaboração e execução de projetos e na comercialização da produção antes das mudanças no Código Civil, em 2002, que restringiu essa ação pelas associações.
- *Cooperativa da Agricultura Familiar de Divino e Orizânia-MG/COOPERDOM*: foi constituída em 2014 como uma continuidade das ações da associação voltadas à comercialização. A cooperativa possui a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) jurídica. Apesar de, na atual diretoria, os integrantes do grupo não estarem presentes, apenas uma família entrevistada não é cooperada. No entanto, todas já tiveram relações mais próximas, tanto na comercialização dos produtos quanto na prestação de serviços e participação na diretoria.
- *Associações das Comunidades ou Conselhos Comunitários*: é uma forma de organização das comunidades rurais. Ela permite tanto o acesso a recursos por meio de projetos, como forma de representação e organização dos moradores. Foram poucos os relatos de participação nessas associações, inclusive ponderam que elas têm perdido força política e representatividade, apesar de possuírem assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sustentável/CMDRS. Com a falta de priorização de políticas Federais e Estaduais de apoio à agricultura familiar, elas têm decrescido em relevância.
- *Pastoral da Juventude/PJ e Pastoral da Juventude Rural/PJR*: ligadas à igreja católica, têm uma atuação importante junto à juventude, tanto no município como na Zona da Mata. Muitas lideranças políticas e da agroecologia na região e o próprio GODI têm raízes profundas nos trabalhos desenvolvidos pela pastoral. A experiência de 2003 com a comercialização do café orgânico, que veremos mais à frente, tem forte vínculo com os trabalhos da PJR.
- *Grupo Fulô da Agroecologia*: inicialmente era um grupo de jovens, mas que se ampliou. Reúnem-se para troca de experiências relacionadas à fabricação de artesanato e outros produtos para consumo, trocas e comercialização em eventos ou encomendas.

- *ECOJOVEM*: criado em 2009, foi o primeiro trabalho do SINTRAF diretamente com a juventude. A partir da parceria entre o sindicato⁵⁶ e a PJR, com apoio do CTA-ZM, realizou-se um processo continuado de formação da juventude, promovendo encontros mensais durante dois anos.
- *Cooperativa de trabalho COOPERMATA*: cooperativa de trabalho formada por jovens técnicos agricultores e agricultoras camponeses da Zona da Mata que, apesar da viabilidade econômica, em função do custo alto de impostos encerrou suas atividades em 2018.

Além da participação nessas organizações da agricultura familiar, a UFV também influenciou a construção do grupo, sobretudo nas parcerias institucionais com o CTA-ZM. Este último tem um papel importante na ampliação do movimento agroecológico da região, como aborda Ramos e Silveira (2016, p. 46):

Cada vez mais passou-se a discutir junto a outros setores a importância da agricultura alternativa [hoje chamada de agroecologia] e a aproximação com o campo, contribuindo assim para a conscientização do meio rural e a organização de diversos sindicatos, movimentos e associações rurais da região. Esse trabalho foi intensificado com a criação do CTA-ZM.

Essa parceria se amplia ao longo do tempo, envolvendo também as organizações da agricultura familiar na realização de diferentes ações de pesquisa e extensão, incluindo aqui o GODI. Atualmente essas parcerias se articulam pelo Núcleo ECOA da UFV.

Através dessas parcerias, foram desenvolvidos projetos de extensão e pesquisas participativas relacionadas com a Agricultura Familiar, a agroecologia, a construção de mercados e a educação do campo, por exemplo. Essas ações foram apontadas como importantes pelo grupo, trazendo novas contribuições e expandindo as relações sociais e o conhecimento dos agricultores e agricultoras do grupo.

Duas famílias que participam desde o início do GODI exercem papéis centrais na constituição e desenvolvimento do grupo⁵⁷, tanto pelo histórico político e socioproductivo na construção da agroecologia e de movimentos sociais e sindicais como na formação de nível superior. Esse entendimento foi confirmado em algumas falas: “Temos um papel social com o

⁵⁶ Nessa época, a presidência do sindicato estava a cargo de uma liderança jovem da PJR que hoje compõe o grupo de orgânicos.

⁵⁷ As famílias identificadas foram as de número 6 e 8 que foram entrevistadas.

grupo, um compromisso” (Entrevistada 6); e “Essas famílias são os pilares do grupo e da produção orgânica” (Entrevistado 2).

A Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM), na qual os integrantes do grupo estão filiados, tem sede no sul de Minas e, por intermédio dela, é realizada a certificação e comercialização do café orgânico para o mercado externo. A cooperativa possui um papel de destaque desde sua constituição, é a responsável pela construção e consolidação do mercado internacional do café orgânico em Minas Gerais. Por estas razões, ela também foi apontada como um estímulo para a criação do grupo.

Pessoas individuais, apesar de atuarem vinculadas a coletivos maiores, também foram lembradas individualmente, como o instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR-MG, Jair Monte. Durante o primeiro curso ministrado por ele em 2017, o grupo estava desmobilizado e passava por um momento de pouca participação e baixa motivação. Apesar das dificuldades em relação às normas do SENAR que dificultam a participação, notadamente das mulheres, já que a presença de crianças não é permitida nos cursos, e também à própria resistência política relacionada às ações do sindicato patronal, tiveram muita empatia com o instrutor.

A participação em cursos e capacitações é uma exigência da COOPFAM para a certificação no mercado justo e, com isso, agendaram um segundo curso com o mesmo instrutor, chamado “Gestão com Qualidade em Campo/GQC”, realizado frequentemente junto à cooperativa. De acordo com o SENAR⁵⁸, o objetivo é

Ampliar a visão empresarial do produtor rural. Através do GQC, o produtor é estimulado a promover uma mudança de atitude – de agricultor para empresário rural – e a adquirir um novo olhar sobre a propriedade. O GQC respeita a cultura, a linguagem e as características do meio rural (SENAR, 2020).

As entrevistas apontaram que, além da melhoria na gestão e no planejamento das propriedades, um manejo diferenciado na poda das lavouras de café também foi aprendido. Esse manejo inovador vem sendo testado e indicou bons resultados na colheita de 2020.

Outro ator importante é o agricultor e técnico agrícola, Romualdo Macedo, que, além de fazer parte do Grupo de Café Orgânico de Araponga-MG, já foi técnico do CTA-ZM. O agricultor contribuiu e estimulou a formação do grupo desde o princípio. A partir da sua longa experiência sociotécnica vinculada à agroecologia e ao café orgânico na Zona da Mata,

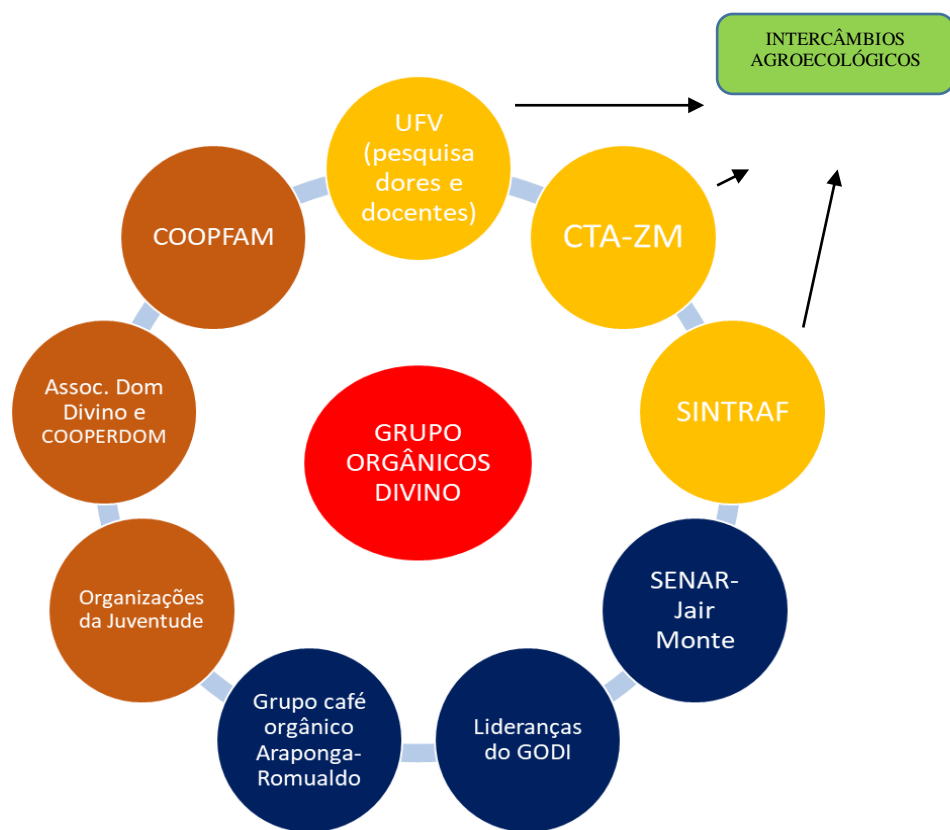
⁵⁸ Disponível em:

<http://www.sistemafaemg.org.br/Conteudo.aspx?Code=178&Portal=3&ParentCode=177&ParentPath=None&ContentVersion=R>. Acesso em: 20/05/2020.

colaborou com a indicação do grupo para o processo de filiação junto à COOPFAM e com as questões práticas da produção orgânica.

O Diagrama 3 apresenta tanto os atores-chave individualmente (cor azul), mesmo que vinculados a coletivos ou organizações, como as organizações e coletivos que contribuíram com a construção e desenvolvimento do GODI (cores marrom e amarelo). Destacam-se a UFV, o CTA-ZM e o SINTRAF, que são as principais organizações responsáveis pelos intercâmbios agroecológicos em Divino.

Diagrama 3 – Organizações e atores-chave na construção do Grupo de Orgânicos de Divino



As cores amarelo, azul e marrom indicam as organizações centrais, os atores-chave e outros coletivos, respectivamente. Em destaque, as organizações mais envolvidas com a realização dos intercâmbios agroecológicos no município de Divino-MG.

Fonte: Dados do autor

Outra característica das famílias do grupo são os laços fortes e fracos ressaltados por Mark Granovetter e Karl Polanyi, muito presentes no GODI. Os laços fortes entre as famílias já existiam antes da criação do grupo, explicitados nas relações de parentesco, no apadrinhamento e na amizade entre elas. O estabelecimento de laços fracos em outras redes ligadas à produção, mas também aos movimentos sociais e sindicais, traz novas informações e

conteúdo para o GODI. Uma das formas anteriores de organização vinculada à produção era o “mutirão de podas” em Sistemas Agroflorestais (SAFs), modelo já inexistente. Por outro lado, as partilhas e experiências oriundas, da PJR e do movimento sindical a partir do SINTRAF e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais (FETRAF-MG) têm ampliado as relações e o capital social do grupo.

Os intercâmbios agroecológicos aparecem como uma metodologia participativa de construção do conhecimento, baseados na relação campestre-campestre. (MACHÍN SOSA, 2012). Neles, muitos debates e aprendizados sociotécnicos são construídos e compartilhados, reunindo as ações do SINTRAF, da UFV (ensino-pesquisa-extensão) e do CTA-ZM. Muitas ações têm origem nos debates realizados nesses espaços, como foi o caso de um intercâmbio realizado em 2014⁵⁹ na propriedade de uma das famílias que hoje faz parte do GODI e serviu de mote para identificar a necessidade de avanço na certificação agroecológica de alimentos.

Foi a partir dos intercâmbios [o início do grupo]. A gente não começou o grupo de orgânicos pensando em ser orgânico, surgiu mais como um grupo de agroecologia (...) A ideia inicial era uma certificação agroecológica, diferente da certificação orgânica, na verdade o conhecimento sobre a certificação orgânica e suas formas era desconhecida (ENTREVISTADO 8).

Percebe-se que a certificação orgânica, inclusive do café, não era colocada como objetivo do grupo, mas sim a construção da agroecologia, inclusive a busca de mercados para os produtos agroecológicos, como veremos no PEC. Na mesma época, a partir da parceria junto aos Projetos COOPERAR/Petrobrás e ATER Agroecologia/Ministério do Desenvolvimento Agrário executados pelo CTA-ZM, um conjunto de atividades de assistência técnica e extensão rural voltadas para a produção e comercialização tornaram-se mais robustos. Dentre elas, oficinas específicas sobre o que é e quais as formas de certificação orgânica, inclusive com a participação de agricultores do grupo de café orgânico de Araponga-MG⁶⁰, que já comercializavam o café com a certificação orgânica internacional⁶¹ e *fair trade* pela COOPFAM.

Esse conjunto de ações e a própria experiência de Araponga trouxeram muitas reflexões, direcionando o grupo para a certificação orgânica do café, produto principal da

⁵⁹ Coincidentemente a safra cafeeira 2013-2014, de acordo com os dados do IBGE (2017) para Divino-MG, foi o ano em que o município teve a maior produção de café em grãos de sua série histórica desde 2004, alcançando a marca de 16 mil toneladas. Esse fato corrobora para a demanda na busca de ações voltadas à construção social de mercados diferenciados para o café, já que, com a produção em alta, os valores de venda tendem a cair e as possibilidades de comercialização diminuem.

⁶⁰ Até junho de 2018, o grupo era formado por cerca de 16 famílias.

⁶¹ A empresa responsável pela certificação era a BCS ÖKO – GARANTIE e, a partir de 2019, passou a ser o IBD Certificações.

região. Um dos entrevistados relatou: “Não escolhemos, foi meio que sendo escolhido pro café ser mesmo por auditoria [a forma de certificação], essa ligação com Araponga, uma coisa influenciando outra. Tinha um medo de não dar certo”. (Entrevistado 8).

Para confirmar esse direcionamento à certificação orgânica do café, no início de 2015 foi feita uma visita à COOPFAM e às experiências já consolidadas de produção e beneficiamento de café orgânico no município de Poço Fundo, no sul de Minas.

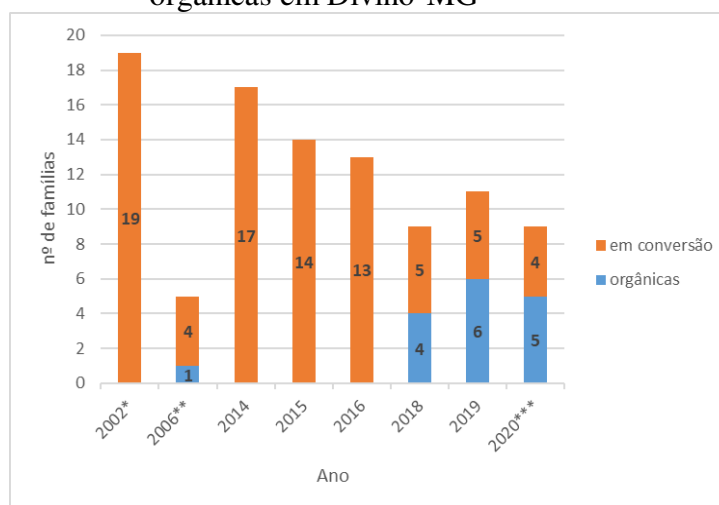
A visita feita no sul de Minas em 2015 contribuiu bastante, viu que tem capacidade de produzir café (orgânico) e a lavoura bonita! A gente tem que ver para crer (ENTREVISTADO 5).

O prático vale muito também, ter uma experiência funcionando bacana, (...) é muito bom que as pessoas vejam, por que eu mesmo, tudo que eu passei a acreditar na vida foi vendo! Você vai ver e volta acreditando (ENTREVISTADO 8).

Esse conjunto de ações, juntamente com o acompanhamento técnico organizativo do CTA-ZM e o apoio sociopolítico das demais organizações e sujeitos apontados no Diagrama 3, foram e têm sido de grande relevância tanto na constituição como na ampliação do grupo e dos debates acerca da agroecologia e da produção orgânica.

No intuito de apontar de forma quantitativa essa ampliação, resgatamos o número de famílias que têm participado de diferentes experiências de produção orgânica em Divino (GRÁFICO 6). As primeiras informações nos remetem ao ano de 2001, quando, a partir do PEC, um grupo formado por 19 famílias do município iniciaram o processo de transição para o café orgânico na safra 2001-2002. Depois desse período, não se tem informações seguras do número de famílias que continuaram a transição de seus agroecossistemas e tiveram seus sistemas certificados, mesmo porque o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) só começou a ser divulgado pelo MAPA em 2011. No entanto, o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE assinalou que no município de Divino o número de estabelecimentos agropecuários que utilizavam a agricultura orgânica eram cinco, sendo um deles certificado por entidade credenciada e outros quatro não certificados.

Gráfico 6 – Evolução da quantidade de famílias com lavouras em conversão e certificadas orgânicas em Divino-MG⁶²



Fontes: *CTA-ZM (2002), **Censo Agropecuário (2006), ***dados do autor e Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos⁶³. A partir de 2014, os dados são do autor.

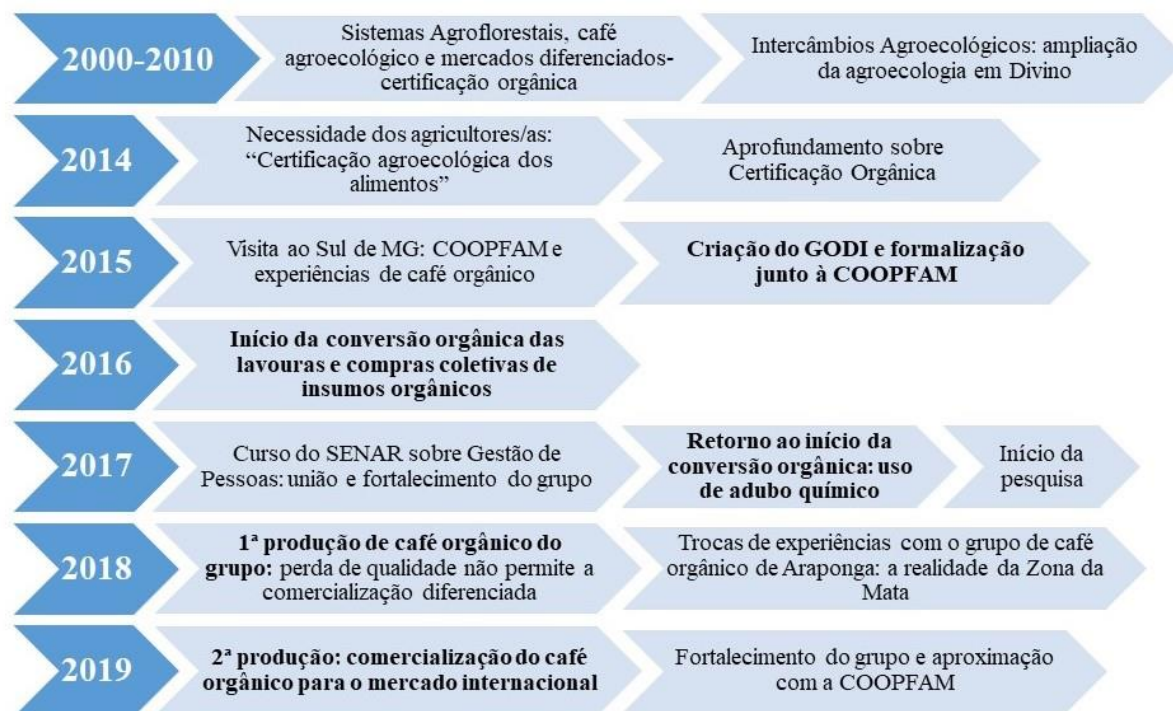
Em 2014, durante as atividades relacionadas à certificação orgânica executadas pelo CTA-ZM, eram dezessete famílias em Divino interessadas na certificação orgânica. Após as visitas nas experiências de café orgânico no sul de Minas Gerais no início de 2015 e, à medida que se aprofundavam os conhecimentos sobre a certificação, esse número foi sendo reduzido. No começo de 2016, quatro famílias iniciaram os procedimentos de filiação à COOPFAM e posteriormente os demais processos para o início da conversão orgânica das lavouras. Nessa época, já eram treze famílias que compunham o grupo. Em 2018, dois anos após o início da conversão, quatro agricultores já tiveram suas lavouras de café certificadas como orgânicas, e em 2019 totalizaram seis agricultores.

Apesar da formalização ter acontecido apenas em 2015, um conjunto de acontecimentos (FIGURA 10) que marcaram a trajetória desse coletivo foram resgatados durante as entrevistas.

⁶² Apesar de no cadastro nacional de produtores orgânicos Divino ainda possuir em 2020 três agricultores e três agricultoras com café orgânico certificado, no gráfico esse número está atualizado, já que um agricultor não participa mais do grupo e, portanto, não terá sua produção certificada para a safra 2019-2020.

⁶³ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 01/06/2020.

Figura 40 – Destaques na linha do tempo do Grupo de Orgânicos de Divino-MG



Fonte: Dados do autor

Nessa trajetória, dois momentos reforçam a importância dos intercâmbios e das trocas de experiências entre agricultores e agricultoras. A visita, em 2015, ao sul de Minas Gerais, maior região produtora de café do estado, possibilitou que as famílias conhecessem a COOPFAM e experiências já consolidadas na produção de café orgânico. Outro momento foi a visita ao grupo de orgânicos de Araponga, em 2018 (FOTOGRAFIA 3). As experiências de café orgânico na Zona da Mata trouxeram elementos que contribuíram para a consolidação do GODI. Como apontado por um dos agricultores de Araponga, “as visitas fortalecem, senão desanima, fica só no pensamento”.

Fotografia 5 – Visita do Grupo de Orgânicos de Divino ao grupo de Araponga – 2018



Fonte: Autor

Essa visita permitiu trocas relacionadas à experiência que Araponga já tinha há mais de cinco anos na produção e comercialização do café orgânico pela COOPFAM. Destacam-se os debates ligados aos insumos produtivos orgânicos, que foi uma dificuldade inicial do grupo de Divino. O detalhamento das necessidades e dificuldades no preparo do café, no envio para a cooperativa e na comercialização foram outras questões abordadas. Nesse mesmo ano, como a quantidade de café orgânico do GODI ainda era pequena, o que não compensava um frete exclusivo, o transporte até o sul de Minas aconteceu de forma conjunta entre os dois grupos.

Em termos de quantidade de famílias envolvidas e volume de café produzido⁶⁴, o grupo de Divino ainda é pequeno, o que preocupava seus integrantes.

Até 2018, o grupo ainda tinha o medo de produzir pouco, ter pouca gente, aí a gente mandou café [para a COOPFAM] com Araponga e a gente viu que mesmo pouco a gente consegue mandar o café. Até pouco tempo a gente estava desesperado atrás de gente para ampliar o grupo, cada um que saía era uma decepção muito grande. Quando uma pessoa sai eu ainda sinto muito (...) mas o importante é trabalhar com quem quer, quando o grupo funciona todo mundo quer (ENTREVISTADO 8).

Apesar disso, a importância das ações e resultados para a região é grande, extrapolando apenas os parâmetros técnico-produtivos e alcançando questões econômicas, sociais e políticas. Um dos resultados apontados é o de demonstrar de forma empírica, desde o plantio até a comercialização, a existência de outras formas produtivas para além do convencional com agrotóxicos, adubos químicos e atravessadores. O GODI é o primeiro

⁶⁴ Em 2018, a previsão da produção orgânica de café pelo grupo era de 39 sacas.

grupo do município a conseguir a certificação orgânica e a comercialização diferenciada do produto agroecológico.

Os resultados alcançados pelo grupo acabam circulando de forma ampla, inclusive para fora do município. As interações para fora do grupo como nos mutirões, encontros, em conversas com os vizinhos, parceiros e com familiares ampliam a disseminação dos resultados. As pesquisas, estágios e projetos de extensão realizados com as famílias do grupo também contribuem, já que, ao sistematizar e refletir coletivamente com agricultores e agricultoras sobre as experiências vivenciadas, favorece-se a divulgação, a replicação e o constante aprendizado por meio da construção coletiva do conhecimento.

O grupo é o nosso foco hoje, você depende do grupo. Como no grupo de orgânico a gente tem a pretensão de ampliar a área, vender o café como orgânico, você necessita do grupo, (...) tem essa importância muito grande, o grande foco nosso hoje é colocar esse grupo para funcionar (ENTREVISTADO 8).

Também é possível demonstrar a importância do grupo através do aumento na demanda de outras famílias em participar do GODI, inclusive de outros municípios. Apesar de positivo, esse aumento é apontado com certo receio pelo coletivo, já que há interesses estritamente comerciais e financeiros, posto que o valor do café orgânico é pelo menos o dobro do produto convencional.

A nossa visão não é o orgânico somente, mas o agroecológico, e muitos que podem querer entrar podem ter essa visão apenas do financeiro, por isso colocar como critério de participação os intercâmbios, para ver se muda um pouco essa visão (ENTREVISTADO 1).

O pessoal já começa a querer também, ouvi falar que você vendeu o café a mil reais a saca! Sim, mas eles não sabem a caminhada, você começa a falar e eles já ficam assustados. Então não é fácil, o negócio é difícil (ENTREVISTADO 2).

Essa visão ampliada para além apenas da comercialização do produto também é importante, já que promove a melhoria da renda das famílias, sela um processo produtivo diferenciado e valoriza também outros aspectos. “Ajuda na qualidade de vida, com alimentos mais saudáveis como o café sem veneno, e também a discussão para ter o selo [de orgânico] para vender os outros produtos como as hortaliças.” (Entrevistado 9). Além do café, abre-se o debate da certificação de outros produtos, não só daqueles consorciados junto às lavouras de café orgânico, mas também dos quintais produtivos das mulheres e de toda a diversidade da agricultura camponesa.

9.2. Formas de organização e funcionamento

O funcionamento do grupo baseia-se nas regras e normas da COOPFAM e do processo de certificação, além dos processos de construção da agroecologia. Nesse último, destacam-se os Intercâmbios Agroecológicos⁶⁵ (ZANELLI *et al.*, 2015) como metodologia de construção coletiva do conhecimento agroecológico, iniciados em Divino no ano de 2008 e amplamente disseminados na Zona da Mata.

Os intercâmbios são abertos à participação de qualquer interessado (a) e amplamente divulgados, entendidos como a porta de entrada para o movimento agroecológico do município. Como um agricultor relatou durante a comemoração de 10 anos dos intercâmbios em Divino, “O intercâmbio é rocha, é em cima dele que construímos as coisas”. Uma das famílias entrevistadas relatou como aderiu ao movimento agroecológico a partir dos intercâmbios:

Eu vendia bolos e doces na feira de sábado com minha irmã, nessa época ainda não existia a Feira Agroecológica nas quartas. Um dia apareceu um pessoal do CTA andando na praça e comecei a conversar com um deles, há uns 10 anos atrás mais ou menos. A pessoa disse que para participar tinha que entrar nas reuniões. Na semana seguinte teve um outro grupo que estava iniciando um trabalho com pastagens nas propriedades que eram do Grupo Animais para a Agroecologia da UFV. Então falaram que teria um intercâmbio na nossa comunidade. E os intercâmbios são livres, abertos, pode ir qualquer um. Eu disse que ia participar e meu marido não queria, mas acabou participando também. E foi assim que começamos a participar das reuniões e depois do grupo de orgânicos.” (ENTREVISTADA 9).

Esses espaços de construção do conhecimento, muitas vezes chamados de maneira genérica como “reuniões”, englobam diferentes formas e saberes. Como aponta Comerford (1999), as reuniões são momentos importantes de participação e tomadas de decisões coletivas, sendo um espaço de aprendizados por meio da participação e da reflexão de forma livre e democrática. Nelas são realizadas formações sociopolíticas e práticas, organização e planejamento, sociabilidade, disputas, entre outros fatores que contribuem para a consolidação de redes de relações e construções do universo social da Zona da Mata.

Metodologicamente, os intercâmbios agroecológicos englobam oficinas, cursos e diferentes formas de construção do conhecimento. São nesses espaços que os debates acerca da agroecologia passam a ser estimulados e resgatam modos de vida.

⁶⁵ Mais informações em: <https://ctazm.org.br/noticias/a-historia-dos-10-anos-de-intercambios-agroecologicos-606>

A gente já tinha a perspectiva de vida daquela forma [agroecologia], já não usava agrotóxicos, mas através dos intercâmbios aprofundamos a questão dos manejos, produção, da venda dos produtos, isso passou a ter mais valor. (ENTREVISTADO 1).

Além da influência dos intercâmbios, há outras normas da cooperativa e da certificação orgânica. Uma delas é a participação nas reuniões mensais realizadas entre a Diretoria da COOPFAM e os líderes de grupo. Esses líderes são os representantes dos grupos formados para a certificação orgânica coletiva. No caso do GODI e de outros grupos que estão distantes geograficamente da cooperativa, é obrigatória a realização de encontros mensais entre os membros cooperados do grupo. Há um controle rígido na participação, tanto pelas atas e listas de presença como na justificativa para as ausências, não sendo permitido duas faltas seguidas ou seis ao longo do ano sem que haja justificativa.

Além da realização e participação na reunião, algumas pautas são imprescindíveis, como a leitura das atas das reuniões de líderes com a COOPFAM, a análise das anotações obrigatórias realizadas nos cadernos de manejo das áreas certificadas e a visita a áreas certificadas. De acordo com o grupo, apesar da leitura das atas da COOPFAM, o instrumento poderia ser mais objetivo e informativo. Dificuldades de entendimento e dúvidas sobre alguns conteúdos são comuns, o que já foi relatado à COOPFAM por meio das atas que também são enviadas mensalmente ao setor responsável.

A partir dos intercâmbios e das normas e regras do processo, o GODI elaborou recentemente um documento (FIGURA 11) que traz de forma objetiva suas definições. Além das normas obrigatórias, algumas criadas pelo grupo, como a divisão de tarefas entre os membros para além do líder e um fundo financeiro para cobrir gastos coletivos.

Figura 11 – Regras e definições do GODI – janeiro de 2020

Regras e definições do Grupo de Orgânicos de Divino/GODI (janeiro 2020)
<p>1) Questões gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participar das atividades do movimento agroecológico no município, com os intercâmbios agroecológicos; - Manter atualizados os registros no “caderno de anotações”; - Realizar mutirões entre os integrantes do grupo, de acordo com a demanda; - É responsabilidade de cada família providenciar a documentação necessária da propriedade e da família a serem enviadas à COOPFAM.
<p>2) Reuniões mensais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No início de cada ano será definido o calendário de datas e a família que receberá cada reunião mensal, realizada normalmente das 13 às 17hs. <ul style="list-style-type: none"> • Importante a participação da pessoa da família filiada à COOPFAM mas também o/a outro/a integrante. - Em época de colheita do café as reuniões poderão ser realizadas na cidade ou em local de fácil acesso com o o sindicato. <p>2.1) Pautas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nas reuniões que acontecerem nas propriedades, as áreas produtivas certificadas deverão ser visitadas - Sempre levar o “caderno de anotações” da propriedade ou do talhão certificado, que deverá ser analisado pelo grupo. - Leva alimentos para o lanche e sementes e mudas para trocas. - Elaborar Ata e assinar a lista de presença, encaminhadas para o grupo pelo WhatsApp e para a COOPFAM. <p>2.2) Faltas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não é permitida 2 (duas) faltas seguidas sem justificativa, caso aconteça a família deverá esperar pelo menos 3 meses para comercializar o café pela COOPFAM; - não é permitida a participação em menos de 6 (seis) reuniões por ano sem justificativa. <p>Para que a justificativa seja aceita, ela deve ser enviada ao grupo antes da realização da reunião, para que conste na Ata e seja encaminhada à COOPFAM.</p>
<p>3) Divisão de tarefas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 pessoa- Pesquisa e compra de insumos 1 pessoa- Contatos com a COOPFAM e envio de documentação 1 pessoa- Líder do Grupo (representante do grupo junto à cooperativa) e mobilização interna 1 pessoa- Comercialização/transporte do café
<p>4) Fundo para gastos coletivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cobrir gastos coletivos do grupo. - adiantar pagamentos rateados pelos integrantes com o auditorias, compras coletivas, limpeza e transporte do café entre outras. - o valor anual a ser pago por família, deve ser liquidado até o mês de setembro de cada ano. <p>4.1) Valores:</p> <p style="padding-left: 40px;">Caso não haja venda de café ou o valor vendido não ultrapasse R\$10 mil, o valor é de R\$100,00/ano/família.</p> <p style="text-align: center;">OU</p> <p style="padding-left: 40px;">Caso haja a venda do café com valor acima de R\$10 mil, o valor será de 1% do valor total da venda da família.</p>
<p>5) Criação de um novo grupo no mesmo município:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pelo menos 6 (seis) famílias interessadas em criar um novo grupo devem começar a se reunir mensalmente, elaborando ata das reuniões e lista de presença. - Essas novas famílias devem participar das reuniões mensais de um grupo que já exista, apresentando a Ata e a lista de presença. Após a participação em 5 (cinco) reuniões, serão feitas as visitas/reuniões nas propriedades das novas famílias. - Depois disso é que acontece a filiação à COOPFAM, para então criar um novo grupo e tramitar toda a documentação e levantamentos necessários.

Fonte: Arquivos GODI

As reuniões mensais são momentos importantes de socialização do grupo, e normalmente são realizadas seguindo alguns passos descritos na Figura 12. Nessas reuniões, apesar das obrigações inerentes ao processo, também resgatam simbologias e heranças históricas dos movimentos sociais a partir da metodologia dos intercâmbios agroecológicos. Antes da realização das reuniões acontece a mobilização das famílias, confirmando locais e horários – o que normalmente é feito por telefone ou pelo WhatsApp.

No início da reunião, há um momento de mística e de boas-vindas, realizada pela família que recebe o encontro. Nele, resgata-se a espiritualidade a partir de uma música ou reza, ou organiza-se um cenário com elementos simbólicos como sementes, mudas e cartilhas. Na sequência, há a organização da pauta, normalmente formada por quatro momentos: uma atividade prática, a leitura das atas mensais da COOPFAM e das anotações dos cadernos de manejo orgânico, o debate de outras pautas e os encaminhamentos.

Na atividade prática, geralmente é realizada uma visita aos agroecossistemas certificados ou a realização de alguma oficina – como a elaboração de um insumo, por exemplo. São momentos importantes de construção coletiva do conhecimento e de socialização de questões referentes à produção orgânica. A visita às áreas produtivas certificadas, a leitura das atas mensais da COOPFAM, a elaboração da ata da reunião e o repasse das anotações nos cadernos são ações de controle social e rastreabilidade para processo de certificação.

Por fim, são feitos os encaminhamentos, as trocas de sementes, mudas e outros objetos, resgatando o simbolismo inicial e a “mesa da partilha”, que é o compartilhamento de alimentos trazidos pelos participantes. Normalmente são feitos pelas próprias famílias e resgatam receitas e tradições familiares ou receitas inovadoras.

Figura 12 – Estrutura das reuniões mensais do Grupo de Orgânicos de Divino-MG



Fonte: Dados do autor

Apesar dos intercâmbios municipais serem um dos caminhos para a participação no GODI, a entrada de novos integrantes no grupo não é totalmente aberta. Quando há alguma solicitação de participação, ela é analisada coletivamente nas reuniões mensais. Tem-se uma preocupação constante do grupo quanto à participação e engajamento nos movimentos, já que a possibilidade de comercialização do café orgânico por valor superior ao convencional atrai interessados apenas nas trocas mercantis com o máximo de lucro, o que não é objetivo do grupo.

Toco uma lavoura a meia, até ele [parceiro] tava doidinho querendo entrar nesse negócio do orgânico, ele é gente boa demais, mas meio avoado, para você entrar tem que participar dos intercâmbios, das reuniões, não é falar que tá participando e depois vai vender o café lá não (ENTREVISTADO 9).

Depois da comercialização das primeiras sacas de café orgânico, houve um aumento no interesse em participar do GODI. “Se você ver o tanto de gente que a gente nem conhece e

vem conversar perguntando do orgânico, agora depois do curso do GQC do SENAR então!”. (Entrevistado 8).

Com o crescimento do grupo para outros municípios, como Espera Feliz, e de forma a otimizar e agilizar a comunicação interna para favorecer a articulação, criou-se um grupo de WhatsApp. O grupo na mídia digital é utilizado para todos os tipos de conteúdo, repasse e levantamento de informações e solicitações demandadas pela cooperativa, confirmação das reuniões mensais, preços do café, técnicas agroecológicas e orgânicas, notícias, mobilização de atividades, compra coletiva de insumos, entre outras.

Além dos integrantes, outros sujeitos também participam. Um deles é a técnica local da EMATER, de forma a manter a boa convivência e fortalecer as relações sociais com a empresa de ATER pública. Quem também integra esta dinâmica são o instrutor do SENAR, Jair Monte, que possui uma relação próxima e de longa data com a COOPFAM, e o próprio pesquisador, que atuou como técnico do CTA-ZM no início do processo de constituição do grupo, em 2014. No que diz respeito à EMATER, um entrevistado explicou a relação estabelecida com a empresa:

Nessa época [final da colheita e início do período de adubação do café] começa a ter muitos eventos, costuma eu ir nos dias de campo deles, eu até vou para fazer a política de convivência, que nem sempre é tão interessante nada, aliás é uma bobijada do caramba! Aquelas empresas de adubo te convencendo a comprar adubo, nunca vi, (...) alguma coisa é legal, (...) você passa por vários temas, Banco do Brasil falando dos PRONAFs, e assim vai. (ENTREVISTADO 8).

A participação desses sujeitos externos é uma forma de ampliação da rede de contatos do grupo. Ademais, são sujeitos que, em caso de necessidade, podem ser demandados, o que tem sido incomum.

9.3 Circulação dos produtos, serviços e acesso aos mercados

O processo de mobilização e circulação da produção dos agricultores e agricultoras familiares de Divino iniciou-se de forma mais organizada com a criação da Associação Dom Divino. Além da inauguração do chamado “mercadinho” que ainda funciona na sede do sindicato e foi o primeiro espaço de comercialização dos produtos agroecológicos no município, ele se tornou um importante mediador na busca de mercados.

Após as mudanças no Código Civil, em 2002, que dificultaram a comercialização via associação, foi criada, em 2014, a COOPERDOM, filiada à União das Cooperativas da

Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais/UNICAFES-MG⁶⁶. A fundação da cooperativa não foi apenas uma consequência da mudança na legislação, mas também da ampliação na comercialização dos produtos da agricultura familiar, como as compras institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apesar da criação da cooperativa, ambas atuam de forma complementar: a associação no acesso a projetos e recursos que possam apoiar a produção e a mobilização dos associados, e a cooperativa na circulação da produção.

Uma mudança importante com a criação da COOPERDOM foi a institucionalização da organização, tanto no sentido de certa independência em relação ao sindicato, apesar da relação muito próxima, como do reconhecimento e pertencimento da organização pelos cooperados. Com isso, algumas exigências foram formalizadas, como a necessidade de ser cooperado para que a COOPERDOM pudesse comprar a produção dos agricultores sem que haja a cobrança de encargos, o chamado ato cooperado. Na época da associação não havia exigências em relação a ser ou não associado, algo que era uma decisão da diretoria.

Apesar de ser uma Associação, a Dom Divino não era entendida como dos associados, mas do município de Divino, de todo mundo! Misturava um pouco com o sindicato e as pessoas não entendiam porque compravam de algumas pessoas e não de outras. Não tinha o critério de comprar ou priorizar só a produção dos associados (ENTREVISTADA 8).

O público que compõe as duas organizações é praticamente o mesmo. A partir dos dados públicos do Governo Federal relacionados à DAP, dos 37 cooperados na COOPERDOM, 26 também são associados à Dom Divino. O fato de possuir a DAP jurídica permite o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como as compras institucionais do PNAE⁶⁷, o PAA, entre outras. Dentre elas, o PNAE atualmente é o principal canal de comercialização da cooperativa.

A COOPERDOM é uma organização central na circulação e comercialização da produção diversificada da agricultura familiar camponesa e agroecológica do município, sendo a única cooperativa com DAP jurídica na cidade. A diretoria é formada por cinco representantes, sendo um/a coordenador geral, um/a diretor administrativo, um/a diretor financeiro e dois conselheiros. Importante destacar que, dentre os cinco integrantes, todos participam da Feira Agroecológica em Divino e das entregas em Belo Horizonte e região, além de receberem a assessoria técnica fornecida pela UNICAFES-MG.

⁶⁶ Representa nacionalmente os interesses de cerca de 1.100 cooperativas filiadas da agricultura familiar e da economia solidária em dezessete estados brasileiros.

⁶⁷ Divino foi um dos primeiros municípios da região a realizar entregas pelo PNAE.

Ainda que atualmente nenhum dos diretores participe do Grupo de Orgânicos, nem sempre foi assim. Até 2017, duas mulheres do grupo compunham a direção nos cargos de coordenação geral e diretoria administrativa. Além disso, na fundação da cooperativa em 2014, dos vinte sócios fundadores, nove participam atualmente do GODI e mais três já participaram, ou seja, 60% dos fundadores já participaram do grupo de orgânicos. Além dessas relações no espaço diretivo, das treze pessoas entrevistadas, apenas três não são cooperadas, o que representa uma família dentre as sete.

Todas essas informações comprovam a estreita relação entre o grupo e a cooperativa. No entanto, apontam também para um distanciamento paulatino de integrantes do GODI da direção, dos espaços de gestão e das relações produtivas e de comercialização. Esse afastamento é uma via de mão dupla, já que há relatos de pouca participação dos cooperados no cotidiano da cooperativa, o que acaba concentrando na diretoria as responsabilidades, como frisado por um entrevistado ativo na diretoria da cooperativa:

Não sei se é o exemplo de todas as cooperativas, mas a maioria que eu vejo é assim: a cooperativa acaba ficando nas costas de dois, três, quatro, pra acompanhar. Eles (cooperados) só querem vender, eles tão lá produzindo, chega aqui ó, você vende pra mim, mas eles não acham que você tá aqui precisando de tá lá trabalhando, produzindo, pra trazer para cá (ENTREVISTADO 3).

De forma geral esse afastamento atual do cotidiano da cooperativa foi justificado nas entrevistas pela priorização nas ações voltadas para o café orgânico e na mudança da diretoria, que alterou as relações sociais estabelecidas anteriormente. Esse afastamento dos cooperados é um risco para a existência e o papel desempenhado pela organização. As atividades de gestão exercidas pela direção são necessárias e é importante que os (as) cooperados (as) saibam disso. Deixar tais atividades a cargo somente da diretoria sobrecarrega esses atores e dificulta o processo de formação de novas lideranças. Por parte da diretoria, é importante que promova ações de transparência e de formação dos associados e de novas lideranças. Por parte dos associados, é fundamental saber que todos plantam café e possuem suas atividades produtivas que também precisam ser priorizadas.

Apesar dessa possibilidade de interação dos diferentes sujeitos de ambos os coletivos, o que significaria maior circulação e comercialização de produtos, apenas uma família das sete entrevistadas comercializou produtos pela cooperativa em 2019. Além disso, a única família do grupo que atualmente não é cooperada já estabeleceu vínculos estreitos relacionados à produção, comercialização e prestação de serviços à cooperativa.

A questão de atender o maior número de pessoas com diversidade de produtos gera muito trabalho, é uma opção da direção da COOPERDOM manter o mercadinho com produtos de quem produz mais quantidade, o que acaba reforçando ainda mais a concentração em poucas famílias (ENTREVISTADO 6).

Durante as entrevistas, mais de uma família que entregava produtos desde a época da associação conta que, com a mudança na diretoria, deixaram de fazê-las. Entretanto, reconhecem a importância dos mercados atualmente construídos. A entrega de alimentos às escolas municipais de Divino por meio da Lei Federal 11.947, de 2009, é hoje a principal forma de comercialização da COOPERDOM, além de ser uma política pública importante de realocização da produção, abastecimento e consumo. De modo geral, os preços praticados pelo PNAE são maiores que dos outros mercados e, nesse caso, diferentemente das outras rotas de circulação acessadas pela cooperativa, ela fica com cerca de 50% do valor pago pelos produtos para cobrir os custos operacionais.

Importante destacar que a cooperativa possui uma boa relação com a prefeitura municipal, já que, ao construírem a lista de produtos para a chamada pública, ambas as organizações dialogam no sentido de identificar o que é produzido no município. De acordo com uma entrevistada, “Para as escolas aqui, assim, é mais as coisas que a gente tem mesmo, que aqui já produz direto, aí é mais tranquilo”. (Entrevistada 4).

A relação próxima com a gestão municipal também permitiu que, em 2016, fosse criada a Feira Agroecológica de Divino. Essa ação é desenvolvida pela cooperativa em parceria com o SINTRAF e a prefeitura, em que cinco famílias comercializam seus produtos agroecológicos semanalmente, nenhuma delas integrando o GODI. Assim como o PNAE, a feira também é um espaço de circulação financeira semanal, diferente do café, que conta com produção anual.

Além do PNAE e da Feira Agroecológica, a cooperativa também comercializa produtos por meio do “mercadinho” que funciona diariamente e está localizado junto à estrutura do Sindicato. O “mercadinho do sindicato”, como é popularmente reconhecido pelos consumidores, também é abastecido por outros agricultores e agricultoras não cooperados. Nele, encontram-se produtos diversos de interesse dos cooperados, como insumos que não sejam agrotóxicos ou produtos químicos, proibidos de serem comercializados pela COOPERDOM de acordo com o seu estatuto, ferramentas, sementes, entre outros que, apesar de não serem produzidos no município, também são necessários para agricultores e agricultoras.

Além de ser um ponto fixo de comercialização, também funciona como um entreposto para o recebimento e o armazenamento de produtos que circulam tanto no município como para outras quatro cidades: Viçosa, Belo Horizonte, Lagoa Santa e Nova Lima. Uma das rotas de circulação de produtos da COOPERDOM é construída por meio da Raízes da Mata, principalmente os produtos secos ou menos perecíveis, como o café torrado e moído⁶⁸, o feijão, o fubá e a canjiquinha, mas também, pontualmente, alguns produtos frescos. Não há uma periodicidade de entregas pré-definida.

Outra estratégia são as entregas quinzenais de produtos frescos e secos em Belo Horizonte e Região Metropolitana. As entregas são feitas em duas lojas na capital e outras duas nos municípios de Nova Lima e Lagoa Santa, o que inclui também uma estratégia de formação de cestas. Os primeiros contatos aconteceram pelas redes sociais e, apesar dessas ferramentas facilitarem a comunicação e relativizarem os mais de 300 quilômetros que separam Divino da capital, não substituem o contato pessoal e *in loco*, como ressaltou uma entrevistada: “Antes de começar [a entregarem produtos em Belo Horizonte], elas vieram cá conhecer e viram os produtos que a gente tinha” (Entrevistada 4).

Ressalta-se aqui a importância da aproximação entre quem produz e quem consome e da expansão de valores, crenças e informações ao longo do tempo-espço. Apesar dessa construção de mercados para além do município, ainda é um desafio suprir toda a demanda, tanto na quantidade como na diversidade demandada. Parte pode ser explicada pelo fato de apenas seis famílias agricultoras de um total de 37 cooperadas serem responsáveis pelo fornecimento dos produtos entregues na capital e na Região Metropolitana.

Outra dificuldade é a própria estrutura física para as entregas, pois o veículo da cooperativa já chegou a transportar mais de 150 kg de mercadorias além da capacidade máxima de 650 kg, o que também aumenta o gasto com a manutenção do automóvel⁶⁹. Os custos operacionais para a efetivação dessas vendas para capital, sobretudo os gastos com o transporte (como combustível e motorista), são apoiados de forma direta pelas compradoras que arcam com grande parte das verbas. No entanto, há também outros custos fixos e variáveis da cooperativa, que são cobertos pelo recolhimento de 25% dos valores de venda dos produtos comercializados pela COOPERDOM.

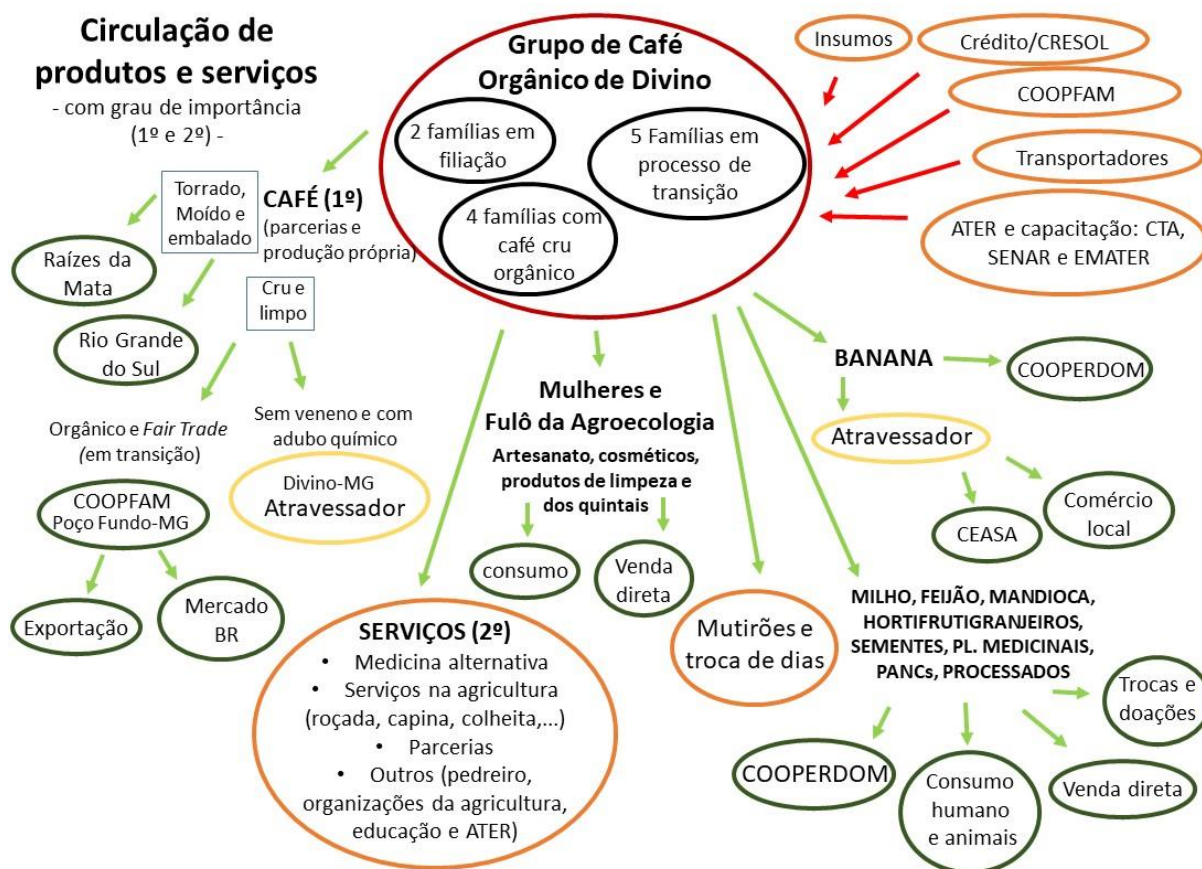
⁶⁸ Um dos cooperados que compõe a diretoria possui estrutura individual de beneficiamento (torra, moagem e empacotamento) do café com Alvará Sanitário, o que beneficia outros agricultores que precisam desses serviços.

⁶⁹ Desde 2018, a cooperativa, por meio da Associação Dom Divino, aguarda uma emenda parlamentar para aquisição de um caminhão baú com maior capacidade de carga.

Além das dificuldades relacionadas à logística, a diversidade de produtos demandada também não é atendida. Da lista de produtos solicitados no mês de setembro de 2019 que possuía pouco mais de 150 itens, a cooperativa conseguiu fornecer 70 deles, ou seja, quase 50% da demanda. Destaca-se ainda que há uma negociação dos itens da lista permitindo certa substituição de produtos, adequando-os à sazonalidade na produção. Alguns dos produtos, notoriamente as frutas, verduras e legumes, são enviados em consignação, já que o próprio trajeto das propriedades dos cooperados até o mercadinho em Divino, local de triagem e organização para o envio, acaba prejudicando a qualidade. Esse controle e o desconto no momento do acerto é realizado pelas próprias compradoras. Apesar das relações de confiança estabelecidas, são os (as) agricultores (as) e a cooperativa que ficam com os prejuízos dos produtos em consignação que não foram comercializados. Nesse caso, há que se avançar na busca de formas mais justas na relação estabelecida.

Apesar da forte ligação do GODI com a COOPERDOM e o fato desta não suprir toda a demanda de produtos dos mercados acessados, essa relação não se expressa na circulação de produtos entre ambos os coletivos. As famílias participantes do grupo de orgânicos constroem outras formas de circulação de produtos e serviços independentes da cooperativa, como demonstrado no Fluxograma 1.

Fluxograma 1 6– A circulação de produtos e serviços do Grupo de Orgânicos de Divino-MG



Fonte: Dados da pesquisa

A principal rota de circulação de produtos do grupo baseia-se no café, principalmente o cru e limpo, mas também o torrado e moído. O maior percentual do produto é comercializado ainda cru pela COOPFAM. De acordo com o relatório comercial apresentado em 2020 na Assembleia Geral da cooperativa, no ano de 2019, 25,7% do volume comercializado de café foi para o mercado interno, 73,7% para exportação e cerca de 0,6% entre café especial e destinado à exportação. Na exportação, mais de 70% do café orgânico e *fair trade* tem como destino a Alemanha, seguida de longe pelo Reino Unido e Irlanda, com pouco mais de 22%, dentre outros países.

Nesses mercados de exportação, a qualidade do produto é essencial, não basta ser orgânico, tem que ter qualidade⁷⁰! Esse controle acontece antes do envio do café à cooperativa. Para isso, são enviadas amostras do café colhido em cada talhão, de acordo com

⁷⁰ A classificação da qualidade do café baseia-se em uma pontuação que varia conforme alguns atributos. No caso da exportação, o tipo de bebida deve ser de dura para melhor, a percentagem de cata, ou seja, a quantidade de grãos defeituosos, ardidos ou verdes, dentre outros contaminantes, não devem ultrapassar 15% e o tamanho dos grãos deve ser de peneira 16 ou acima. Outro fator que influencia a qualidade da bebida é a umidade, que para a COOPFAM e seus mercados o café já limpo deve estar entre 11 e 12%.

os mapas e levantamentos das áreas conforme consta nos registros do processo de certificação. Essas amostras são analisadas por provadores que realizam os testes necessários para a pontuação do café.

Normalmente o produto de baixa qualidade é comercializado no município de Divino para atravessadores, o que acaba se configurando como uma renda mais rápida, já que os pagamentos são feitos à vista ou em um curto espaço de tempo, diferentemente da COOPFAM. Uma terceira rota de comercialização do café que já era apontada pelo PEC como prioridade futura tem ganhado corpo: o café torrado, moído e empacotado. Os processos ainda são artesanais e caseiros, já que não possuem estruturas coletivas ou individuais para o beneficiamento e registro sanitário. Em alguns casos, acessam estruturas de terceiros no próprio município que possuem a adequação sanitária, mas não a certificação orgânica, o que impede a comercialização do produto com tal característica.

Além de uma agregação maior no valor do produto se comparado às vendas do café cru, o produto tem ganhado mercados tanto na região com as vendas diretas e por intermédio da Rede Raízes da Mata, como em vendas fora do estado. Esses mercados são construídos socialmente por relações familiares, de amizade e profissionais. Uma das famílias, a partir das relações estabelecidas na PJR quando residiam no Rio Grande do Sul, comercializa periodicamente desde 2013 o café empacotado para as cooperativas de crédito CRESOL desse estado.

Para atendimento aos diferentes públicos, algumas famílias possuem dois tipos de café comercializados, que variam conforme a qualidade da bebida e o ponto da torra, no intuito de agradar paladares diferenciados (FOTOGRAFIA 4). Para os mais aguçados, a torra clara e a bebida de melhor qualidade, e para os paladares mais comuns, torra mais escura e uma bebida inferior, mas todos sem o uso de agrotóxicos. Ainda, comercializam também o produto torrado em grão, permitindo o uso em máquinas de café expresso, por exemplo.

Fotografia 4 – Café torrado e moído comercializado por famílias do Grupo de Orgânicos de Divino-MG



Fonte: Autor

A demanda por produtos orgânicos e agroecológicos é crescente mundialmente, inclusive o café, tanto para o mercado internacional como o mercado interno. Para a exportação do café orgânico, há critérios próprios de embalagem do produto, como o uso de sacarias novas, identificadas e específicas para esse mercado (FOTOGRAFIA 5). Além do café orgânico, *fair trade* e o mercado interno operados pela COOPFAM, as famílias também comercializam diretamente o café agroecológico torrado e moído e relatam que, se o café beneficiado fosse certificado como orgânico⁷¹, teriam uma demanda ainda maior. “Nossa produção ainda é pequena, mas temos contatos suficientes para comercializar nossos produtos. Não divulgamos mais, pois temos medo de não conseguir atender” (Entrevistada 6). Além do aumento na demanda, hoje há uma segurança maior em relação à comercialização do produto, diferente do início dos anos 2000.

⁷¹ A certificação orgânica do grupo é para o café cru, sendo que a COOPFAM tem estrutura de beneficiamento certificada para beneficiar (torrar e moer) o café orgânico, mas que ainda fica inviável devido à logística.

Fotografia 5 – Sacaria utilizada especificamente para envio e armazenagem do café orgânico da COOPFAM



Fonte: Arquivos GODI

O preço pago pelo café orgânico cru no mercado internacional chega a ser pouco maior do que o dobro do preço do produto convencional com as mesmas características. Essa diferença pode até ser mais elevada, já que há um mercado de atravessadores e compradores de café nas regiões produtoras que sistematicamente desqualificam a qualidade do produto. Eles diminuem os pontos de classificação do café para comprá-los a preços baixos, aumentando a lucratividade e diminuindo os valores pagos aos produtores/as.

Apesar da importância do café e dos preços justos praticados na comercialização do produto orgânico, essa não é a única fonte de renda das famílias do GODI, até porque algumas famílias ainda estão em processo de conversão de suas lavouras. São diversos os serviços externos às propriedades realizados pelas famílias. Além desses que são remunerados, há um outro conjunto de serviços como os mutirões e trocas de dias que se destacam.

O trabalho coletivo chamado de mutirão é uma ação rotineira no funcionamento e organização do grupo (FOTOGRAFIA 6). Essa experiência do GODI pode ser interpretada teoricamente como um sistema socioeconômico misto, que associa as trocas e a reciprocidade, assim como foi descrito por Sabourin (2017) em outras análises de reciprocidade. Os mutirões se concretizam de duas formas, uma delas é a partir da troca de dias entre as famílias, envolvendo homens, mulheres e jovens, em que há um controle no tempo trabalhado e na quantidade de membros de cada família participante, definindo assim a quantidade a ser retribuída.

Outra forma de mutirão que resgata valores humanos de cuidados em momentos de dificuldades como uma enfermidade é a ajuda mútua. Nela, os laços de amizade, cooperação e solidariedade são reforçados e não implica em retribuição equivalente. É uma ação coletiva que visa contribuir, na forma de trabalho, na manutenção das condições de produção e reprodução social da família necessitada. Tanto as trocas de dias como a ajuda mútua são mecanismos de sociabilidade comunitária, afastando de certa forma a competição e o individualismo. Com isso, são reforçadas as relações de confiança e o conceito de dádiva por meio da obrigação moral de dar, receber e retribuir.

Os mutirões de trocas de dias são muito utilizados na Zona da Mata, principalmente no período da colheita do café, momento que demanda maior quantidade de mão de obra em um curto espaço de tempo, influenciado pela maturação dos grãos que possuem variações de acordo com as condições edafoclimáticas. O fato de participarem de um grupo que compartilha dos mesmos objetivos, com a confiança estabelecida e os manejos semelhantes favorece a qualidade dos serviços realizados, já que as estratégias nos agroecossistemas convencionais são diferentes dos agroecológicos e orgânicos.

Fotografia 6 – Mutirão realizado na propriedade de uma das famílias do Grupo de Orgânicos de Divino entrevistadas na pesquisa. Divino-MG



Fonte: Arquivos GODI

Essas ações também são vistas como um incentivo às famílias que já mudaram para sistemas mais agroecológicos ou que estão em processo de mudança, demonstrando a parceria e a cumplicidade na superação das dificuldades. A confiança e os laços fortes estabelecidos

são definidores dos grupos de mutirão e também de outras ações coletivas, como o uso comum e compartilhado de maquinários e o acesso ao crédito.

O café e todas as ações correlacionadas à produção e comercialização do produto, juntamente com a prestação de serviços para fora das propriedades, são as principais formas de renda e sustento das famílias, respectivamente. Para mais, há uma diversidade de outros produtos muito característicos da agricultura familiar camponesa como o feijão, o milho, fubá, canjiquinha, frutas, hortaliças variadas, animais diversos, ovos, leite, cana, mandioca, batata doce, alho, abóbora, rapadura, plantas alimentícias tradicionais⁷², plantas medicinais, sementes e mudas diversas.

Essa diversidade é cultivada tanto consorciada com o café como em outras áreas da propriedade, sendo utilizada para autoconsumo, trocas e doações, além da comercialização pontual de alguns produtos. Um que se destaca é a banana, muito presente nos cafezais e que cumpre diferentes funções. A mais comum é a de quebra-vento, mas também de fertilização a partir do aporte de matéria orgânica e umidade, de alimentação animal com o fornecimento dos troncos e folhas, além da comercialização dos frutos.

A comercialização está diretamente relacionada com a variedade, sendo a banana-maçã, a prata e a da terra as mais procuradas. A comercialização para atravessadores é a forma mais comum (FOTOGRAFIA 7), tanto para o mercado local quanto para mercados mais distantes, como as Centrais de Abastecimento/CEASA, em que o produto costuma passar por mais de um intermediário. Nesses casos, normalmente as famílias preocupam-se apenas em colher os cachos, já que o trabalho de despencar, encaixotar, transportar e precificar fica por conta de quem compra. O fato de o preço de venda ficar a cargo do comprador demonstra a pouca autonomia dos agricultores e agricultoras nesse canal de comercialização.

⁷² Mais conhecidas como Plantas Alimentícias não convencionais/PANCS.

Fotografia 7 – Caminhão de atravessador durante coleta de bananas cultivadas nas lavouras de café orgânico em Divino-MG



Fonte: Grupo GODI

Em todas as ações estão presentes o papel e a importância da atuação das mulheres. É perceptível nas atividades do grupo a participação de homens e mulheres, inclusive na filiação junto à COOPFAM, que está relacionada com o documento da terra, mas também na realização de serviços, agropecuários ou não fora das propriedades, como nos manejos da cultura do café e na produção da diversidade. Percebe-se que, no âmbito do GODI, há uma preocupação com a participação e atuação das mulheres, já que estão presentes em todas as atividades, desde a produção até a comercialização. Tanto na associação junto à cooperativa como os certificados de produção orgânica, que são individuais, também estão em nome das mulheres.

Ainda, a partir do grupo de jovens Fulô da Agroecologia (formado majoritariamente por mulheres), artesanatos, cosméticos e produtos de limpeza naturais são produzidos, complementando as rendas familiares por meio da venda direta individual ou coletiva durante eventos, mas também para o autoconsumo e para trocas não mercantis.

10 ANÁLISE INTEGRADA DOS CASOS

Neste capítulo, analisaremos ambas as experiências de forma integrada, com o objetivo de relacionar similitudes e diferenças que apontam para uma caracterização das redes agroalimentares constituídas (QUADRO 7). A formação de ambas as redes resgata empiricamente a importância das relações sociais entre os diversos sujeitos e os laços estabelecidos a partir das realidades vivenciadas ao longo das diferentes trajetórias sócio-históricas. Assim, a construção dessas redes são fenômenos sociais por natureza, não podendo ser deslocados da sociedade e das regionalidades, sendo influenciada e influenciando (SWEDBERG, 2004).

Ambas as experiências analisadas possuem bases sociopolíticas que, ao longo do tempo, têm sustentado suas atividades. São elas que fundamentam a noção de rede e estruturam sistemas coletivos de governança dos sistemas agroalimentares protagonizados por agricultores e agricultoras. No entanto, há diferenças tanto na governança como nos sujeitos das duas experiências.

Quadro 7 – Características das experiências analisadas a partir das categorias de análise

Categorias de análise		Orgânicos de Divino	Raízes da Mata
Trajétoria histórica e política	Origem	Movimentos sociais e sindicais, organizações socioeconômicas de agricultores (as)	Movimentos sociais e estudantis, grupos de pesquisa e extensão da UFV, aproximação produção-consumo
	Relações estabelecidas	Relações de parentesco e amizade	Aproximação produção-consumo, interação ensino, pesquisa e extensão
	Sujeitos participantes	Agricultores Familiares/Camponeses	Agricultores Familiares/Camponeses; produtores individuais e coletivos, consumidores, estudantes, professores e técnicos;
Funcionamento da rede	Tempo de constituição	5 anos	9 anos
	Personalidade jurídica	Não possui CNPJ; reconhecido enquanto grupo pela COOPFAM	Não possui CNPJ
	Metodologias	Intercâmbios Agroecológicos e inspeções de certificação	Intercâmbios Agroecológicos e metodologias participativas

	Gestão e tomada de decisão	Reuniões mensais	Reuniões periódicas do grupo de gestão; reuniões de acordo com as demandas
Processos (certificação, normas sanitárias, estruturas, gestão)	Certificações	Certificação Orgânica internacional (IBD) e <i>fair trade</i> ⁷³ do café cru	Garantia da qualidade orgânica por OCS (hortifrúti)
	Características dos demais produtos e serviços	Produtos agroecológicos <i>in natura</i> e sem agrotóxicos; café torrado e moído	Produtos agroecológicos <i>in natura</i> , processados e de outras regiões; prestação de serviços de alimentação
	Adequação sanitária	Não tem	Não tem
Formas de circulação de produtos e serviços e mercados acessados	Produto principal	Café	Hortaliças, frutas, produtos processados, congelados, entre outros
	Mercados acessados	Local, regional, interestadual e internacional	Local, regional e interestadual

Fonte: Elaboração do autor

Na trajetória do GODI, destaca-se a influência do movimento sindical e das organizações socioeconômicas dos agricultores e agricultoras como as associações, cooperativas de crédito e produção, as pastorais da juventude como a PJR, os grupos de mulheres e o apoio sociotécnico do CTA-ZM. Na Rede Raízes da Mata, por sua vez, destacam-se os grupos de extensão vinculados às temáticas agroecológicas, o Movimento Sem Terra e o movimento estudantil que, desde a redemocratização do país, tem sido um espaço de formação sociopolítica da juventude. Pela proximidade geográfica com a UFV, há influências diretas de parte do corpo discente e docente na constituição da Raízes.

Apesar de ambas as redes não serem formadas exclusivamente por jovens, eles sobressaem no desenvolvimento de novidades em uma agricultura multifuncional que valoriza os recursos locais e novas formas de produção, distribuição e consumo alimentar. (NIEDERLE, 2014). Ademais, a juventude tem um papel importante na animação desses processos e no estímulo e apoio àqueles mais idosos ou que possuem outras limitações, como o baixo grau de instrução.

Apesar da origem rural dos integrantes do GODI, muitos tiveram experiências nas cidades em busca de melhores condições de vida, o que reforçou a determinação e a vontade de se manterem no campo. Na Raízes, apesar da presença de agricultores familiares, há

⁷³ Mercado justo e solidário, certificado pela FLO (*Fairtrade Labelling Organisation International*, em inglês).

também produtores de alimentos processados que residem na cidade, e outros agricultores que não são familiares e possuem origens urbanas. A partir dessas características, identifica-se a aproximação ser humano-natureza e uma ruralidade que, como Carneiro (1998) aponta, é dinâmica, diversa socioculturalmente e estabelecida a partir das distintas relações sociais, inclusive urbanas.

Podemos dizer que, apesar das assimetrias relacionais e os conflitos do cotidiano, ambas as experiências buscam a autonomia, a justiça social, relações socioeconômicas produtivas horizontais e harmoniosas com a natureza, em consonância com o conceito de bem viver. De acordo com Acosta (2012), o “*buen vivir*” busca a harmonia com a natureza e o diálogo permanente e coletivo, conjugando os saberes ancestrais com os avanços tecnológicos da ciência universal, em um processo constante de descolonização da sociedade ao longo do tempo-espaço.

A interação social estabelecida pelos laços fortes familiares e de amizade também foram e são fundamentais para a construção das experiências. Essas interações são formas de sociabilidade que se tornaram parte importante nas estratégias de reprodução social das famílias, percebidas na convivência em diferentes atividades que extrapolam as questões produtivas e mercantis. Além disso, os laços fracos estabelecidos com outras redes, inclusive de outros estados, também contribuem para a manutenção e fortalecimento das redes analisadas. Ao serem estabelecidos, tais laços criam oportunidades de diferentes naturezas, como demonstrado nas diversas formas de circulação de produtos e serviços.

Nas experiências analisadas, alguns sujeitos possuem um papel de centralidade em relação aos demais integrantes. Apesar da importância na conformação de ambas as redes, um grau muito alto de centralidade pode resultar em rupturas, caso esses atores se afastem por algum motivo, o que pode ser o caso das redes estudadas. Na Raíces, esse papel já foi assumido pelos estudantes bolsistas e, mais recentemente, pelos integrantes do grupo de gestão. A centralidade permite tanto o acesso a recursos como a construção de canais de comercialização, já que esses sujeitos, por conhecerem com detalhes o funcionamento e as características da Rede, conseguem compartilhar valores, informações e estabelecer laços sociais em outras redes.

No grupo de Divino, alguns integrantes das famílias foram apontados como centrais na mediação entre a COOPFAM e os demais integrantes do grupo. Uma atuação desse porte ocorre tanto nas questões organizativas e burocráticas para registro e início do processo de certificação, como na articulação e mobilização para a criação e ampliação do grupo. Esse

papel também é reconhecido pelos entrevistados (as), em termos como “compromisso com o grupo”, “fortalecimento do coletivo” e “papel social com o grupo”.

No que se refere à comercialização, com o aumento da diversificação e circulação de produtos e serviços para além dos mercados informais e pessoais, os marcos regulatórios e a formalização passam a exercer certa pressão nos agricultores e suas formas de organização. (RADOMSKY, 2015; WILKINSON, 2008). É a partir dessa pressão que se tem gerado discussões recorrentes relacionadas aos processos de adequação a regras e normas.

No caso do GODI, preocupam-se com a nota fiscal do produtor e a guia para transporte do café até o sul de Minas, já que o processo de beneficiamento e demais procedimentos para o mercado externo são realizados pela COOPFAM. Nos outros canais mais informais, normalmente não emitem notas nem recolhem impostos. Na Raízes, há uma diversidade maior de mercados acessados. Nos mais formalizados, como as compras institucionais, além da emissão da nota fiscal do produtor rural, documentos que comprovem a classificação e a adequação sanitária de produtos animais, vegetais e processados também podem ser necessários.

A maioria dos canais acessados pelos grupos são informais, tanto por meio da venda direta como indireta. Nesse último, quando transportado para longas distâncias, realizam a emissão de nota fiscal, seja de produtor rural ou de algum MEI dos integrantes do grupo. Tanto no GODI como na Raízes, podendo expandir para outras experiências desenvolvidas no Brasil, a dificuldade de formalização e regularização sanitária e fiscal de produtos de origem animal e vegetal é aparente. (GAZOLLA, 2017; WILKINSON, 2008).

Apesar de possuírem acordos, regras e normas instituídas, as redes analisadas não apresentam uma personalidade jurídica constituída, o que limita o acesso a projetos, políticas públicas e dificulta as regularizações sanitárias e fiscais. Neste contexto, destacamos a importância das parcerias entre as redes estudadas e as organizações já constituídas na região, como as cooperativas de produção e de crédito, a exemplo da COOPERDOM e da ECOSOL, além de agroindústrias e cozinhas individuais ou comunitárias que já possuem adequação sanitária ou estão em processo. Se, por um lado, o estabelecimento dessas parcerias pode ajudar a superar os obstáculos decorrentes da ausência da formalização, por outro lado, requer mais clareza no planejamento das ações e maior envolvimento do coletivo, o que nem sempre é fácil.

Chama a atenção na pesquisa o fato das famílias ainda não conseguirem a tão sonhada sustentabilidade financeira a partir dos agroecossistemas próprios. Apenas uma das oito famílias entrevistadas do GODI não depende de rendas externas, ou seja, trabalhos fora da

propriedade para garantir o sustento familiar. “No final das contas estamos até hoje sem conseguir ficar só por conta do terreno (...), mas as contas estão pagas!” (Entrevistada 6).

Cai as vezes no conflito, interno, não muito discutido. Eu hoje diminuí muito o número de árvores e bananeiras na lavoura [de café], mas como vou viver se eu não conseguir produzir café, por exemplo? Você entendeu? Eles [outros integrantes do grupo] até falaram que tem mais interesse no SPG do que no orgânico, pois o foco deles não é o café. O meu foco não é só o café também, mas nesse momento eu preciso dele, você entendeu? (ENTREVISTADO 8).

Se eu não conseguir aumentar a minha produção aqui, eu vou ficar dependente sempre de trabalhar fora, sempre. Tenho que ficar autossustentável da minha propriedade. A primeira coisa, eu tenho que conseguir quitar as minhas contas, eu fiz um plano mesmo, eu tenho um planejamento de quitar as minhas contas. E como que é meu planejamento? É tocar lavoura fora e as minhas também junto, ao mesmo tempo. O que que eu tô fazendo hoje? Tô tentando o máximo possível aumentar a minha produção dentro da propriedade, no máximo possível dentro da agroecologia, meio que assim, fazendo um manejo mais adequado, por que antes ficou meio abandonado. Tinha lugar aqui que eu tinha 10 árvores em pouquíssimo espaço, (...) naturalmente já é contra o sol, mas de manhã, com a sombra das árvores os pés de café não tinham sol, e você sabe que exige um limite de sol, né? (...) Eu tenho produzido milho, mas o milho é pouca coisa, não te dá uma renda suficiente. Planto feijão, outras coisas pro sustento. (...) Dentro da agroecologia você discute tudo isso, só que quando você tá devendo é diferente, entendeu? A conta chega todo ano e com juros, juros sobre juros (ENTREVISTADO 8).

Se tem uma coisa que eu gosto é trabalhar na terra! Às vezes eu deixo de participar de encontros, cursos, não porque não quero, mas para não sair da minha função de trabalhar na terra e cumprir com as obrigações já assumidas [fora da propriedade] nesse momento (ENTREVISTADO 5).

A questão aqui não é negar a importância da pluriatividade e das múltiplas competências dos agricultores e agricultoras, mas enfatizar que ela, juntamente com a complexificação dos sistemas produtivos, o uso de tecnologias adequadas e a construção de mercados, deve apontar para a autonomia familiar a partir das escolhas próprias dos sujeitos. Nesse caso, o trabalho externo não é uma escolha das famílias, mas uma necessidade de sobrevivência, e que, inclusive, não coloca em xeque a agroecologia e seus princípios, ao contrário, são estratégias para mantê-los.

Com o aumento constante da demanda por alimentos orgânicos, agroecológicos e de qualidade diferenciada, somados à diversificação dos mercados acessados e da produção, há uma necessidade de organizar e planejar a produção. Esse planejamento influencia e é influenciado pelas condições socioeconômicas das famílias e pelo coletivo em que está inserido. A realização de cursos e capacitações, como tem feito o GODI com os cursos do

SENAR, vinculados aos Sindicatos dos Produtores⁷⁴, podem trazer contribuições importantes para auxiliar na gestão das propriedades e em inovações técnico-produtivas.

Ainda é preciso superar o entendimento de que a agroecologia e a produção orgânica são sinônimas de falta de manejos, de tecnologias e de planejamento, essenciais para acessar diferentes mercados e garantir a sustentabilidade familiar. Na agroecologia, os processos são importantes para a construção do conhecimento, assim como as pesquisas e o desenvolvimento de experiências enraizadas nas diferentes realidades ambientais e socioeconômicas. Nesse sentido, exige-se conhecer os porquês e não as respostas prontas aos desafios produtivos, de gestão, processamento, circulação e comercialização enfrentados por agricultores e agricultoras. Essa é uma dificuldade, já que atualmente os serviços de ATER e muitos agricultores (as) focam apenas no que fazer ou usar para tentarem resolver os problemas e desafios enfrentados.

O pessoal na época [do PEC] já pensava que como a lavoura não está cuidada, nem adubada, aproveita e já coloca para o orgânico. Você pega uma lavoura ruim, começa um trato diferente que ela não está acostumada, aí então a primeira reação dela vai ser terrível! (...) As pessoas ficaram desacreditadas. Eu mesmo comecei a fazer agrofloresta, deixei uma moita [parte da lavoura de café] na agroecologia, mas orgânico mesmo não. Se alguém conseguisse fazer orgânico não tinha onde vender, e as pessoas lembravam de orgânico e relacionava com lavoura ruim, que não dá café (ENTREVISTADO 5).

O uso de múltiplas tecnologias como microtratores, roçadeiras, adubação orgânica, sistemas de irrigação de baixo custo, sistemas agroflorestais, além de métodos de planejamento, são importantes para diminuir perdas e garantir melhores resultados, mas devem estar inseridas em uma análise mais aprofundada das diferentes realidades da agricultura familiar e camponesa. Ademais, a preocupação econômica deve estar presente nas análises e planejamentos das famílias e coletivos, sempre mediada e enraizada nos valores sociais, éticos e ambientais compartilhados entre os diferentes atores. Nesse sentido, as redes agroalimentares, a construção social e o acesso aos mercados são fundamentais para a autonomia e a reprodução social das famílias.

⁷⁴ Diferenciam-se aqui os sindicatos dos trabalhadores rurais dos sindicatos dos produtores, esse último vinculado a médios e grandes produtores rurais e à grande produção mais vinculada ao agronegócio.

10.1 Políticas Públicas e o Estado

Outro elemento que teve e ainda tem forte influência na constituição e ampliação das redes e na qualidade de vida das famílias são as políticas públicas adequadas às diferentes realidades. No âmbito da agricultura familiar, os grupos acessam políticas de assistência técnica, crédito rural, acesso à terra, moradia e mercados. A ATER com foco na agroecologia, seja por meio de empresas públicas como a EMATER – em menor intensidade – ou de ONGs e empresas privadas é uma delas. Podemos afirmar como resultado dessa ATER as melhorias alcançadas nos processos produtivos, de certificação e na ampliação dos mercados. O crédito do PRONAF acessado por meio das cooperativas de crédito como a CRESOL também é significativo na busca de melhores condições produtivas e de autonomia.

O acesso à terra, seja pelas ações do Movimento Sem Terra (MST), seja pelo crédito fundiário, e os programas de habitação que melhoram a qualidade de vida das famílias garantem a permanência delas no campo, com dignidade. Mesmo que haja questionamentos ao PNCF, em Divino o acesso à terra por meio desse programa foi mister na garantia da autonomia e independência produtiva e reprodutiva das famílias do campo, fundamentais na construção da agroecologia.

No que se refere ao acesso a mercados, outra política que tem avançado são as compras institucionais pelo PNAE e PAA. Schmitt *et al.* (2020) demonstram que as compras institucionais são importantes para a diversificação dos canais de comercialização, estimulam o aumento da escala e a diversificação, além do aumento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito doméstico e de quem recebe os produtos.

As políticas de apoio ao ensino, pesquisa e extensão universitária também se destacam nessa construção. Elas estão expressas tanto nas atividades desenvolvidas com os sujeitos como nos projetos de extensão que apoiam as redes, desenvolvendo e divulgando as experiências. Nesse sentido, destaca-se a relevância das instituições sociais, tanto na formação acadêmica como no desenvolvimento da sociedade de forma ampla. A horizontalidade nessas relações é de suma importância, os projetos de extensão são essenciais para o GODI e para a Raízes, mas são também fundamentais para que a UFV cumpra o seu papel na formação de profissionais completos. No âmbito da Rede Raízes, ganham relevo os projetos de extensão universitária executados pelo Núcleo ECOA/UFV que apoiaram a constituição e desenvolvimento da experiência, com bolsas de extensão, equipamentos e custeio de atividades na construção do conhecimento agroecológico.

Mesmo reconhecendo que as políticas citadas foram cruciais para a construção e fortalecimento das experiências, é preciso constatar que elas não devem ser a única estratégia adotada, pois podem resultar em perda de autonomia. Como exemplos, podemos mencionar as bolsas de extensão e o acesso aos mercados institucionais. Durante alguns anos, vinculou-se a gestão da Raízes aos estudantes, o que fragilizava essa importante função dentro do grupo, devido à alta rotatividade dos bolsistas. Já em relação ao acesso a mercados institucionais, caso fossem o único canal de escoamento da produção, apontariam para uma certa dependência.

É importante que as políticas públicas estejam articuladas em ações conjuntas com a sociedade civil, como a que aconteceu recentemente em Viçosa. Com a criação da Feira do Quintal Solidário que envolve diferentes atores como UFV, associações de agricultores, coletivos como a Raízes da Mata, ITCP/UFV, EMATER e vigilância sanitária municipal, foi possível iniciar um processo de adequação e regularização sanitária dos produtores integrantes da feira. A articulação dessas parcerias abriu a possibilidade de solucionar problemas recorrentes, como de regularização sanitária de produtos processados (congelados, pães, bolos), já que agricultores (as) e suas agroindústrias artesanais e caseiras, na maioria dos casos, não possuíam o registro sanitário.

Apesar de uma legislação pouco flexível e inadequada à realidade da agricultura familiar e de pequenos processadores de alimentos (WILKINSON, 2008), a possibilidade de solucionar essas dificuldades aconteceu a partir das relações sociais estabelecidas entre os parceiros e o sujeito responsável pela vigilância sanitária municipal, que acompanhou de forma educativa e construtiva as orientações e adequações necessárias. Com as mudanças no setor municipal, esse processo não teve continuidade.

Outro exemplo da importância da articulação entre Estado e sociedade é a participação em instâncias de debates, construção de políticas e controle social. Além de ampliar os laços fracos com outras redes, a presença nesses espaços fortalece as relações sociais, facilitando a negociação e o acesso a projetos e políticas públicas. Tanto no registro da OCS Raízes da Mata como no acesso a recursos para a construção do SPG da Zona da Mata, a participação na Comissão de Produção Orgânica de Minas Gerais (CPOrg-MG) junto ao MAPA refletiu na agilidade dos processos.

A incidência nos espaços de diálogo entre sociedade e Estado, e todas essas políticas acessadas pelas redes, são ações importantes na busca por mudanças no regime agroalimentar. As políticas públicas são reflexos da demanda da sociedade, que mobiliza e contribui para sua operacionalização. É mister que os governos construam e executem políticas voltadas ao

abastecimento alimentar, sobretudo para as classes mais pobres. Como Soninno, Spayde e Ashe (2016) consideram, o Estado tem a função, em nome do interesse público, e a autoridade sobre a oferta e sobre o consumo de alimentos.

10.2 A certificação orgânica: percepções e desafios

A certificação orgânica se articula na análise integrada das experiências por ser uma característica comum e central na identidade de ambos os grupos. Ela faz parte do processo histórico de construção do movimento agroecológico na região, vinculada à garantia da qualidade dos produtos, bem como a construção e acesso aos mercados. A ampliação dos valores da comercialização a partir da inclusão de valores simbólicos está assentada no debate da certificação orgânica da produção agroecológica. Dessa forma, é um componente analítico importante no histórico, na criação e na ampliação desses e de outros grupos na região.

A Raízes da Mata e o GODI se inserem em ações de certificação, tanto por meio da OCS e da certificação por auditoria do café, respectivamente, como na construção recente de um SPG na Zona da Mata. Para contextualizar esse processo, faremos um breve resgate histórico dos debates acerca da certificação orgânica no Brasil.

Desde o início dos anos 1990, após a promulgação das leis sobre produção orgânica na Europa e Estados Unidos e da formalização da OMC, o Brasil vinha sendo pressionado para harmonizar suas legislações para a produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos. (RADOMSKY, 2015). Havia uma pressão interna e externa para a criação de normas padronizadas internacionalmente, visando a exportação de produtos orgânicos.

Nesse sentido, muitos debates eram realizados por organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e instâncias governamentais no Brasil. Não havia legislações robustas acerca desse tipo de produção, apenas a Instrução Normativa nº7 de 17 de maio de 1999, derivada da Portaria nº 505 de 16 de outubro de 1998, o que ainda era pouco frente à institucionalização da agricultura orgânica capitaneada pela Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM, sigla em inglês), criada em 1972.

Já havia, desde o início dos anos 1990, experiências de “Certificação Participativa em Rede” baseada em organizações locais, como a Cooperativa COOLMEIA, que depois se tornou a Rede ECOVIDA no sul e a ABIO no Rio de Janeiro, mas sem um reconhecimento nacional. Esse era o formato que mais se aproximava do movimento agroecológico no Brasil, já que mundialmente a certificação se dava por auditoria ou terceira parte, realizada por empresas de certificação, sendo refutada por grande parte do movimento.

O reconhecimento dessas experiências e da própria certificação participativa no Brasil iniciou-se com a promulgação da Lei Federal 10.831 em 23 de dezembro 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Nessa lei, já constava a necessidade de certificação dos produtos orgânicos para comercialização e dizia que as formas para isso devem considerar os diferentes processos de certificação já existentes no Brasil, como a certificação participativa. Na sequência, o Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que regulamentou a lei e uma série de Instruções Normativas, permitiram a institucionalização da agricultura orgânica no Brasil e o registro e funcionamento dos SPGs e OCSs.

Na Zona da Mata mineira, o debate sobre a certificação orgânica da produção agroecológica iniciou-se no princípio dos anos 2000, com o “Plano estratégico para o café agroecológico (PEC)”. Além da melhoria na qualidade do produto, considerado inferior na época, buscavam-se mercados diferenciados para o café agroecológico. (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2002).

Entre os anos de 2001 e 2003, agricultores e suas organizações, juntamente com organizações de assessoria da Zona da Mata envolvidas no PEC, buscaram a melhoria da qualidade do café produzido na região, a partir de processos formativos de agricultores e agricultoras e da busca por mercados diferenciados para o produto agroecológico.

Ao contrário do que se buscava no início do processo de construção do plano, não se conseguiu identificar nenhuma possibilidade concreta de comercialização de café agroecológico (sem agrotóxico), com preço diferenciado em relação ao café convencional. Não existe um mercado específico para o café agroecológico. Independentemente desse café apresentar uma qualidade superior, o café agroecológico é vendido como café convencional (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2002, p. 12).

Para acesso a esses mercados, sobretudo de exportação, além da qualidade, a certificação orgânica era compulsória. Em resposta a essa exigência, organizações de agricultores (as) e de assessoria da Zona da Mata, do Leste e Sul de Minas Gerais envolveram-se na construção de uma experiência de certificação orgânica por auditoria, por intermédio da Associação de Certificação de Produtos Orgânicos SAPUCAÍ⁷⁵. O processo de certificação começou ainda em 2001 e, em 2003, optou-se por uma ação coletiva de comercialização do café agroecológico certificado como orgânico.

⁷⁵ Certificadora criada pelo Centro de Assessoria Sapucaí, organização não governamental de assessoria sediada em Pouso Alegre-MG, a partir da demanda de agricultores familiares do sul de Minas Gerais.

No entanto, essa ação de comercialização demandou uma grande quantidade de café e um esforço coletivo das organizações para responder às exigências impostas. Apesar de ter conseguido reunir uma quantidade relativamente grande de café orgânico de qualidade, a comercialização não se efetivou. O insucesso dessa ação criou um marco negativo na região, que até hoje é lembrado.

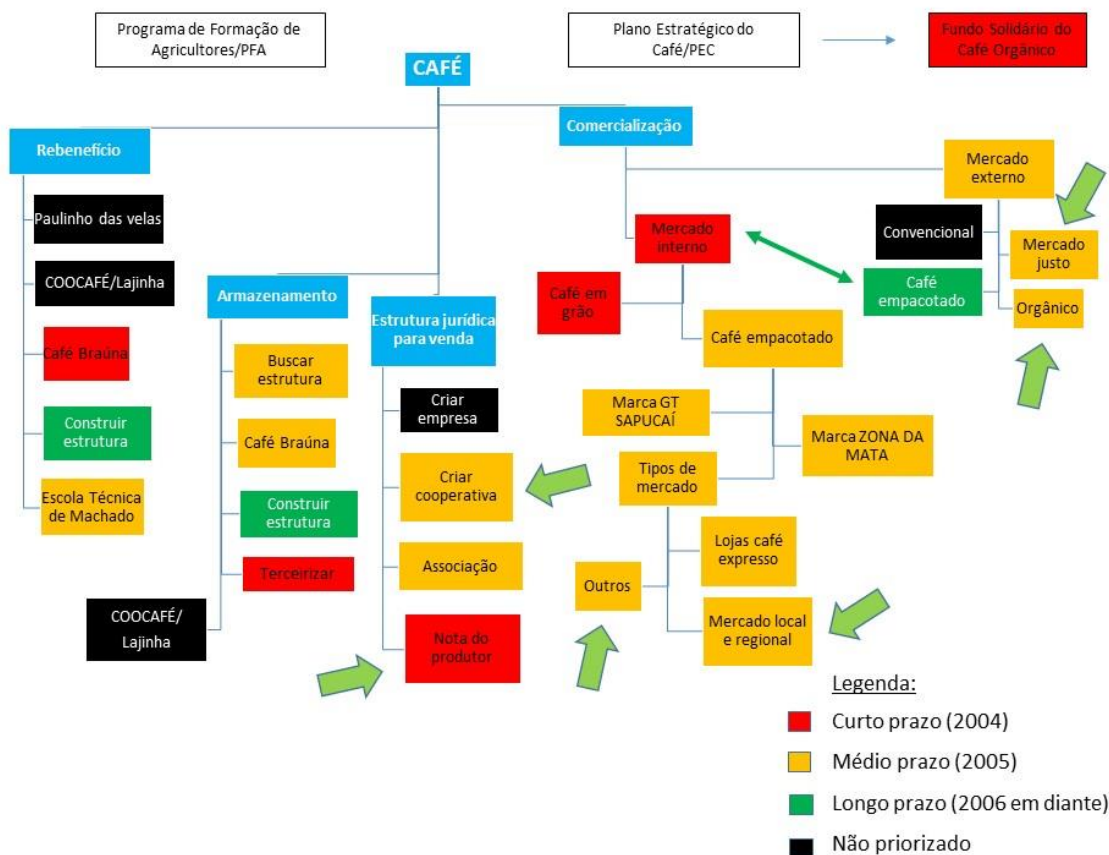
Os dados históricos registrados pela Organização Internacional do Café/OIC (em inglês, *International Coffee Organization/ICO*) entre os anos de 1990 e 2018, apontam que, no período entre os anos 2001 e 2003⁷⁶, foram pagos os menores preços aos produtores de café no Brasil, aumentando ainda mais as frustrações dos agricultores (as) envolvidos. Um dos agricultores entrevistados que participou desse processo e que hoje compõe o Grupo de Orgânicos de Divino relatou sua experiência:

Naquele momento, a gente foi muito por empolgação de buscar algo novo. Sempre tive o interesse de fazer algo diferente do sistema, entrei de cara e coragem, sem conhecer muita coisa, e o grande erro ou desafio daquele período foi colocar muita área ao mesmo tempo sem ter a certeza da venda do café no final (...). A área que nós tinha nós colocamos na época para orgânico, vamos tocar em grupo, mas toda a área vai ser para orgânico (...). Hoje é diferente, talvez poderia ter a empolgação daquele momento (...) entramos com uma área menor (ENTREVISTADO 5).

Em resposta aos desafios sociotécnicos, tanto para a melhoria da qualidade como para a comercialização do café agroecológico, alguns agricultores familiares da Zona da Mata, em parceria com organizações de assessoria, construíram uma “Árvore de Prioridades” (FIGURA 13) que apontava estratégias de curto, médio e longo prazos.

⁷⁶ Disponível em: http://www.ico.org/new_historical.asp?section=Statistics. Acesso em: 14/07/2020.

Figura 13 – Árvore de prioridades do Plano Estratégico do Café, elaborado em 2004



Fonte: CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (2004) e dados do autor

Além da capacitação de agricultores e agricultoras pelo “Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras em Sistemas Orgânicos de Café”, conduzido pelo CTA-ZM, ações relacionadas ao armazenamento, beneficiamento, estrutura jurídica e comercialização também foram priorizadas. Na figura acima, as setas identificam as ações que foram de fato efetivadas, como a criação de cooperativas na Zona da Mata, a filiação de agricultores (as) à COOPFAM no sul de Minas, a busca do cartão do produtor para emissão de notas fiscais e a própria ampliação dos mercados.

Apesar da ordem de prioridade não ter acontecido como planejado, a comercialização do café agroecológico e orgânico certificado no mercado internacional se efetivou, inicialmente com um grupo de Araponga-MG. No que se refere ao mercado interno, a experiência coletiva de café torrado, moído e empacotado, do município de Muriaé, Zona da Mata, que utilizava a marca “Sítio Mineiro”, foi um dos pontos de destaque. O produto final era um *blend* de cafés das espécies *Coffea arabica* (arábica) e *Coffea canephora* (conilon) que priorizava um produto com características para o mercado interno, textura fina e cor

intensa, escura. A dificuldade era manter as características do produto e os mercados construídos.

Ao longo dos anos, diversas experiências coletivas, mas também individuais, foram sendo construídas socialmente na Rede de Agroecologia da Zona da Mata. Baseadas na confiança, na história das famílias, nas organizações e na qualidade superior do produto, as experiências se multiplicaram nos municípios de Araponga, Muriaé, Espera Feliz e Divino⁷⁷.

Em 2013, o debate da certificação foi retomado na região a partir de projetos executados pelo CTA-ZM, em parceria com as organizações de agricultores. O foco desses projetos era a Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica, no bojo do Projeto “ATER Agroecologia”⁷⁸, e a inclusão produtiva e acesso a mercados com o Projeto “Cooperar-Superando desigualdade de renda”⁷⁹. Ambos os projetos debateram a certificação orgânica em Divino, inclusive apoiando a realização do intercâmbio no sul de Minas em 2015, atividade decisiva para a criação do GODI. Assim, além do grupo de Araponga, Divino também iniciava o processo de conversão das lavouras agroecológicas para o orgânico.

Apesar da certificação orgânica internacional por meio da COOPFAM/IBD ser considerada de terceira parte ou auditoria, há similitudes com os outros formatos considerados participativos, como as OCSs e os SPGs⁸⁰. Além de ser realizado de forma coletiva, o processo de criação de um novo grupo necessita da indicação de outro já certificado, como aconteceu com o grupo de Divino (indicado por Araponga), e os integrantes do grupo devem ser filiados à COOPFAM. O controle social acontece por meio de reuniões e/ou visitas mensais obrigatórias entre os membros do grupo e por inspeções anuais realizadas pelo COOPFAM/IBD.

A principal diferença entre a certificação participativa, incluída a certificação coletiva realizada pela COOPFAM/IBD, e a de terceira parte, é que, na primeira, as adequações necessárias aos agroecossistemas são construídas coletivamente entre os participantes das visitas, o que reforça a coesão, a interação social e a confiança entre os sujeitos. Nas certificações por auditoria tradicionais, são os inspetores das empresas certificadoras que realizam as avaliações, e as adequações ou correções de não-conformidades são de responsabilidade exclusiva do agricultor ou agricultora interessada na certificação.

⁷⁷ Só em Divino identificam-se três experiências, sendo uma delas vinculada a COOPERDOM e que possui registro junto à Vigilância Sanitária.

⁷⁸ Chamada pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 13/2013, lote29.

⁷⁹ Edital do Programa Petrobrás Socioambiental.

⁸⁰ A certificação participativa foi pensada e criada no Brasil, e de acordo com os dados da IFOAM os SPGs estão presentes em 76 países. Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-04/pgs_definition_in_different_languages.pdf. Acesso em: 31/07/2020.

No âmbito da Raízes da Mata, desde 2013 as ações do grupo já apontavam para a construção de processos participativos de certificação agroecológica.

O objetivo da Rede Raízes da Mata, ao realizar os Intercâmbios, é conhecer o trabalho nas propriedades dos/as agricultores/as que produzem e fornecem produtos para a Rede, fortalecendo e disseminando a Agroecologia. Nesses espaços, também é possível promover, através do envolvimento dos/as consumidores/as, a certificação participativa da qualidade da produção agroecológica. (CRUZ *et al.*, 2013b, p. 3).

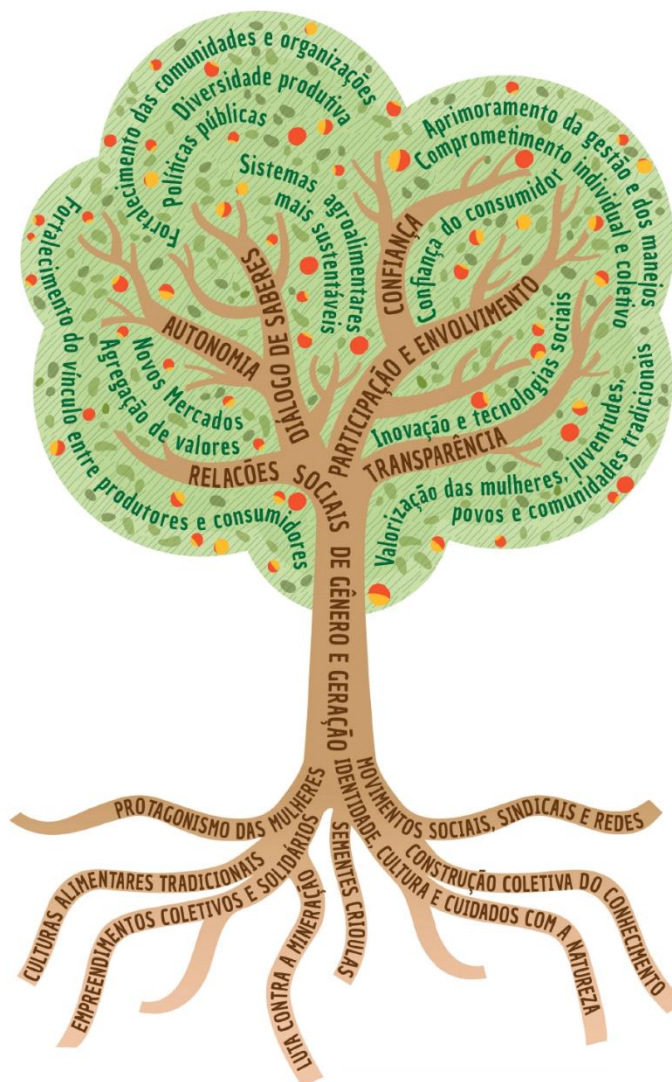
No entanto, a criação da OCS Raízes da Mata ocorreu somente em 2018. Nesse formato de garantia da qualidade, não há a necessidade de formalização do grupo e seus membros devem ser, obrigatoriamente, agricultores (as) familiares com DAP que comercializam produtos orgânicos de maneira direta, sem intermediários. Além disso, as formas de controle social são similares aos SPGs.

Os processos de certificação do GODI e da Raízes, o aumento na demanda por produtos orgânicos, e a possibilidade de acesso a mercados diferenciados para esses produtos têm estimulado a construção de projetos que apoiem a consolidação de um SPG na Zona da Mata. Em 2019, dois projetos com foco nessa construção foram aprovados. O primeiro, negociado com o MAPA via Superintendência Federal de Agricultura (SFA-MG) e executado pela UFV, tem como objetivo a “Constituição e desenvolvimento de um sistema participativo de garantia da qualidade orgânica dos produtos da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais”. O outro, acessado pelo CTA-ZM por meio do Edital de Seleção Pública 2017 de “Redes Ecoforte de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, extrativismo e Produção”, com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), promulga como uma de suas metas a construção de um SPG na Zona da Mata.

A execução de ambos os projetos de forma conjunta tem permitido a ampliação das parcerias e dos municípios envolvidos nos debates sobre certificação no Polo Agroecológico, o que amplia os laços entre as diferentes redes locais e municipais. Dessa forma, amplia-se a agroecologia na região, já que a construção de um SPG

(...) não se encerra em alcançar um Selo de Orgânico, mas em conduzir uma experiência participativa e pedagógica de construção de um mecanismo cooperativo de garantia da qualidade, que contribui para a transição dos agroecossistemas em modelos mais sustentáveis. (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Figura 15 – Princípios e frutos do SPG no Polo Agroecológico da Zona da Mata



Fonte: Almeida *et al.* (2020)

Esses princípios partem do pressuposto de que as regras e normas da certificação orgânica organizadas pela Lei Federal 10.831/2003, pelo Decreto 6.323/2007 e pelas diferentes Instruções Normativas são cumpridas, o que já representa grandes desafios. Tais princípios dialogam com as definições do Fórum Brasileiro de SPGs e OCSs e com a construção histórica da agroecologia na região, como a luta contra a mineração, as relações sociais de gênero, a construção coletiva, a busca de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, entre outros. Essa construção territorializa a certificação orgânica por intermédio das diferentes redes que interagem no movimento agroecológico da região.

A Raízes da Mata almeja ampliar a certificação para outros sujeitos além dos agricultores familiares da OCS, incluindo produtores (as) de produtos processados que não

possuem a DAP. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de acessar outros mercados por intermédio do selo orgânico. O GODI pretende certificar a diversidade de produtos dos quintais e das lavouras de café, e o café orgânico beneficiado para a comercialização no mercado interno, já que a demanda por cafés orgânicos de qualidade também cresce no mercado brasileiro. O entrevistado 5 relatou essa expectativa: “Cai no sonho que eu sempre tive de você entregar um produto pro outro com selo, com o seu nome, sua origem, sua história. É um sonho bem perto de se realizar!”.

10.2.1 As diferentes percepções acerca da certificação orgânica

A despeito de todos (as) os (as) entrevistados (as) participarem de forma direta ou indireta de processos de certificação orgânica na região, ainda há diferentes percepções acerca dos significados desse processo para as redes. De forma geral, as percepções vinculam-se à construção social da agroecologia na Zona da Mata.

A resiliência dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar camponesa na luta por direitos e em defesa da vida e do meio ambiente solidifica a base política e social da construção coletiva da agroecologia. Na Zona da Mata, ela se expressa na conexão com os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de mulheres e da juventude rural.

A pesquisa aponta diferentes categorias que organizam as percepções das redes e dos sujeitos acerca da certificação orgânica. Uma categoria está vinculada a **agregação de valor aos produtos agroecológicos** por meio da certificação orgânica, aumentando a rentabilidade e possibilitando uma maior autonomia econômica das famílias. Um outro conjunto de percepções está atrelado ao **reconhecimento político e social da produção agroecológica, uma forma de lobby** e projeção política desse modelo. Uma terceira categoria relaciona-se com a **sociabilidade dos sujeitos e seus modos de vida**, não havendo uma relação direta com o acesso a mercados orgânicos, mas sim com a agroecologia e sua coletividade. Um outro entendimento é que a certificação orgânica é um **conjunto de normas e regras** descoladas dos processos territoriais de construção agroecológica, limitando-se a cumprir práticas e manejos permitidos pela legislação de sistemas orgânicos.

A certificação orgânica surge como uma exigência dos mercados impessoais e também das legislações, como uma forma de confirmar as características dos produtos, ou seja, dar garantias onde as mesmas não se dão na relação de proximidade entre produção e consumo. (RADOMSKY, 2015). No entanto, muitas famílias já comercializam seus produtos agroecológicos de forma direta e indireta, em circuitos longos e curtos. Essas relações são

baseadas em valores sociais compartilhados como a confiança, a amizade, o conhecimento da família e da origem do produto, a economia local, a cooperação e o fortalecimento das organizações de agricultores e agricultoras, coletivos e redes.

Esses valores são fortalecidos em práticas como os intercâmbios agroecológicos, os mutirões, a criação de redes como a Raízes da Mata, a criação de grupos de consumidores e de produtores, as feiras e a participação em movimentos sociais e sindicais. Esse conjunto de percepções aponta a certificação orgânica como um processo de valorização e reconhecimento político da agroecologia, dos grupos, sujeitos e seus produtos, principalmente nos mercados impessoais. Esse entendimento é apontado pela família 6, que possui mercados mais consolidados do café torrado e moído sem agrotóxicos, construído a partir dos laços estabelecidos em outras redes. Importante registrar que o selo de produto orgânico é a garantia da qualidade onde esses laços não existem ou a confiança não está estabelecida.

O selo é mais para fazer um *lobby*, não precisamos dele para comercializar nosso café, apesar de já termos perdido vendas pelo fato de não termos o selo orgânico, é entrar em uma dinâmica diferente da venda direta. Aqui em Divino temos um potencial crescente na venda direta de produtos sem agrotóxico, não do café, que vai para fora do município, o fato de ter um selo é importante principalmente para quem não conhece o grupo, acaba dando uma valorizada no grupo e nos produtos quando temos o selo (ENTREVISTADO 6).

O selo orgânico é importante, pois temos que estar em grupo, fortalece um coletivo e aproxima pessoas que têm o mesmo manejo, as mesmas ideias, permitindo as trocas de conhecimentos entre os integrantes (ENTREVISTADO 6).

Há também o reconhecimento da produção orgânica certificada pelo viés econômico, que valoriza e agrega valor aos produtos no momento da comercialização. Esse retorno econômico permite uma renda diferenciada para o sustento das famílias e a autonomia financeira a partir dos agroecossistemas agroecológicos. Por conseguinte, valoriza e amplia a construção social e histórica da agroecologia, que é anterior aos processos de certificação na região. Alguns relatos apontam esses significados:

Você não atrai ninguém se não produzir não! Se o nosso projeto de agroecologia não gerar um retorno financeiro você não atrai ninguém, só afasta. Por isso que eu acho que o orgânico tem um papel importante nisso aí, até estratégico mesmo. Se você consegue produzir dentro do orgânico e com uma renda você não precisa produzir tanto, aí a ideologia já vale muito, o pouco que você produz você valoriza ele, não é? Ai alguém vai valorizar aquilo que você está produzindo de uma forma diferente (ENTREVISTADO 8).

Essa era uma falha do grupo, falamos de agroecologia, um modo de vida diferente, fazemos parte dos movimentos mais político e ideológico, mas a prática a gente pecava. O grupo é exemplo. Como queremos mudar outras pessoas se nós não avançamos? Fazendo as pessoas podem ver e acreditar. Participávamos muito das reuniões, mas não colocávamos em prática (ENTREVISTADO 1).

Para o grupo de orgânicos, que é um grupo de agroecologia, pelo menos até então, aponta a certificação como uma burocracia, temos a compreensão mais social da importância de trabalhar a agroecologia, e o orgânico é para acessar os mercados (ENTREVISTADO 6).

O orgânico querendo ou não é um não convencional, mas é uma estratégia voltada para a produção e a Agroecologia já é um todo, o meio ambiente (...) é uma relação que envolve muito mais coisas do que o orgânico (ENTREVISTADO 1).

Outra percepção dos sujeitos é a diferenciação entre orgânico e agroecológico, mesmo que não tenham claras todas as regras e o histórico de construção da certificação orgânica. Para eles, a conformação de redes agroecológicas privilegia os processos, as interações e os modos de vida enquanto um movimento inclusivo e holístico baseado em valores sociais, ambientais, espirituais e ancestrais que busca transformações no atual sistema agroalimentar. Dessa forma, as redes são entendidas como espaços de sociabilidade mais amplas do que apenas de produção de alimentos orgânicos voltados para as trocas mercantis.

Agroecologia e orgânico são diferentes no conteúdo. O orgânico é somente no produto que você não precisa usar nenhum defensivo ou algo parecido. O Agroecológico não, envolve toda a família, quem está em volta, tudo junto. (...) é um projeto, um modo de vida que vai desde a minhoquinha, os bichinhos, o vizinho (ENTREVISTADA 7).

Agente já iniciou assim (...), tive na ideia assim, nunca uma bomba [de veneno] entrou lá na horta, mesmo nesse tempo antes [de entrar na Rede]. Nós não tinha conhecimento desses produtos que combatia inseto, praga, ia jogar lá e matar tudo! Eu comecei assim sem instrução de quase nada, os antepassados não ensinou isso não, viu? Meu pai viveu e eu vivi o mesmo caminhar de produtor, de agricultura, mas não tinha acompanhamento na época, adubação não existia e todo mundo produzia. Será que essa lavoura de café está produzindo, valendo a pena? Ninguém tinha isso (ENTREVISTADO 11).

A gente veio assim, parece que fazer esse tipo de coisa é guiado por Deus mesmo, que pegou um pique certo e foi! Meu pai era engenheiro! Trabalhava com engenho! Tinha muito engenho! Usava [na plantação] aquela cinza do bagaço da cana que queimava no engenho (ENTREVISTADA 11).

Quando fala em agroecologia é mais a questão que está envolvendo tudo, o meio ambiente, os bichos, a natureza, as águas, em geral aí (...). Deixei umas árvores sair no meio da lavoura, um pé de mamão, aí comecei a diversificar

minha propriedade, plantei mandioca, cana, plantei bananeira, hoje minhas lavouras até hoje são muito diversificadas. Ter de um tudo e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente, ter uma vida saudável, ter um compromisso maior com a natureza, eu sempre tive isso em mente (ENTREVISTADO 5).

O agroecológico é um modo de vida, um meio de vida, um meio de relação, não só com outras pessoas, mas com um todo. O orgânico já é um modo de produzir valorizando o que você está produzindo, e ao mesmo tempo respeitando o meio ambiente e uma série de coisas. Se perguntar qual é mais importante? É claro que o agroecológico é muito mais importante, mas pra questão de você ter uma renda o orgânico é a forma, e o agroecológico é a forma de você ter uma qualidade de vida (ENTREVISTADO 8).

Outro componente dessas diferentes percepções se dá no entendimento de que a certificação orgânica não dialoga com os processos territoriais, mas trata-se de um conjunto de práticas e regras impostas por normas e legislações. O debate acerca de algumas práticas agropecuárias, como o uso da adubação química sintética, ainda presente no movimento agroecológico da região, ressalta o aspecto institucional da transição agroecológica.

Como aponta Radomsky (2015), as diferentes legislações acerca da produção orgânica existentes em cada país buscam uma harmonização supranacional e impõe diferentes regras e práticas que não dialogam com as características socioeconômicas e culturais das famílias nos diferentes territórios. Isso acontece mesmo no caso do Brasil, em que as leis da produção orgânica também são discutidas em instâncias de participação da sociedade civil, o que diminui, mas não impede a imposição de regras e práticas supranacionais.

A proibição no uso de adubos químicos no processo de certificação orgânica é um critério técnico dos sistemas orgânicos de produção. Ademais, é uma norma institucional que demonstra que o acesso à certificação orgânica interfere no *modus operandi* dos grupos e nas práticas agroecológicas construídas socialmente a partir das diferentes realidades e momentos vivenciados pelas famílias⁸¹. Para a certificação, é necessário que se adequem às regras e normas impostas pelas leis e normativas, interferindo na concepção da agroecologia e nas práticas agrícolas.

Aspecto importante trazido por esse debate da adubação química sintética é a busca pela autonomia das famílias. Nesse caso, o importante é diminuir ao máximo o uso de insumos externos aos agroecossistemas, inclusive àqueles aprovados para uso na produção orgânica, diminuindo a necessidade e o uso ao longo do tempo. O uso da adubação química por algumas famílias que participam do movimento agroecológico na região tem algumas

⁸¹ Não estamos aqui, de forma alguma, defendendo que as legislações orgânicas devam aceitar o uso de adubos químicos sintéticos, mas trazendo o entendimento de agricultores e agricultoras da região.

justificativas. A alta demanda nutricional da cultura cafeeira, os manejos inadequados dos solos causando a degradação dos mesmos, o uso de áreas muito degradadas e a transição rápida e inadequada de agroecossistemas que durante anos vinham sendo contaminados e tendo a qualidade dos solos diminuída são algumas delas. Diferentes relatos abordaram a questão da adubação química durante as entrevistas:

Não pode usar adubo químico então é orgânico (...) pra mim o orgânico e a agroecologia é bem diferente um do outro. O orgânico é a forma mais prática de você produzir, o agroecológico já é a parte mais política, sabe? (...) A questão do adubo já entra na questão política mesmo, por exemplo, da forma como ele foi feito mais não é uma coisa que agride tanto [igual aos agrotóxicos], agride, mas não é tanto. O seu modo de vida é mais importante do que seu modo de produção (ENTREVISTADO 8).

Adubo químico pra mim tá fora da agroecologia, não é o que eu faço ou o que eu fiz, é o que eu penso que é. Agroecologia tentei fazer por um tempo: uma área coberta de árvore, radical, em que as próprias folhas que caem ali servem de adubo junto com as caldas. Aí chegou um tempo que as árvores cobriram tudo, nada de luz, o café ficava bonito, mas não produzia. Cortei as árvores e deixei apenas as embaúbas. Com o passar do tempo, aprendemos que tem a hora de podar e podia ter usado aquilo muito bem pra fazer mais adubação na lavoura sem cortar as árvores. O próprio sistema fazer produzir. Faltou experiência e conhecimento (ENTREVISTADO 5).

Se você for no fundamento do Agroecológico mesmo, é um lugar equilibrado que você não precisa por coisas externas, o solo já se mantém só com o manejo (...) nem o adubo químico você usa, ele ajuda a planta, mas algum dano ele tá causando, até para fabricá-lo (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se que há diferentes entendimentos acerca do uso da adubação química na produção agroecológica. Por isso, é importante destacarmos algumas diferenças relacionadas à transição agroecológica e à conversão para os sistemas orgânicos. Ainda que existam diferentes definições que detalhem mais ou menos a transição agroecológica, como aquelas centradas apenas na mudança gradual nas práticas e manejos, utilizaremos uma definição mais ampla. Schmitt (2009) define que a transição agroecológica é uma construção social que se dá por meio de interações entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural. Assim,

a transição para formas sustentáveis de agricultura implica em um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores. (SCHMITT, 2009, s/p).

Por outro lado, a legislação orgânica brasileira, fortemente voltada às transformações nas práticas e nos manejos dos agroecossistemas, utiliza o termo “conversão” e o define como um processo técnico e econômico de mudança tecnológica em que os agricultores adotam ou não determinadas práticas e manejos. A Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011, do MAPA, determina que o período máximo para a conversão total das culturas perenes convencionais⁸², como a do café, é de 18 (dezoito) meses. Nesse período, nenhuma prática ou insumo proibido na legislação orgânica pode ser utilizado.

As diferenças entre a transição agroecológica e a conversão orgânica têm se revelado e influenciado a conversão dos agroecossistemas agroecológicos para os sistemas orgânicos de produção. No GODI, na conversão das lavouras de café agroecológico que ainda utilizavam adubo químico, para os sistemas orgânicos de produção, essa diferença ficou explícita. Alguns agricultores (as) que tinham o entendimento da transição agroecológica iniciaram o período de conversão das lavouras de café para os sistemas orgânicos, entendendo que teriam vinte e quatro meses⁸³ para interromper o uso da adubação química. No entanto, durante a primeira visita de inspeção da certificadora durante a conversão, o uso da adubação química foi relatado e as famílias retornaram ao período inicial da conversão.

O processo de conversão orgânica dos agroecossistemas agroecológicos na Zona da Mata demonstra a influência nas questões simbólicas e nas práticas das famílias. Nesse sentido, é necessário debater as mudanças das práticas agrícolas relacionadas aos processos de conversão. Por outro lado, por meio das diferentes percepções levantadas, os sujeitos inseridos nos processos de certificação orgânica reconhecem e prezam pela diferenciação entre os sistemas orgânicos e os agroecológicos. Enquanto o foco da certificação orgânica é na qualidade final do produto, na agroecologia o foco está nos processos sociotécnicos, socioeconômicos e simbólicos envolvidos, muito além do produto final.

10.2.2 Desafios da certificação orgânica na Zona da Mata

Um dos primeiros desafios no âmbito social e das relações a serem enfrentados pelas redes é o fato da produção agroecológica e orgânica ser diferente do modelo dominante. Há resistências e preconceitos em relação a essas formas alternativas, que diferem das

⁸² Importante destacar que a legislação brasileira de produtos orgânicos não faz diferenciação no tempo de conversão das lavouras convencionais para aquelas que usam agrotóxicos e adubo químico ou somente adubo químico, o que também é questionável, apesar da mesma indicar um tempo mínimo e deixar a cargo das OCSs, empresas certificadoras e SPGs/OPACs outras definições.

⁸³ Para a certificação orgânica internacional, o período de conversão é de 24 meses ao invés dos 18 meses da legislação brasileira.

preconizadas pela Revolução Verde, amplamente disseminadas. Apesar de não ser um desafio recente, já que acontece desde o início dos debates sobre agricultura alternativa e agroecologia, ele continua presente.

As primeiras críticas e preconceitos normalmente começam nos laços fortes da rede social primária: os familiares. Rótulos como “você é louco”, “isso não dá certo”, “isso não existe”, além de comentários homofóbicos e racistas infelizmente são comuns.

Ainda hoje pessoas dizem que isso [agroecologia] não vira nada não! Para participar dessas reunião você vai ter que fazer igual essas mulé lá, andá de butina, calça larga, cabelo sem pentear. Sempre alguém ficava abusando (...) (ENTREVISTADA 9).

Outro desafio dos grupos é na autonomia em relação aos insumos produtivos permitidos na produção orgânica. De forma geral, os grupos estudados ainda são dependentes de insumos externos aos agroecossistemas, principalmente o café, mas não exclusivamente, desde as sementes e mudas, a alimentação dos animais, até os insumos para a adubação. Trata-se de uma dificuldade sociotécnica a ser enfrentada, principalmente porque a maior parte desses insumos está vinculada às grandes empresas multinacionais e aos complexos agroindustriais.

Recentemente a utilização de um adubo de uma grande produtora de fertilizantes na região, que inicialmente tinha seu uso permitido de acordo com as regras da certificação orgânica internacional e brasileira (IBD certificações), fez com que agricultores retornassem ao período inicial de conversão para o sistema orgânico. A empresa alterou a formulação e inseriu um componente proibido. A falta de comunicação e informação sobre a mudança no produto e a não atenção ao rótulo prejudicou diversas famílias no estado.

Após esses problemas, a COOPFAM alertou seus cooperados quanto à compra de insumos (FIGURA 16):

Figura 16 – Informativo da COOPFAM aos cooperados

Prezados cooperados (as)
 Bom dia!
 Existe algumas empresas de insumos que estão entrando em contato com os (as) cooperados (as) oferecendo fertilizantes entre outros insumos para agricultura convencional e quando os produtores (as) informam que são orgânicos eles oferecem também insumos para agricultura orgânica. Pedimos a todos (as) cooperados (as) que fiquem atentos e que NÃO façam a compra de insumos antes de consultar o Departamento Técnico da COOPFAM para verificar se os insumos são permitidos, pois se não forem permitidos vocês podem perder a certificação e comprometer a certificação de toda cooperativa. Desde já agradecemos a compreensão de todos!
 Atenciosamente,
 Departamento técnico
 COOPFAM

Fonte: Grupo de WhatsApp do GODI

O acesso aos insumos, sobretudo para adubação, com qualidade adequada à produção orgânica e em quantidade suficiente, é uma dificuldade recorrente. Ainda são poucos os insumos registrados e autorizados para a produção orgânica, notadamente aqueles voltados para nutrição e fertilidade dos solos, o que acaba limitando a produção e aumentando o custo.

Para área pequena é tranquilo, mas para aumentar as áreas fica difícil. Hoje já compramos cama de frango, farinha de osso e carne, farelo de mamona, no início também não conhecíamos quem vendia os esterços (...), hoje já tem a fama [o café orgânico] quem tem esterco já oferece, não precisa nem perguntar (ENTREVISTADO 1).

Ainda, há uma enorme ofensiva das grandes multinacionais fabricantes de agrotóxicos e insumos químicos que já iniciaram as aquisições de fabricantes de bioinsumos como as biofábricas para o controle biológico, assim como no domínio da fabricação e comercialização de diferentes insumos para a produção orgânica. É sabido e desejável pelos agricultores a necessidade de se tornarem mais autônomos em relação aos insumos externos às propriedades, mas nem sempre isso é possível.

Até você se acostumar com essa nova vida, com essa nova rotina, então acho que no orgânico o mais difícil foi isso aí, anotar tudo que passa ali no dia a dia (...) e essa coisa dos insumos, até hoje, por ter um grupo já vendendo o café orgânico já tinha que ter uma facilidade maior, um insumo mais próximo (...) embora seja caro, e a gente não consegue com facilidade. Na verdade, também, eu penso que não é tão caro, depois que tiver organizado você não vai gastar muita coisa, se a lavoura tiver dentro do padrão. No começo as vezes é meio puxado, mas depois acho que consegue (...) É a mesma coisa que você pegar uma lavoura muito ruim, até você colocar no jeito você sabe que vai ter trabalho (ENTREVISTADO 2).

O acesso aos insumos e às normas para sua utilização também são uma forma de dominação, em que os impérios agroalimentares têm expandindo sua atuação, sobretudo quando se trata daqueles voltados à produção orgânica. Como se trata de um mercado em franca expansão, apesar de ainda ser de nicho, a aquisição de empresas de pequeno porte ligadas à produção de bioinsumos de controle biológico também têm acontecido por parte desses impérios.

Uma das ações nesse sentido foi a publicação da Portaria nº110 de 12/06/2020 do MAPA⁸⁴, que submete à consulta pública uma Instrução Normativa (IN) sobre o uso próprio de produtos biológicos, microbiológicos e produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica. Essa IN visa restringir a fabricação e o uso *on farm* desses produtos pelos agricultores e agricultoras, fortemente influenciada pelo *lobby* das grandes empresas multinacionais e seus interesses mercantis. Essa restrição dificultaria ainda mais a busca da autonomia pelas famílias agricultoras, impedindo que desenvolvam e utilizem seus próprios insumos e tornando-as ainda mais dependentes.

As anotações e registros obrigatórios dos manejos, das quantidades colhidas e comercializadas, dentre outras, também é uma dificuldade. Se esse processo não tem um sentido ou uma finalidade para as famílias, ou seja, é uma imposição das leis e normas, torna-se ainda mais difícil. De forma geral, não há um costume por parte da maioria das famílias em realizar anotações e registros, independente das características da produção. Por outro lado, o desenvolvimento de mecanismos para anotações e registros podem, além de garantir a rastreabilidade, favorecer um melhor planejamento e organização da produção, melhorando a renda familiar.

A gente sempre foi agricultor, mas nunca teve aquela visão assim: ali eu posso fazer a minha sobrevivência, você tem que planejar. Ajudou um pouco a visão do grupo que sempre foi, vai tocando que é a sua sobrevivência, não põe expectativa, não planeja, o que der é lucro! (ENTREVISTADA 1).

No grupo de Divino, falhas nas anotações relacionadas à previsão de safra do café impediram que uma família comercializasse o café orgânico pela cooperativa, demonstrando a influência das anotações no processo de certificação. No caso da OCS Raízes da Mata, em que a diversidade de hortifrutigranjeiros é maior, as dificuldades se aprofundam, já que as anotações devem ser mais constantes devido ao ciclo curto das culturas, à quantidade de manejos e à diversidade das culturas.

⁸⁴ Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-faz-consulta-publica-sobre-uso-de-produtos-biologicos-e-microbiologicos-no-controle-de-pragas>. Acesso em: 20/08/20.

Apesar da origem agroecológica de ambas as redes, é necessário avançar em ações práticas que contribuam na superação dos desafios sociotécnicos apontados. Há uma necessidade na ampliação de pesquisas públicas, da ATER agroecológica e de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento e a implementação de práticas e tecnologias adequadas aos sistemas agroecológicos e orgânicos. Essas ações precisam ser construídas e incentivadas pelo poder público, já que os interesses privados tendem à exploração financeira e mercadológica de suas inovações.

10.3 As Redes Agroalimentares Agroecológicas e os mercados

Apesar dos estudos das Redes Alimentares Alternativas (RAA) partirem de experiências e autores da Europa e da América do Norte, essa abordagem tem sido trabalhada mais recentemente no Brasil. Autores como Marcio Gazolla, Sérgio Schneider, Paulo André Niederle, Moacir Darolt, Abel Cassol, entre outros, trazem elementos de experiências brasileiras que ressignificam as RAA.

No Brasil, há uma diversidade de experiências que constroem um movimento de contestação, em busca de mudanças e alternativas ao sistema agroalimentar dominante. Para isso, o enraizamento social nos territórios onde acontecem os processos e a aproximação entre produção e consumo são elementos importantes. (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; DAROLT, 2013; WILKINSON, 2008).

O referencial teórico das RAA tem suscitado debates importantes, como a aproximação produção-consumo, baseada nos circuitos curtos, e a contestação ao sistema agroalimentar hegemônico. Entretanto, com um viés mais produtivo e de mercado, assim como o desenvolvimento dos sistemas orgânicos e da própria certificação na Europa e América do Norte. Ao considerarmos as características das redes analisadas no contexto no qual se inserem, outros elementos contribuem com a territorialização desse conceito por meio das estratégias e dos modos de vida dos sujeitos e suas redes ao longo do tempo.

Dessa forma, o conceito de Rede Alimentar Alternativa não contempla toda a complexidade das redes analisadas, portanto, enquadrá-las como tal poderia incorrer em equívocos. Considerando as especificidades das experiências, os conceitos e o referencial analisado, cria-se a noção de Redes Agroalimentares Agroecológicas (FIGURA 17), por meio de quatro principais categorias: a atuação e o vínculo histórico das experiências e sujeitos em diferentes movimentos sociais de contestação ao modelo agroalimentar hegemônico; a utilização de práticas e técnicas de cuidados com a Terra e de tecnologias sociais adequadas

às realidades, construídas a partir do uso de metodologias participativas e emancipatórias de interação comunitária; a garantia da sustentabilidade socioeconômica das famílias, por meio da construção e acesso a mercados para produtos e serviços, e de políticas públicas adequadas; e a construção, o debate e o compartilhamento de conhecimentos científicos e ancestrais por meio de diálogos horizontais.

A atuação das redes e de seus sujeitos têm lastro nos diferentes movimentos de contestação ao atual modelo, baseado na exploração da natureza e do ser humano, e são centrais na construção das Redes Agroalimentares Agroecológicas. Essas redes são construídas na atuação histórica desses movimentos sociais dinâmicos e contestatórios ao sistema agroalimentar dominante, como o movimento sindical, o movimento de luta pela terra, o movimento estudantil, as organizações produtivas de agricultores e agricultoras, entre outros. Apesar de contrários ao atual modelo dominante no qual se inserem, esses sujeitos interagem nesse modelo com relações por vezes conflituosas, mas baseadas nos modos de vida e nas condições socioeconômicas que garantam a reprodução social das famílias agricultoras.

Outra categoria é a utilização de práticas e técnicas de cuidados com a Terra e de tecnologias sociais adequadas às realidades, muito vinculada à participação no movimento agroecológico e na utilização de metodologias participativas e emancipatórias. A construção e a socialização dessas práticas acontecem por meio dos intercâmbios agroecológicos, oficinas práticas, entre outras metodologias participativas vinculadas à agroecologia da região, e possuem como propósito o protagonismo e a experimentação dos próprios agricultores e agricultoras em seus agroecossistemas e comunidades.

Uma especificidade em relação às redes analisadas está no fato de que os sujeitos também interagem, quando necessário, com outras práticas agropecuárias e ferramentas convencionais, como o uso de adubos químicos e os cursos fornecidos pelo SENAR. Nesse caso, é importante que se garanta o aumento da autonomia ao longo do tempo por parte das famílias, tanto em relação às práticas convencionais como aquelas vinculadas aos sistemas orgânicos de produção.

O uso de metodologias participativas e emancipatórias também favorece a interação comunitária no fortalecimento da governança colaborativa das redes e na gestão compartilhada e coletiva. A conectividade e os fluxos estabelecidos tanto caracterizam as redes como lhes atribuem dinamismo. Como um agricultor da Zona da Mata já colocou, “ninguém faz agroecologia sozinho!”, ressaltando que a coesão social e o engajamento nas parcerias são cruciais para a construção da agroecologia e uma orientação para as redes.

Outra categoria que aparece nas experiências é a construção, o debate e o compartilhamento de conhecimentos científicos e ancestrais. Como abordado na categoria anterior, essa vincula-se também às metodologias participativas e horizontais que aproximam o debate científico e acadêmico das práticas tradicionais e ancestrais da agricultura. A proximidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFV e dos grupos de extensão, mobilizados pelo Núcleo ECOA, contribuem na busca de soluções aos desafios enfrentados no campo.

Por último, uma categoria que dialoga com as demais está vinculada à garantia da sustentabilidade socioeconômica das famílias, que se relaciona tanto à construção de mercados diversificados para produtos e serviços quanto ao diálogo com o Estado por meio dos diferentes espaços de interação governo-sociedade civil. A pluriatividade, seja para fora ou no interior das propriedades, permite a reprodução social das famílias. Nelas, além da importância da mão de obra familiar, as parcerias estabelecidas por meio da troca de dias, dos mutirões e de ações coletivas são de grande relevância no desenvolvimento das experiências.

Figura 17 – Caracterização das Redes Agroalimentares Agroecológicas



Fonte: Elaboração do autor

O acesso às políticas públicas por parte dos (as) agricultores (as) cumpre um papel importante na constituição e no desenvolvimento de ambas as experiências. Políticas públicas

de acesso à terra, de crédito, de ATER e de programas de extensão universitária tiveram e ainda têm um papel preponderante para essas redes.

Em relação ao acesso aos mercados, são diferentes formas de circulação de produtos e serviços nas redes analisadas, que tanto se opõem aos mercados convencionais como também se relacionam com eles. Apesar do predomínio regional da cultura do café, está presente uma produção diversificada, em escala reduzida e de qualidades diferenciadas, seja orgânica certificada, agroecológica ou sem agrotóxicos. Essa diversidade relaciona-se com o acesso a diferentes mercados, como os institucionais, os locais, os regionais, os interestaduais e até mesmo internacionais. Apesar da prioridade nas relações de proximidade entre produção e consumo, são esses mercados que permitem certa autonomia para as famílias.

De modo a detalhar os diferentes canais de comercialização, abordaremos essa circulação a partir das formas diretas e indiretas, que parece mais significativo do que os circuitos curtos ou longos. Inclusive há diferentes abordagens e entendimentos acerca do que seja curto ou longo, não se relacionando apenas com a distância geográfica, mas também ao compartilhamento de informações e valores acerca dos produtos e processos.

Baseado nas pesquisas de Gazolla (2017), Wilkinson (2008) e Marsden, Banks e Renting (2003), ressalta-se no âmbito dos circuitos curtos e longos a importância das relações sociais. Esses circuitos devem ter a capacidade de ressocializar e realocar os alimentos, tanto a partir do contato direto e das relações sociais de proximidade, como de forma indireta. A participação em um coletivo social como as redes, a repetição das transações atreladas à confiança, os mecanismos como as marcas (Raízes da Mata) e as certificações (orgânica, mercado justo) também permitem estender os valores sociais no tempo-espaço.

No âmbito da circulação de produtos nas redes analisadas (FIGURA 18), podemos caracterizar as diferentes formas de comercialização em circuitos diretos e circuitos indiretos⁸⁵. No **circuito direto**, normalmente ocorrem trocas mercantis e simbólicas, tanto a partir dos circuitos curtos locais e regionais, com o contato direto entre produtor e consumidor, como em circuitos mais longos dentro e fora do estado. Mesmo nos circuitos longos, os produtos estão imersos em valores sociais compartilhados como o conhecimento das famílias ou dos grupos produtores, a participação em movimentos sociais, as relações de amizade e parentesco, dentre outras ações que geram confiança e informação a respeito dos produtos, processos e atores.

⁸⁵ A utilização da palavra “circuito” ao invés de “venda” é uma questão de semântica, já que outras relações além apenas da venda também estão presentes.

Durante as pesquisas, identificamos como circuitos diretos as feiras, sejam elas agroecológicas ou convencionais, as entregas feitas individualmente pelos agricultores aos consumidores, as vendas diretas nas propriedades, as entregas para o PNAE tanto individual como por intermédio de organizações da agricultura familiar com DAP, e a venda direta para colaboradores. Em relação aos serviços, o circuito direto abarca a elaboração e o fornecimento de refeições e lanches em eventos e as trocas de dias de serviço, individuais ou em mutirão.

Apesar dos circuitos diretos indicarem saldos positivos como a criação de vínculos de amizade e maior agregação no valor dos produtos, acarreta também outros gastos e trabalhos. Além de afastar os agricultores/as da produção, podem demandar outras capacidades e habilidades que sejam impeditivas para algumas famílias. Nesses casos, a participação em redes de produção e consumo permite que serviços de logística, divulgação e comercialização sejam compartilhados coletivamente. Dessa forma, caracteriza-se enquanto um circuito indireto, em que há intermediários entre os produtores (as) e os consumidores (as).

No **circuito indireto**, a relação produção-consumo é intermediada. Quando essa relação se baseia apenas na troca mercantil e no lucro, essa figura cumpre o papel do atravessador convencional. Nas redes analisadas, podemos citar as vendas de café para atravessadores ou revendedores dos próprios municípios, a venda de banana para atravessadores do CEASA ou do município, e as entregas para revenda nos mercados em geral. Nesses casos, não há vínculo entre o produto e o produtor, mas uma relação direta com as estratégias de sobrevivência socioeconômica das famílias.

Outra forma de intermediação entre produtor e consumidor é o que chamamos de mediador (a) enraizado⁸⁶. Nessa relação, além das trocas mercantis, também acontecem trocas simbólicas, compartilhamento de valores sociais, culturais e crenças. A participação comum no movimento agroecológico ou em outros movimentos sociais de contestação ao modelo agroalimentar dominante em outros territórios e regiões é uma das formas de enraizamento desses mediadores (as). Essas trocas não são lineares, já que há diferenças em relação aos lucros auferidos nos diferentes formatos e nos valores sociais compartilhados. Como aponta Sabourin (2017), esse é um sistema misto complementar entre troca mercantil e reciprocidade.

São exemplos de circuitos indiretos as lojas especializadas, os empórios ou pontos fixos instalados a partir de parcerias, as entregas de cestas da Raízes, as revendas de produtos por outros atores e atrizes que circulam na Rede a partir de parcerias, a comercialização do

⁸⁶ O uso dessa expressão nos remete ao conceito de *embeddedness*, de Karl Polanyi, e os laços fortes e fracos de Granovetter, na mediação do econômico pelo social.

café orgânico no mercado internacional pela COOPFAM, e as entregas de produtos para a comercialização pela COOPERDOM como o “mercadinho” e as vendas para Belo Horizonte.

Tanto a Raízes como o GODI e as cooperativas, apesar de também serem constituídos por agricultores (as), pelo menos em sua maioria, são entendidos como mediadores enraizados. A constituição dessas redes e a interação dos sujeitos possibilita trocas simbólicas e de conhecimentos acerca dos produtos e processos, permitindo um conhecimento amplo em torno desta cadeia produtiva. Parte do lucro da comercialização fica com esses mediadores e são reinvestidos nas organizações para o pagamento das despesas relacionadas aos serviços prestados, muitas vezes pelos próprios agricultores (as), como em melhorias estruturais das redes.

Figura 18 – Circulação de produtos e serviços nas Redes Agroalimentares Agroecológicas



Fonte: Elaboração do autor

Importante destacar que mesmo com as definições e exemplos empíricos, há uma diversidade de situações relacionadas aos diferentes canais de comercialização que confirmam o caráter híbrido dessas redes agroalimentares. Nelas, diferentes estratégias de

comercialização são construídas na busca pela reprodução econômica, social, política e ambiental dos sujeitos ao longo do tempo nos seus territórios.

O fornecimento de cestas semanais pela Raízes a uma empreendedora de Cataguases é um dos casos específicos. Nele, considerado um circuito indireto, essa empreendedora se vincula melhor às características de uma atravessadora do que uma mediadora enraizada, já que não se tem informações de como ela opera as cestas no município. As compras de cestas dessa empreendedora representavam, até antes da pandemia, mais da metade das cestas comercializadas semanalmente pela Raízes, sendo considerada uma importante prosumidora no serviço de cestas da Rede.

Outro exemplo é a possibilidade recente de comercialização de produtos *in natura* e processados que circulam na Rede Raízes da Mata por intermédio do Supermercado Escola da UFV. Apesar da vinculação à FUNARBE e do apoio às ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade, parte do diálogo referente a esse possível canal deve passar por uma rede atacadista do município de Viçosa. Esse atacadista é responsável por grande parte do fornecimento de hortifrutigranjeiros para os mercados e supermercados do município. Com isso, regras de fornecimento, normas sanitárias e fiscais e acordos relacionados às perdas e margem de lucro podem ser impeditivos na construção social desse mercado.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das experiências e do suporte teórico dos referenciais, considera-se que há uma centralidade, de ambas as redes, no processo histórico de mais de 30 anos de construção da agricultura alternativa e, posteriormente, da agroecologia na Zona da Mata. O *modus operandi* e as características das redes apresentadas e categorizadas ao longo da pesquisa confirmam esse resultado. Dessa forma, entendemos que os debates e os conceitos relativos às Redes Alternativas pesquisadas direcionam para a definição de Redes Agroalimentares Agroecológicas.

As categorias de análise dessas Redes Agroecológicas estão ancoradas na construção da agroecologia, entendida enquanto movimento, ciência e prática (WEZEL *et al.*, 2009). Somado a isso, as experiências estão vinculadas a diferentes processos de construção social e acesso a mercados para os produtos orgânicos, agroecológicos, sem agrotóxicos e em transição da agricultura familiar.

As redes analisadas se destacam pela heterogeneidade dos sujeitos que as compõem, tanto em relação à origem da socialização (urbana e rural), como na formação e no grau de instrução comumente encontrado na zona rural. É predominantemente um público mais jovem, com maior grau de instrução, que colabora e coopera de maneira solidária junto àqueles com mais dificuldades. Importante destacar que a cooperação, ou seja, as trocas e a soma de saberes, é mútua entre aqueles mais jovens e os mais idosos. Apesar do público ser, em sua maioria, de agricultores e agricultoras familiares, há também técnicos, produtores de processados e agricultores que conciliam outras formas de renda além do cultivo da terra. Nas relações sociais estabelecidas, a amizade, a confiança, a cooperação e o companheirismo entre os diferentes atores são elementos que assumem proeminência e ganham centralidade.

A pluriatividade e as múltiplas competências dos sujeitos estão presentes nas experiências e contribuem na busca da autonomia na reprodução social das famílias. Com isso, além da importância do social na mediação do econômico, destaca-se o acesso às condições socioeconômicas dignas que permitam a sustentabilidade das famílias em seus diferentes âmbitos. Nesse caminho, o acesso a canais de comercialização e a construção social de mercados para os produtos e serviços da agricultura familiar devem ser ampliados.

As políticas públicas integram a realidade das redes analisadas, elas foram e ainda são importantes instrumentos para impulsionar as atividades socioprodutivas. As experiências demonstram que quando há sinergia entre as agendas públicas, as intervenções estatais e os interesses e iniciativas locais da agricultura familiar, elas podem produzir efeitos importantes

no fortalecimento de sistemas agroalimentares sustentáveis, na geração de renda e na produção de capital social no campo.

A certificação orgânica, que também se relaciona com a ação do Estado, apesar de ser discutida há quase 20 anos na Zona da Mata, somente nos últimos anos tem se concretizado e ganhado maior evidência. Este processo valoriza a construção da agroecologia, garante a qualidade orgânica dos produtos e possibilita o incremento de valores econômicos e simbólicos aos produtos. Por outro lado, influencia também a sociabilidade e o funcionamento das redes a partir da imposição de normas e regras nos processos de controle e de produção orgânica, podendo dificultar a participação de agricultores e agricultoras mais excluídas.

O entendimento das lógicas de consumo e o diálogo com os consumidores, no intuito de ampliar o conhecimento e suas motivações em relação à qualificação dos produtos, é um dos caminhos que pode acelerar ou retardar mudanças mais amplas no regime agroalimentar mundial. As escolhas racionais e simbólicas desses sujeitos, que representam a sociedade, alteram as lógicas de produção, beneficiamento, distribuição e consumo. Nessa lógica, os consumidores e consumidoras, compreendidos como um conjunto amplo e diverso de grupos e sujeitos, devem ser estudados e analisados, extrapolando aqueles mais envolvidos com os movimentos sociais, sendo essa uma agenda importante para pesquisas futuras.

A partir das experiências analisadas e das diferentes interfaces estabelecidas, demonstrou-se que a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis deve abranger diferentes atores, territórios e estratégias. As experiências englobam ações locais, regionais, nacionais e internacionais. Uma das demandas é superar as dicotomias existentes entre orgânico e agroecológico, local e global, social e econômico, e entendê-las enquanto processos, em que as redes, coletivos, os movimentos sociopolíticos, no campo e na cidade, devem compor as diferentes estratégias.

Investigações e estudos comparativos acerca das redes agroalimentares precisam ser ampliados, considerando os diferentes contextos territoriais. Essas análises contribuem tanto na identificação de experiências e de suas características, operacionalizadas em diferentes contextos, como na união de informações que auxiliem no desenvolvimento de outras experiências. Ainda são poucas as informações, sobretudo as oficiais, acerca dessas redes agroalimentares de contestação ao modelo dominante.

A partir dessa pesquisa, percebe-se que as trocas mercantis e simbólicas se articulam, mesmo que em diferentes níveis, a depender das relações sociais estabelecidas. Essa articulação foi demonstrada nos mutirões, nas trocas de dias, na cooperação coletiva e na construção e no acesso a diferentes formas de circulação da produção, como a exportação.

Nas duas experiências analisadas, a construção social de mercados aparece como um complemento à agroecologia, ou seja, além de produzir de forma agroecológica, orgânica ou mais sustentável, gerando múltiplos benefícios, essa produção diferenciada deve ser valorizada nas trocas mercantis e simbólicas. No entanto, a questão não é aumentar os preços dos produtos justificados por esses benefícios, mas construir políticas de apoio a essas formas de produção, diminuindo os custos de produção e permitindo que as populações mais excluídas também possam acessar esses alimentos. A conexão produção-consumo também leva em conta outras dimensões como a coletividade, a saúde, a espiritualidade e a democracia.

Os desafios da construção social dos mercados para a agricultura familiar camponesa e agroecológica e as demais questões apontadas nessa pesquisa podem ser extrapoladas para outros territórios. Assim como na agroecologia, não há uma receita pronta, mas sim elementos que contribuirão na construção de outros processos, em contextos diferentes e envolvendo diversos sujeitos.

Apesar dessa pesquisa não abranger diretamente os impactos da pandemia da COVID-19, tornam-se necessários alguns apontamentos. Os relatos revelam que muitos agricultores familiares têm enfrentado ainda mais dificuldades em escoar sua produção. A organização em coletivos e redes tem minimizado estes percalços, tanto com ações de cooperação e solidariedade vinculadas a doações de alimentos, como na construção de estratégias coletivas que reduzam os impactos do afastamento entre produtores e consumidores. O que fica explícito é a capacidade das redes em contribuir para a resiliência da agricultura familiar, de pequenos produtores e do próprio sistema agroalimentar.

A construção de redes agroalimentares baseadas na agroecologia, na produção orgânica ou em modos de produção mais sustentáveis, mesmo naquelas mais locais, estão baseadas nas interações sociais entre os diversos atores, atrizes e organizações, tanto da sociedade civil como governamentais, ao longo do tempo e espaço. Nesse sentido, a produção e o consumo de alimentos são atos políticos, sociais, culturais, ambientais, espirituais e econômicos, e a busca por mudanças no atual sistema agroalimentar a partir dos dilemas e desafios apresentados pelas redes pesquisadas é resultado da interação dessas diferentes ações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: **Um campeão visto de perto. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012, p. 198–216. (Democracia).
- ALMEIDA A.; RESENDE E. M. S.; MENDOÇA, M. A.; CRUZ, N. A.; MAULAZ, Y. Certificação orgânica participativa no polo agroecológico da Zona da Mata mineira. *Nossa Roça Tecnologia Social*, n. 10, 2020. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/certificacao-organica-participativa-no-polo-agroecologico-da-zm-mineira-313.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo; Rio do Janeiro: Editora Expressão Popular ; AS-PTA, 2012.
- ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. A dinâmica dos canais curtos de comercialização: o caso do Projeto Campagna Amica na Itália. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 771–792, 2017.
- ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em história. **História. Revista da FLUP**, Porto, v. 2, n. IV série, p. 11–22, 2012.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas-métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 159–194.
- BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar-Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 183–205.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **A profissão de sociólogo-Preliminares epistemológicas**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisar-Participar. In: **Pesquisa Participante**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9–16.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6323 de 2007 que regulamenta a Lei n. 10831/2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em 27 mar. 2020:

BRASIL. Lei n. 10831 de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em 12 abr. 2020

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 3, n. 4, p. 28–32, 2006.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos sociedade e agricultura**. [s.l.: s.n.], 1998, v. 11, p. 53–75.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo-RS. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 09–24. (Estudos Rurais).

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. O café orgânico da agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais. **Nossa Roça**, v. 3, 2003.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **PLANO ESTRATÉGICO PARA O CAFÉ AGROECOLÓGICO PRODUZIDO POR AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**. Viçosa-MG: [s.n.], 2002. (PROJETO SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA COM BASE NA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM SISTEMAS AGRÍCOLAS FAMILIARES).

COMERFORD, J. C. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5).

COSTA, M. B. B. da; SOUZA, M.; JÚNIOR, V. M.; COMIN, J. J.; LOVATO, P. E. **Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015**. v. 10, n. 2, p. 63–75, 2015.

CRESPI, F. Formas e métodos da investigação empírica sobre fenômenos culturais. In: **Manual de Sociologia da Cultura**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 219–232.

CRUZ, N. A. C.; ZANELLI, F. V.; TEIXEIRA, H. M.; CARDOSO, I. M. Rede Raízes da Mata: Strengthening links between producers and consumers. **Farming Matters**, n. 6, p. 10–13, 2013a.

CRUZ, N. A. C.; ZANELLI, F. V.; BORGES, K. S.; LADEIRA, I. F. da S.; BARRETO, E. M. A.; CARDOSO, I. M. Rede Raízes da Mata: relocalizando a agricultura familiar camponesa na Zona da Mata Mineira. **Cadernos de Agroecologia - Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013b.

CRUZ, R. A centralidade do trabalho na prática educativa da família camponesa. **Revista Maré: memórias, imagens e saberes do Campo**, n. 1, p. 143–158, 2011.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**, p. 139–170, 2013.

DE SCHUTTER, O. **Agroecologia e o Direito Humano à alimentação Adequada**. Trad. Caisan. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno1_sisan2012.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **O Estabelecidos e os Outsiders-Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 42–62.

FLIGSTEIN, N. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. **RAE**, v. 47, n. 2, p. 61–80, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Los 10 elementos de la agroecología. Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9037ES/i9037es.pdf>. Acesso em 22 out. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL. Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social. 2019. Disponível em <http://www.centroecologico.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FRANCIS, C.; LIEBLEIN, G.; GLIESSMAN, S.; BRELAND, T.A.; CREAMER, N.; HARWOOD, R.; SALOMONSSON, L.; HELENIUS, J.; RICKERL, D.; SALVADOR, R.; WIEDENHOEFT, M.; SIMMONS, S.; ALLEN, P.; ALTIERI, M.; FLORA, C.; POINCELOT, R. Agroecology: The Ecology of Food Systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99–118, 2003.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 34–41.

FREITAS, A. F. de. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro**. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FREITAS, A. F. de; CKAGNAZAROFF, I. B. Redes Sociais: além do método. In: **XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2003, p. 3.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmica e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 175–194. (Estudos Rurais).

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Costa Rica: Turrialba, 2002.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Trad. Regina Beatriz Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 59–82. (Estudos Rurais).

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. nº1, Art. 9, 2007. (Fórum-Sociologia Econômica). Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>. Acesso em: 16 set. 2020.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na esfera de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 62–82, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Org.). **A geografia do café: dinâmica territorial da produção agropecuária**. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99002.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Trad. Rita Pereira, Daniela Garcez e Leandro Krug Wives. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 21–48. (Estudos Rurais).

MACHÍN SOSA, B. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. Ciudad de La Habana, Cuba; México, DF; São Paulo: ANAP ; La Vía Campesina; Outras Expressões, 2012.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MANCE, E. A. **Fome Zero e economia solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil**. Curitiba, PR: IFiL, Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; RENTING, H. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, p. 393–411, 2003.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. *Diálogo de saberes* in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2014.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (orgs.). **Etnografia e educação:** conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 49–83.

MAYE, D.; KIRWAN, J. Alternative food networks. **Editorial Arrangement of Sociopedia.isa**, 2010. Disponível em: <http://www.sagepub.net/isa/admin/viewPDF.aspx?&art=Alternative%20Food%20Networks.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas-métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 127–158.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Trad. Sônia Midori. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016. (Estudos Camponeses e Mudança Agrária).

MDS. MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESULTADOS PRELIMINARES. 2014.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. **Agriculturas, experiências em agroecologia: Relocalizando os sistemas agroalimentares**, v. 8, n. 3, p. 17–21, 2011.

MEIRELLES, L. Produto Orgânico ou Produto Ecológico? 2000. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=20. Acesso em: 6 fev. 2019.

MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO, M.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M.; MORALES, H.; FERGUSON, B. G.; ROSSET, P.; KHADSE, A.; CAMPOS, C. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 637–665, 2018.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciência Saúde Coletiva**. 3. ed. [s.l.: s.n.], 2012, v. 17, p. 621–626. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2019.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, nature and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography**, v. 76, n. 2, p. 107–125, 2000.

NIEDERLE, P. A. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em debate**, v. 5, n. 3, p. 79–97, 2014.

NIEDERLE, P. A.; MARQUES, F. C. Produção Ecológica de alimentos e mudanças institucionais: implicações para a construção de novos mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar-Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 275–307.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão-GO: UFG, 2011.

ORGANIS- CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL; MARKET ANALYSIS. Consumo de Produtos Orgânicos no Brasil- Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. In: [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <http://organicsbrasil.org/>. Acesso em: 8 out. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. Los 10 elementos de la agroecología. Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles. In: DREYER, Hans (Org.). **41º período de sesiones**. Roma: FAO, 2019, p. 5. Disponível em: <http://www.fao.org/3/na160es/na160es.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013, p. 181–230. (Coleção Transição Agroecológica, 1).

PETERSEN, P. Building markets: A challenge for family farming. **Farming Matters**, n. 6, p. 8–9, 2013.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. M. da; FERNANDES, G. B.; ALMEIDA, S. G. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. [s.l.: s.n.], 2008. (Estudos Rurais). Disponível em: <http://edepot.wur.nl/424203>. Acesso em: 29 mai. 2018.

POLANYI, K. **A Grande Transformação - as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K. **A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro-uma história natural de quatro refeições**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2006.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos rurais, 44).

RAMOS, M. F.; SILVEIRA, P. S. da. **Estudantes em movimento-memórias do movimento estudantil da UFV**. Viçosa-MG: UFV, UNEDHS, 2016.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Trad. Regina Beatriz A. Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 27–51. (Estudos Rurais).

RESENDE, E. M. de S. R.; FREITAS, A. F. de. Redes Alimentares Alternativas, Agroecologia e a construção social dos mercados. **Revista de Ciências Agrônômicas**, v. 28, n. 2, p. 152–165, 2019.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P.; VAL, V.; McCUNE, N. *Pensamiento Latinoamericano Agroecológico*: the emergence of a critical Latin American agroecology? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, p. 1–23, 2020.

RUBIM, A. A. C. Formação em organização da cultura no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p. 47–55.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. 27ª ed. Porto Alegre: [s.n.], 2011, v. ano 13, p. 24–51. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SABOURIN, E. P. Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade. **ReLaEr-Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. II, n. 3, p. 21, 2017.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017.

SANTOS, B. de S. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M.; GLASS, V. (orgs.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SCHENATO, V. C.; SILVA, R. M. da. Vigilância epistemológica na pesquisa social. **Revista FACISA ON-LINE**, v. 03, n. 02, p. 76–86, 2014.

SCHMITT, C. J. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas**: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Agriculturas, experiências em agroecologia: Relocalizando os sistemas agroalimentares**, v. 8, n. 3, p. 4–8, 2011a.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, p. 82–112, 2011b.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMITT, C. J.; BARBOSA, Y. R. de S. A construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais: interações Estado-sociedade na institucionalização da agroecologia. In: SABOURIN, E.; GUÉNEAU, S.; COLONMA, J.; *et al* (orgs.). **Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: CRV, 2019, p. 75–98.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 215–266.

SCHMITT, C. J.; PORTO, S. I.; LOPES, H. R.; NETO, P.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, A. **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios**: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M.. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 09–24. (Estudos Rurais).

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVEIRA, M. da M. **Possibilidades de envolvimento da agricultura familiar através dos circuitos curtos de comercialização: a experiência da Rede de Produtos Agroecológicos e locais “Raízes da Mata”**. 2013. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.

SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Políticas Públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar-Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Trad. Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 311–329.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. Trad. Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 nov. 2018.

TOFFLER, A. **A terceira Onda**. Trad. João Távora. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

USDA, Department of Agriculture. **Relatório e recomendações sobre agricultura orgânica**. Trad. Iara Maria Correia Della Senta. Brasília: CNPq, 1984.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas-métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 345–375.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIVAS, E. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** [s.l.: s.n.], 2017.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, S.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. 1ª. Porto Alegre: UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Estudos Rurais).

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: “inputs” para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 805–824, 2002.

WOORTMAN, K. "Com Parente Não se Neguecia". O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico**. Brasília: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11–73.

ZANELLI F. V., LOPES A. S., CARDOSO I. M., FERNANDES R. B. A., SILVA, B. M. Intercâmbios agroecológicos: aprendizado coletivo. **Informe Agropecuário**. Agricultura orgânica e agroecologia, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p. 104-113, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: A Construção Social de Redes Agroalimentares Agroecológicas

Objetivo geral: Analisar e caracterizar a construção de Redes Alimentares Alternativas baseadas na agroecologia na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Pesquisador: Eugênio Martins de Sá Resende/Geninho – UFV (31) 98516-7293

OBSERVAÇÃO: A entrevista pode ser encerrada ou darmos um intervalo no momento que desejar. Caso não se sinta à vontade com alguma pergunta, não terá a obrigação de respondê-la.

Data de realização:

Local:

Identificação e caracterização do/a entrevistado/a

Nome:

Data de nascimento:

Sexo:

Formação:

Participa de outros coletivos e grupos além desse?

Conte um pouco da sua história de vida. Sempre foi agricultor/a?

Como conheceu o grupo e por que começou a participar?

Agroecologia e Certificação orgânica

- No seu entendimento, o que é a agroecologia? Por quê? Qual a relação da agroecologia com a produção orgânica?

- Sua produção é agroecológica ou orgânica? Quem aponta isso (certificação, validação pelas pessoas, por você)?

- Qual o interesse da família na certificação orgânica? Identificar as motivações desse interesse (acesso a mercados, preço, participação no grupo, reconhecimento, entre outros).

- Quais os desafios enfrentados em relação ao processo de certificação orgânica?

Trajétoria sócio-histórica e política do grupo

- Como surgiu o grupo? (Quando? Como? Por quê?)

- Na trajetória do grupo, quais foram os momentos mais importantes que marcaram o grupo?
- Que instituições ou pessoas foram importantes nessa trajetória?
- Se uma pessoa perguntasse o que é (a rede Raízes da Mata ou o Grupo de Orgânicos de Divino), como você definiria? (Identificar também elementos não econômicos, simbólicos, que as caracterizam). Importante ter em mente as características das RAA e explorá-las nos argumentos das pessoas.
- Por que esse grupo é importante para a agroecologia e agricultura familiar do município e da Zona da Mata? (Identificar o papel assumido pelo grupo)
- O que te estimula a se manter nesse grupo? E em relação às outras pessoas do grupo?

Dinâmica de organização e funcionamento do grupo

- Como foi o processo de construção das regras e normas de funcionamento do grupo (critérios, periodicidade, atividades desenvolvidas, participantes, regimento/estatuto, princípios). Explorar tanto as definições formalizadas como as informais.
- Como o grupo se organiza? (Tem coordenador? Como as regras foram elaboradas? Quem definiu?)
- Critérios de participação nos grupos. (Intercâmbios, participação nas atividades)

Formas de circulação de produtos e serviços (venda, troca, doação) e acesso a mercados

- As relações estabelecidas com as pessoas em cada uma das formas fazem alguma diferença para você? Que relações são essas? O que está por trás da circulação de produtos e serviços para além da venda?
- Identificar as relações de interdependência, diferente da dependência comercial, já que consumidores e supermercados também dependem de quem produz. Relação mútua e não exploratória.

Valor de troca e venda dos produtos e serviços

- Como é estabelecido o preço de venda ou valor da troca dos seus produtos?
- Você considera o seu preço de venda justo? Existe alguma diferenciação a partir do local de venda? Por quê?

Questões gerais:

- Existem outros mercados que a família gostaria de acessar? Quais? Por que não acessam?

- Você gostaria de expandir a circulação dos produtos? Por que não expande? Ganho de escala.
- Existe alguma característica específica sobre a circulação dos produtos e serviços que ainda não conversamos?